

ROSA BATISTA

**A EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NO ESTADO DE SANTA CATARINA: 1908 – 1949**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Linha de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^{ta} Dra. Eloísa A. C. Rocha

Florianópolis – SC, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA ENSINO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES

**A EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM SANTA CATARINA: 1908 – 1949.**

Rosa Batista

BANCA EXAMINADORA

Dra. Eloísa Acires Candal Rocha – Orientadora
(Universidade Federal de Santa Catarina – PPGE – UFSC)

Dr. Adilson de Ângelo Lopes Francisco – Examinador externo
(Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC)

Dra. Leonete Luiza Schmidt – Examinadora externa
(Universidade do Sul de Santa Catarina – PPGE – UNISUL)

Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva – Examinadora externa
(Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC)

Dra. Patrícia de Moraes Lima – Examinadora
(Universidade Federal de Santa Catarina – CED – UFSC)

Dra. Joana Célia dos Passos – Examinadora Suplente
(Universidade do Sul de Santa Catarina – PPGE - UNISUL)

Dra. Kátia Adair Agostinho – Examinadora Suplente
(Universidade Federal de Santa Catarina – CED - UFSC)

Florianópolis – SC, 2013

Ao meu pai João Francisco Batista (*in memorian*),
um homem sensível e inteligente, que se mantém
vivo nas nossas lembranças.

À minha mãe Olga que nos ensinou os princípios
da honestidade, solidariedade e que mantém-se
forte nos seus 94 anos.

A minha irmã Neide (*in memorian*) que continua
presente em nossas vidas.

Ao meu irmão Wilson e minhas irmãs Cida, Edir,
Carmelita pelo carinho e afeto que nos une.

Aos meus filhos, Bruna e Guilherme com quem
compartilho a vida e os sonhos todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto de um processo de construção coletiva que envolveu *muita diferente gente*.

De sul a norte trilhei locais escolhidos pelos meus objetivos de pesquisa, que como bússolas me guiaram por diferentes territórios geográficos do Estado de Santa Catarina. Nos lugares por onde andei, conheci pessoas e, no encontro com as mesmas, pude viver o desafio de desbravar terrenos inexplorados no campo da História da Educação Infantil em Santa Catarina.

Por tudo que vivi, durante o período de doutoramento, a tese é o esforço de partilhar com meus pares os saberes que agreguei acerca da emergência da docência na Educação Infantil.

Agradeço profundamente a todas e todos que me acompanharam e contribuíram com meu percurso de pesquisa, em especial aos que muito perto estiveram durante o período de escrita da tese e que me ensinaram o sentido da produção solidária e co-partilhada do conhecimento.

Assim, agradeço, trazendo Gonzaguinha com *caminhos do coração*

*Há muito tempo que eu saí de casa
Há muito tempo que eu caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz.
Principalmente por poder voltar
A todos os lugares onde já cheguei
Pois lá deixei um prato de comida
Um abraço amigo, um canto prá dormir e sonhar
E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar
É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração.*

RESUMO

A presente pesquisa de doutorado situa-se na área da Educação e tem caráter histórico. Teve como objetivo investigar a emergência da docência na Educação Infantil no estado de Santa Catarina, percorrendo um conjunto de experiências ao longo da primeira metade do século XX, de 1908 a 1949. O período analisado não se deu de forma aleatória, mas está circunscrito aos documentos que garimpamos durante o estudo realizado, que evidenciou as primeiras iniciativas de constituição dos Jardins de Infância e Creches no estado. Para análise dos documentos utilizou-se, como recurso metodológico, a análise crítica do discurso (ACD) de Norman Fairclough (2001) e sua proposta de análise tridimensional do discurso: o discurso como texto, como prática discursiva e prática política. A pesquisa mostrou que a estruturação histórica dos serviços voltados para a educação e cuidado das crianças pequenas, nos processos de emergência da docência na Educação Infantil em Santa Catarina, foi fruto de iniciativas religiosas, filantrópicas, jurídica, médico-sanitarista e empresarial, gestadas em diferentes contextos sociais, geográficos, culturais e políticos, com diversidade de formas de composição e organização do trabalho. Destaca-se a forte presença feminina aproximando a ideia da maternagem ao profissional. Nos Jardins de Infância, primeiras instituições que emergem no estado, essa presença foi constituída por religiosas de confissão católica e por senhoras luteranas, o que marca a presença dos valores religiosos, morais e cívicos. Nas Creches, os preceitos médico-higienistas serviram de base para as experiências constituídas, seja na capital ou no interior do estado, com vistas à formação do “homem novo”: obediente, saudável e produtivo, ideia propagada pelo movimento político nacional.

Palavras-chave: Docência; Educação Infantil; Jardim de Infância; Creche.

ABSTRACT

This doctorate research belongs to the Education field and presents historical character. The aim was evaluating the teaching emergence in Early Childhood Education in the state of Santa Catarina, and travel by an experience set along the early 20th century, from 1908 to 1949. The period analyzed was chosen in a random way, but it is limited to the documents found during the study, which have evidenced the first initiatives to constitute the Kindergartens and Day care centers in the state. In order to analyze the documents, the methodological resource used was the Critical Discourse Analysis (CDA) by Norman Fairclough (2001) and his propose of tridimensional discourse analysis: the discourse as a text, as discursive practice and political practice. The research have shown that historical structure of services addressed to education and care of little children in the process of emergency Early Childhood Education teaching in Santa Catarina is due to the religious, philanthropic, juridical, medico-sanitarian and business initiatives, generated in different geographic, social and cultural contexts with several ways of compositions and work organization. The strong female presence is highlighted by approximation of motherhood idea to the professional. The Kindergartens, first institutions that appears in the state, this presence was constituted by religious women from catholic confession and by Lutheran women, which mark the presence of religious, moral and civic values. In Day care centers, medical-hygienist precepts was base to the experiences constituted, both capital and in the countryside, in order to form the “new man”: obedient, healthy and productive, propagated idea from the national politic movement.

Keywords: Teaching; Early Childhood Education; Kindergarten; Day care center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Irmãs pioneiras do Hospital	68
Figura 2: Chegada das Irmãs a Tubarão (reconstituição).....	68
Figura 3: Segunda casa ocupada pelo Jardim de Infância instalado ao lado da Casa de Saúde Dona Helena.....	74
Figura 4: Turma do Jardim de Infância com <i>tante</i> Dolly, no começo da década de 1930, enviada ao Jornal A Notícia por Jutta Hagemann e publicada em 23/01/2011.....	74
Figura 5: Crianças do Jardim de Infância de 1945.....	85
Figura 6: Casa da Criança	88
Figura 7: Casa da Criança (1952).....	88
Figura 8: Futura instalação do Jardim de Infância e Casa da Criança... 91	
Figura 9: Alunos fundadores do Jardim de Infância de Urussanga, em 20 de setembro de 1948.....	92
Figura 10: Ofício. Reverendo Padre.....	94
Figura 11: As florinhas do Jardim de Infância.....	97
Figura 12: Folheto ilustrativo do Paraíso da Criança.....	97
Figura 13: Ficha de contribuição.....	98
Figura 14: Os alunos do primeiro Jardim de Infância de Ipira, instalado pela OASE em 1949, tinham como professora a Sra. Hedwig Alzira Matte Werner. O grupo estava reunido para o desfile de 7 de Setembro.....	99
Figura 15: Da. Hedwig Alzira Matte Werner – 1ª Professora de Jardim de Infância em Piratuba e Ipira, no dia 07 de setembro de 1949, num momento ímpar, reunindo as duas turmas, depois de participarem do desfile cívico, realizado em Piratuba, o primeiro após a emancipação política do município.....	100
Figura 16: Quadro estatístico apresentado no relatório à presidência da República do Brasil em 1938.....	101
Figura 17: Recorte de Jornal datado de julho de 1943. “O que é o Círculo Operário de Joinville” (Livro 4).....	105
Figura 18: O atendimento às crianças sendo realizado pelas irmãs de caridade e pelas empregadas da creche.....	105
Figura 19: Irmã Marta e Jardim para crianças de até 1 ano.....	110
Figura 20: Quadro de matrícula (frequência).....	112

Figura 21: Lista do corpo administrativo.....	112
Figura 22: Corpo técnico.....	113
Figura 23: Capa do relatório de 1944.....	113
Figura 24: Corpo administrativo do Educandário.....	114
Figura 25: Prédio da Escola profissional e Jardim de Infância.....	114
Figura 26: Boletim Mensal.....	115
Figura 27: Sessão de fundação da LBA em Santa Catarina.....	116
Figura 28: Sessão de fundação da LBA em Santa Catarina, em 12/09/1942, no Clube Doze de Agosto.....	117
Figura 29: Sr. Interventor Nereu Ramos, no ato de lançamento do Centro de Puericultura.....	118
Figura 30: Projeto arquitetônico do Posto de Puericultura Beatriz Ramos.....	119
Figura 31: Projeto arquitetônico - vista externa do prédio.....	119
Figura 32: Dormitório dos menores.....	121
Figura 33: Sala do berçário.....	122
Figura 34: Relatório da Creche da LBA.....	123
Figura 35: Propaganda do Concurso de Robustez.....	125
Figura 36: Crianças após a pesagem em um Posto de Puericultura da LBA.....	126
Figura 37: Regulamento da Fundação Hermann Hering (1947).....	128
Figura 38: Estatuto e Regimento Interno da Fundação Hermann Hering (1957).....	130
Figura 39: Estatuto e Regimento Interno da Fundação Hermann Hering (1957, p. 7).....	131
Figura 40: Alunos da primeira turma do Jardim de Infância de Piratuba, no ano de 1949. Era mantido pela Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas - OASE, tendo por professora Da. Hedwig Alzira Matte Werner, e funcionava junto à Comunidade Evangélica.....	148
Figura 41: Sra. Olinda Bettiol, primeira professora do Jardim, ajeita as plantinhas para uma pose.....	154
Figura 42: Atividades do jardim de infância.....	157
Figura 43: Hino do Jardim de Infância – Paraíso da Criança.....	158
Figura 44: Dormitório para crianças de 3 anos.....	161
Figura 45: Dormitório das empregadas da Creche.....	162

Figura 46: Pavilhão Indústria e Comércio de Joinville	162
Figura 47: Sala do estagiário	164
Figura 48: Sala cantina maternal	164
Figura 49: Creche da Cia Hering	166
Figura 50: Creche da Cia Hering	167
Figura 51: Atestado profissional	167

LISTA DE SIGLAS

ABEJ – Associação Beneficente de Joinville

ASSE – Associação de Socorro de Senhoras Evangélicas

ASSEJ - Associação de Socorro de Senhoras Evangélicas de Joinville

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

COCJ – Círculo Operário Católico de Joinville

LBA – Legião Brasileira de Assistência

OASE – Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas

OASIS – Ordem Auxiliadora das Senhoras da Itoupava Seca

SESB – Sociedade Beneficente das Senhoras de Blumenau

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A (IN)DEFINIÇÃO DO CARÁTER DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
1. GARIMPANDO FONTES ENTRE A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	37
1.1 A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS NO BRASIL: O QUE INDICAM AS FONTES PRIMÁRIAS.	41
1.2 LUGARES POR ONDE PASSEL.. PESSOAS QUE CONHECI... SABERES QUE AGREGUEI.....	47
1.3 O DESAFIO VIVIDO DE ENCONTRAR E RECOLHER O ACERVO	57
2. INICIATIVAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL À PEQUENA INFÂNCIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA: 1908 – 1949.....	61
2.1 INICIATIVAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL E DE CUIDADO NO JARDIM DE INFÂNCIA.....	63
2.1.1 O Protagonismo Religioso na criação do Jardim de Infância em Santa Catarina.....	66
2.1.2 O lugar do Poder Público Estadual na criação do Jardim de Infância em Santa Catarina	100
2.2 INICIATIVAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL E DE CUIDADO ÀS CRIANÇAS NA CRECHE EM SANTA CATARINA	103
3. A EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA CATARINA: 1908-1949	133
3.1 - NAS EXPERIÊNCIAS ENCONTRADAS, OS INDÍCIOS DA EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA	139
3.1.1 A igreja de confissão luterana e o Jardim de Infância	141
3.1.2 A igreja católica e o Jardim de Infância.....	148
3.2 A EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA NAS INICIATIVAS DE CRECHE.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169

REFERÊNCIAS:..... 175

INTRODUÇÃO

A (IN)DEFINIÇÃO DO CARÁTER DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No decorrer dos séculos XIX e XX, a educação e a infância tornam-se espaço e problema políticos e campo de uma ação social racionalizada [...] (TARDIF, 2008, p. 45).

Esta investigação tem origem nas pesquisas que realizei anteriormente e nas práticas formativas como professora do curso de Pedagogia, bem como na formação continuada com profissionais que atuam na Educação Infantil. O envolvimento nestes espaços formativos, com as práticas educativas e com as profissionais¹, têm indicado que ainda há uma indefinição no que diz respeito à especificidade da docência neste nível educacional, por mais que se reconheçam os avanços na área da Educação Infantil, tanto nos aspectos legais quanto no que se refere às pesquisas.

A indagação sobre o que constitui a docência na Educação Infantil tornou-se cada vez mais presente em minha vida profissional. Atuando como professora do curso de Pedagogia com as disciplinas de *Organização do Cotidiano da Educação Infantil*, *Prática de Ensino e Educação Lúdica*, assim como nos espaços de formação continuada, percebo que as questões referentes ao papel da professora e ao que caracteriza a docência neste nível educacional apresentam-se, de forma bastante imbricadas, no que consiste ao que é específico da docência na Educação Infantil e à docência no Ensino Fundamental. Esta última parece caracterizar-se como “modelo” para a docência, mesmo quando se trata de educação dos bebês.

No curso de mestrado, realizei uma investigação sobre o caráter educativo da creche a partir da rotina, uma necessidade naquele momento em que buscávamos contribuir com o debate sobre a especificidade e o papel social das instituições de Educação Infantil. Buscava-se a construção de sua identidade, com base na afirmação dos tempos da criança, dos seus direitos, das suas capacidades intelectuais e dos seus saberes. Portanto, a investigação tinha como foco as crianças e suas ações sociais naquele contexto, cujo tempo-espaço era organizado predominantemente pelos adultos.

Essa pesquisa evidenciou os limites da lógica organizacional do cotidiano da creche, por estar construída com referência na lógica de ação da escola elementar ou do Ensino Fundamental. Também permitiu refletir sobre a condição da professora da Educação Infantil que, muitas vezes, submetia-se, tanto quanto as crianças, à lógica organizacional dos tempos e espaços pré-determinados por uma estrutura que parecia não pertencer nem a ela e nem às crianças. Da mesma forma, evidenciou

¹ Não negando a presença masculina na Educação Infantil, porém considerando o universo quase que exclusivo de mulheres atuando na prática pedagógica com crianças pequenas, minha opção recai em demarcar este posicionamento utilizando a palavra no feminino.

algumas características da docência na Educação Infantil, as quais remetem para uma tradição pedagógica fundamentada na educação escolar e marcada por um trabalho pedagógico com base na impessoalidade, na hierarquia e na sequenciação dos conteúdos, na dicotomia entre cuidar e educar, na seriação e na centralidade da professora.

A organização do cotidiano da creche, na forma como estava estabelecida, constituía-se em um fator gerador de tensões e conflitos entre o proposto e o vivido: uma rotina proposta pautada na homogeneidade e na uniformidade dos tempos, dos espaços, das atitudes, comportamentos e linguagens, e um cotidiano plural constituído pela heterogeneidade, diversidade, multiplicidade dos tempos, dos espaços, das atitudes, dos comportamentos e das linguagens expressadas pelas crianças.

Foi se evidenciando, assim, que a dinâmica do cotidiano infantil não cabia em uma temporalidade estreita, que desvinculava o tempo de brincar do tempo de trabalho e, também, dos tempos sociais, culturais e biológico em função de um tempo padronizado e homogêneo. As crianças viviam temporalidades distintas (não com a intensidade merecida), mas nem sempre eram percebidas, pois, muitas vezes, eram ocultas por detrás de práticas rotineiras e naturalizadas que vão se cristalizando no dia-a-dia como sendo assim mesmo.

As professoras de Educação Infantil parecem estar entre a “cruz e a espada”, pois percebem, no contato diário com as crianças, que elas têm necessidades e ritmos diferentes daqueles permitidos no contexto educativo da creche. Mostram-se angustiadas por não conseguirem atender às manifestações e vivências das crianças e, sem encontrar muitas alternativas, oscilam entre cumprir a tarefa pedagógica através da ordenação e imposição para todas as crianças de uma “atividade”, na mesma hora e no mesmo lugar e, ao mesmo tempo, abrir espaço para deixar aparecer as diferenças, as necessidades, as experiências, as individualidades, a simultaneidade, a desordem.

Trabalhar numa perspectiva de atender às diferenças, permitir escolhas e decisões entre uma atividade e outra, entre um espaço e outro, parece colocar em risco a própria docência, pois seu papel está atrelado a uma lógica organizacional predeterminada, unilateral e centralizada na ação sobre os alunos.

A indefinição em relação à especificidade do trabalho educacional realizado com as crianças pequenas na creche faz com que as professoras que trabalham com elas pautem-se, ainda muito

fortemente, pelo modelo das escolas de orientação tradicional/conservadora.

Muitas das características acima mencionadas também são percebidas no trabalho de formação com as professoras de algumas redes municipais de Educação Infantil, já mencionada anteriormente. No convívio com essas professoras, mais especificamente com as que atuam com as crianças de 0 a 3 anos, é possível perceber, também, que suas práticas constituem-se a partir de um conjunto de conhecimentos nos quais se mesclam experiências domésticas, experiências oriundas das práticas pedagógicas e aquelas adquiridas nos cursos de formação inicial e continuadas.

Tenho percebido que há uma tensão em relação ao que constitui a docência por parte dessas profissionais, tensão que se configura em uma indefinição acerca da especificidade da docência na Educação Infantil, especialmente quando se trata da dimensão pedagógica do trabalho que realizam com os bebês.

A ocupação com as atividades ligadas ao corpo – banhar, alimentar, acalantar, entre outras, parecem ainda serem compreendidas como menos nobres porque se assemelham às práticas maternas e, portanto, menos valorizadas por não serem consideradas como ações educativo-pedagógicas. É comum ouvir das professoras, nos espaços de formação: “Eu fico aqui ‘cuidando’ dos filhos enquanto as mães estão em casa. Se elas não trabalham, por que não podem ‘cuidar’ dos seus filhos?”. “Muitas crianças que chegam bebês na creche nem sentem mais a falta da mãe porque nós acabamos fazendo o que elas não fazem”. Ou seja, muitos profissionais ainda se veem como substitutos da família e compreendem que o cuidado é uma dimensão das relações familiares, mais especificamente da mãe. Parece que aqui também reside uma indefinição sobre o valor social e educativo da Educação Infantil e, conseqüentemente, sobre a especificidade da docência nesta modalidade de educação.

É conhecido por nós o discurso da creche como “mal necessário”², um fato anormal, que só deveria existir caso a mãe não

² MANCINI (1944, p. 84-85) em artigo publicado numa revista do Serviço Social – “As creches como auxiliares da família”, problematiza a necessidade de existência da creche: “são elas um mal necessário. Dizemos um mal porque são o sintoma de um desajustamento moral ou econômico; porque nos falam de uma sociedade mal organizada, onde a mulher precisa abandonar a formação e educação dos filhos para ajudar o marido a sustentar o lar; (...) Dizemos também ser um mal necessário porque a sua não existência poderia acarretar um males

pudesse assumir o papel de educar o filho. Deste modo, a mãe que não exerce qualquer atividade profissional também não deve enviar seus filhos pequenos à creche, por entender que é a família que tem a responsabilidade com a educação nos primeiros anos de vida da criança e por considerar que a mãe é a melhor educadora dos filhos. Portanto, é com ela que deve permanecer e construir vínculos de amor e afeto, o que nos remete para a ideia de exaltação da maternidade e, conseqüentemente, à indissociabilidade da relação mãe e filho construída pela aliança entre a ciência médica, Estado e Igreja³.

A reflexão de Machado (1998) auxilia na compreensão do que tradicionalmente se constituiu, nas instituições de Educação Infantil, como uma ação pedagógica: para a autora, o termo pedagógico é, na maioria das vezes, utilizado em creches e pré-escolas para distinguir as atividades nobres das menos nobres. Na perspectiva da autora, as atividades pedagógicas são aquelas que, no entender dos adultos, ensinam algo às crianças. As atividades a que se confere maior *status* e cientificidade são chamadas de pedagógicas. São, na maioria das vezes, propostas e dirigidas pelos adultos e estão associadas à uniformização, homogeneidade, ordem, disciplina, produto, refletindo-se naquilo que constitui a própria prática docente das professoras que atuam com crianças pequenas.

Ao se conferir às profissionais que atuam na Educação Infantil a legalidade da denominação “professora”⁴, isso implica em uma valorização, visto que tal denominação, historicamente carrega em si um *status* de cientificidade – na perspectiva escolar, o que as tira da mera condição de substituição das mães na educação das crianças pequenas. Porém, segundo esta perspectiva, a professora é aquela para quem é conferido o papel de ensinar, de transmitir um conteúdo específico ligado às áreas do conhecimento e que resulta num determinado produto, fazendo com que ainda persista certa indefinição acerca do seu papel. O quê e como ensinar crianças que ainda não falam, não

maiores, como por exemplo a dissolução de uma família, a delinquência infantil, um sem número de crianças débeis físicas e quem sabe mentaes” [sic].

³ Sobre a exaltação da maternidade construída pela aliança entre a ciência médica, Estado e Igreja, ver: Del Priori (1993), Donzelot (1986), e Costa (2004).

⁴ Esta legalidade foi assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996), que define, em seu artigo 62^a, a exigência de formação mínima em Ensino Médio, modalidade normal.

escrevem, não desenham? Como é ser professora de crianças tão pequenas?

Na Educação Infantil, o uso de diferentes denominações para a função de professora deste nível de educação acaba por revelar a própria indefinição histórica desta profissional, chamada inicialmente de ama, desde as primeiras creches no Brasil, babá, recreacionista, atendente, auxiliar de desenvolvimento infantil, entre outros.

Este segmento profissional ainda depende de melhores definições, conforme descreveram Suzanna Mantovani e Rita Perani (1999), importantes pesquisadoras italianas nesta área: *esta é uma profissão a ser inventada* e a consolidação de suas funções no âmbito das instituições educativas vem exigindo um maior conhecimento de suas origens e de seu percurso histórico de constituição profissional.

Estudos realizados por pesquisadores nacionais e internacionais da área da educação também vêm indicando a necessidade de pensar a ação docente numa perspectiva mais ampla, enfatizando que a constituição profissional das professoras que atuam na Educação Infantil tem sido objeto recorrente de estudos, sinalizando que essa formação apresenta hiatos no que diz respeito ao que lhe é próprio e particular.

Dentre estes estudos que têm como foco estas profissionais, há uma maior atenção à sua formação e a definição do caráter educativo da Educação Infantil, entre os quais podemos citar: Rocha (1999; 2007; 2012); Faria (1999); Mantovani e Perani (1999); Rivero (2001); Kramer (2001); Cerisara (2002); Kishimoto (2002); Silva (2002); Leite (2002); Formosinho (2002); Bonetti (2004); Oliveira (2007); Monteiro (2007); Barbosa (2010); entre outros. Estes autores apresentam importantes indicações sobre a formação e, a maioria deles, indicam a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o que constitui a especificidade da docência na Educação Infantil.

Para Cerisara (2002, p. 107):

[...] uma melhor definição do papel das professoras de educação infantil, diferenciado do das professoras das séries iniciais, só será possível na medida em que a especificidade do trabalho junto aos bebês e crianças pequenas for amplamente compreendida. [...] as práticas dessas profissionais são práticas que se mesclam com as práticas domésticas e de maternagem, as quais são socialmente desvalorizadas.

Pesquisas recentes sobre a docência na Educação Infantil vêm se preocupando com a profissionalização neste nível educacional e, dentre as realizadas no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (NUPEIN/UFSC), podemos citar os estudos de Tristão (2004); Schmitt (2008); Fernandes (2010); Duarte (2011); Conceição (2011); Rocha (2012) e Albuquerque (2013).

Duarte 2011, p.19, ao tratar da docência com as crianças de 0 a 3 anos, também identifica que,

Por tratar-se de uma temática pouco difundida, muitas ainda são as dúvidas e as incertezas que permeiam tanto nas instituições com relação ao trabalho com os bebês quanto no campo das pesquisas sobre a educação de crianças de 0 a 3 anos. Nas instituições, percebe-se um sentimento de negação por parte das professoras de educação infantil em relação ao trabalho com os bebês, sentimento que advém de uma incompreensão acerca dessa prática docente, tanto por parte das profissionais quanto por parte das famílias. Essa incompreensão tem origens históricas e marcadas por uma desvalorização da profissional de educação infantil.

A situação atual exige a ampliação do foco da pesquisa da profissionalização para a emergência da docência, numa perspectiva que contribua com novos questionamentos críticos e de investigações sobre o processo histórico que constitui a docência na Educação Infantil, mas que também indiquem, através do levantamento de um *corpus* documental, um novo conjunto de estratégias e modos de atuação para a formação inicial e continuada.

O esforço teórico na direção de compreender o processo histórico que marca as bases da Educação Infantil no Brasil tem permitido, de forma bastante consistente, conhecer suas origens e os contextos sociais que fizeram emergir as instituições voltadas para a criança (em Creches e Jardins de Infância), e as funções sociais que cada qual assume em seu tempo. No entanto, uma maior compreensão da construção sócio histórica destes profissionais merece, ainda, um aprofundamento no sentido de ir além de generalizações, até aqui indicadas que associam esta função ao gênero feminino, à maternidade e à filantropia. Como observa Kramer (2005), as atividades do magistério infantil têm sido associadas à condição feminina, ao cuidado e socialização da criança.

Em recente levantamento de fontes, Rocha (2012)⁵ retomou, a partir dos artigos da Revista *A mãe de família*⁶, o primeiro texto publicado no Brasil sobre creche: Vinelli, K., *A crèche - Asylo para a primeira infância*, nº 1 – Anno 1, (Capa; p. 3-5 e p.15). Neste artigo, o autor empreende uma defesa da creche e define suas origens e funções, citando a primeira creche fundada em Paris, em 1844 – por Jean Batiste Firmin Marbeau e o livro: *Das creches ou meio de diminuir a miséria e aumentar [sic] a população*. Rio de Janeiro 1879⁷.

Outros artigos sobre creche e o papel da mãe são publicados na mesma revista, com ênfase na importância do amor materno, apresentando índices sobre a mortalidade infantil na Europa e no Brasil e destacando a proteção da infância e a educação da família como bases para o progresso e a felicidade da pátria⁸. A partir do Nº 4 da Revista (Anno 3, 1881), seu editor, Dr. Carlos Costa, passa a defender a união das senhoras para a fundação de uma Associação Protetora das Crianças – crèches ou asylos, de forma a proteger as crianças abandonadas nas ruas, principalmente após a Lei do Ventre Livre. Ao longo do terceiro ano de edição, a publicação apresenta uma sucessão de artigos sobre a educação das mulheres e defende o Lyceu para as moças (ROCHA, 2012, p. 8-12).

Para compreender as marcas históricas deste processo de consolidação das creches e da Educação Infantil no Brasil, é importante notar que há uma simultaneidade temporal na inauguração destas instituições e dos Jardins de Infância. Em 1883, publica-se o artigo *A educação e o Jardim de Infância*, do Dr. Menezes Vieira, que anuncia a criação de comissão pelo Governo Imperial para angariar fundos para este fim. Traz o texto: “O Jardim de Infância, os asylos, escolas maternais ou kindergarden, como quiserem denomina-los são remédio eficaz, heroico [...]. Na França em 1857, haviam 3.000 salas de asylos [...]”. Em continuação do artigo (p. 95, Nº 9 – Anno 4, 1883), o autor

⁵ Levantamento de fontes realizado para a pesquisa de estágio pós-doutoral: A invenção da Professora de Educação infantil, 2012, não publicada.

⁶ *A mãe de Família* - Jornal quinzenal, voltada para as senhoras da sociedade carioca, com fins de instrução e cultura.

⁷ Jean Firmin Marbeau (1798 - 10 de outubro de 1875) era um francês filantropo que foi pioneiro, um precursor da moderna creche. Conhecido por ter fundado a primeira creche, que abriu em Paris em 14 de novembro de 1844.

⁸ Artigo: O papel da *mãe* na educação da primeira infância, Revista *A Mãe de família*, nº 24 – Anno 1 – Editorial do 1º Anno, 1879 e nº 1 – Anno 2, 1880.

apresenta o Jardim de Infância como emancipação da mulher, afirmando: “Convicto que a mulher é a única a substituir a mãe⁹”.

As primeiras definições sobre a estrutura e pessoal das creches foram publicadas na revista, no exato momento da abolição - com o Editorial *Ava Liberdade* - Abolição 15 de maio de 1988. Neste número, é também publicada a *Segunda Carta ao Ministro pela Proteção das crianças*, e também a seguinte *Terceira Carta*, que indica a creche como recomendação de serviço público.

Mais à frente, a *Quinta Carta* define o corpo da creche: Administração e Pessoal. “O pessoal das crèches se compõe: De uma vigilante ou diretora; de mulheres encarregas de embalar as crianças (*berceuses*, embaladeiras, berçaristas) e de creadas”. “As *berceuses* têm como ocupação tomar conta das crianças” [*sic*].

Sobre o corpo da creche, a carta define ainda que:

De accordo com o decreto ministerial de que falaremos, cada *berceuse* deve tomar conta de seis crianças. Porém, as maiores de um anno de idade, não tendo necessidade, na prática, de constante vigilância, este decreto nunca é observado e cada *berceuse* se encarrega de doze crianças. As creadas se ocupam dos trabalhos da cozinha, do aceio (*sic*) do edificio, etc. O estabelecimento deve ter um médico [...]. Quanto ao pessoal em serviço das crèches, entendo que melhor ninguém poderá exercer esses encargos que as Irmãs de Caridade. Como dedicação, como carinho pelas crianças, como vigilância, (...) De sorte que eu proporia que as *berceuses* fossem irmãs de caridade, e as creadas, as que estas escolhessem fossem elas que as dirigissem, sob a fiscalização de uma senhora o conselho, que ficariam semanas n’esse trabalho” [*sic*] (COSTA, Carlos, Revista *A mãe de família*, n. 13, Anno X, 1888).

Esta circulação de ideias na capital do país, será também definidora da constituição da creche e de seu “pessoal” em âmbito regional?

Ao final do século XIX, os modos de produção das sociedades ocidentais sofrem mudanças que produzem, no âmbito das organizações

⁹ Neste número da Revista já é citado o método intuitivo de Froebel por Domingos J. B. D’ Almeida.

sociais, uma transformação das funções das instituições responsáveis pelas crianças, provocando alterações consideráveis nas responsabilidades de âmbito público e privado sobre as novas gerações. Tais mudanças, derivadas da industrialização, embora variáveis nas diferentes camadas socioeconômicas e culturais, produziram, com a privatização das famílias e da propriedade, uma nova forma de criação e educação das crianças.

Os estudos e pesquisas sobre os processos históricos de reconhecimento e valorização das crianças nos contextos socioculturais, e o surgimento de instituições educacionais voltadas a elas tem direcionado pouca atenção à constituição da docência para Educação Infantil.

Uma breve retomada histórica permite localizar o papel preponderante do movimento médico-higienista no que se refere às crianças nesse período, cujas preocupações dirigiam-se à saúde e à contenção dos males sociais originados da pobreza e que, certamente, ameaçavam os interesses dominantes.

Tal processo deflagra a construção de discursos e práticas científicas, o surgimento de instituições e profissionais voltados para a criança e a infância, sendo a pedagogia, a escola e o professor, aqueles que passam a ter como “objeto” privilegiado de intervenção, a criança (como aluno). A escola é a primeira instituição que se destaca com uma função social de compartilhamento com a família, de instrução e formação dos mais novos (ARIÉS, 1979; CHARLOT, 1979; SACRISTÁN, 2008). Não se trata, aqui, de referir toda a história da educação escolar. Entretanto, cabe destacar que a existência de instituições voltadas para a educação da criança no Brasil, antecede a educação escolar e sua própria difusão pública¹⁰.

O surgimento destas instituições sociais está vinculado, de modo acentuado, à história da assistência às crianças em asilos, reformatórios, orfanatos, abrigos e internatos, que são denominadas de formas diversas, conforme o momento histórico e a classe social a que se direcionam.

No Brasil, o processo de definição das responsabilidades sociais sobre as novas gerações desencadeou a construção de padrões de assistência e educação caracterizados por processos excludentes, não assegurando acesso igualitário à assistência, saúde e educação, produzindo a convivência de diferentes modalidades de serviços

¹⁰ Ver recente texto de Freitas e Bicas sobre o assunto in: FREITAS, Marcos Cezar. História social da educação no Brasil (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009.

educativos em instituições diversas, e com diferentes profissionais. Só a partir de 1988, é que se define constitucionalmente o direito a Educação Infantil às crianças, antes do ingresso no Ensino Fundamental. Esse quadro exige, mais uma vez, a definição dos profissionais responsáveis por esta etapa educativa em creches e pré-escolas, assim como sua denominação, carreira e formação necessária.

A investigação nesta área demanda a análise dos processos históricos constituidores das perspectivas educativas destas “novas” instituições e a função social de seus profissionais. A produção científica sobre Educação Infantil tem exigido uma interlocução com campos teóricos, entre eles a História, que permitam compreender os diferentes aspectos que estão envolvidos nas relações educativas. Como afirma Freitas (1999, p. 12), “o rastreamento da história da infância nas fontes primárias e secundárias têm carecido a travessia de um labirinto no qual as disciplinas e os territórios epistemológicos estão demarcados”.

Nos anos setenta do século XX, inicia-se a pesquisa sobre o tema, simultaneamente à criação do acesso público à pré-escola. Levantamentos anteriores da produção científica brasileira nesta área, realizada por Campos & Haddad (1992), ressaltam a existência de uma preocupação das pesquisas com a criança pré-escolar e seu desenvolvimento, visando a subsidiar propostas de intervenção precoce para os “culturalmente marginalizados”. A oferta de vagas em pré-escola, embora não tivesse grande expressão quantitativa, era justificada principalmente pela pesquisa restrita à Psicologia, sofrendo grande influência da educação compensatória (FARIA, 1989).

A preocupação com o caráter e a função das instituições pré-escolares começa a ser tematizada somente na década seguinte. Contudo, tais preocupações ainda se encontram associadas à ideia de privação cultural. Nos anos oitenta consolida-se a crítica às teorias da privação, o que provoca um esvaziamento da defesa da educação pré-escolar com um objetivo educacional considerado válido. Interroga-se: para que pré-escola?

Não obstante, a exigência social contribui para uma ampliação significativa do crescimento do atendimento público para crianças pequenas, incluindo a creche como uma modalidade de atendimento à mãe trabalhadora e às crianças das camadas mais pobres da população das grandes cidades. Só recentemente é que esta defesa passa a considerar a Educação Infantil como direito da criança pequena à educação.

Nos anos noventa destacam-se as pesquisas do tipo diagnósticos institucionais, os levantamentos de dados, as avaliações dos programas e os relatos de experiências, a partir dos quais “as teorias serão revistas, as posições reavaliadas e as concepções anteriores criticadas” (CAMPOS; HADDAD, 1992, p.16). Contudo, mesmo nos trabalhos preocupados com a definição do caráter educativo da creche e da pré-escola, ou nos estudos históricos que servem de base para a crítica às concepções vigentes, seus profissionais e suas raízes são pouco investigados.

A análise das tendências da pesquisa em Educação Infantil em nível mundial e, mais particularmente europeu, também identifica o conhecimento científico da pequena infância e da sua educação como uma elaboração recente que aflora nos últimos trinta anos. Os autores também localizam uma série de estudos históricos sobre as transformações das definições sociais da educação e do cuidado de crianças pequenas, das instituições educativas e suas origens, porém atribuindo mais atenção à história recente (ROCHA, SILVA, STRENZEL, 2000).

Em estudos sobre a produção acadêmica nacional identifica-se uma lacuna quanto a investigações sobre a construção histórica da profissão docente na Educação Infantil. Entre os estudos da história da infância e da educação encontram-se pesquisas que têm como objeto, por vezes a infância, por vezes as instituições voltadas às crianças. Há também estudos que buscam as raízes da constituição do professor da escola de Ensino Fundamental, desde o período colonial até a república e a atualidade, compreendendo a docência como uma construção social, porém, evidencia-se um hiato quando a discussão se encaminha para a constituição histórica da docência na Educação Infantil¹¹.

A ausência de materiais de referências que permitam compreender as marcas que originaram estas profissionais e constituíram as funções sociais que passaram a exercer, hoje definidas como professoras de Educação Infantil que tem como função a docência, ainda evidencia a necessidade de uma identificação de fontes primárias e de uma sistematização de estudos no sentido de contribuir com a produção do conhecimento que venha a constituir um histórico da profissão docente na Educação Infantil, subsidiando a formação inicial e continuada dos profissionais desta área.

¹¹ Outros estudos tiveram como foco a docência na educação elementar ou fundamental. Ver também *História da profissão docente no Brasil - representações em disputa*, Vol. 4, Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Lugli, 2009.

Além disso, podemos dizer que as pesquisas brasileiras que se referem às profissionais de Educação Infantil focam sua atenção nos períodos mais recentes do século XX, pós anos 70 e preocupam-se especialmente com as políticas de carreira e processos de formação inicial e continuada.

Podemos afirmar que ainda há muito a ser conhecido, nacional e regionalmente. Como emerge esta função? Quem executa estas funções? Quais os critérios de escolha para o exercício junto às crianças? Quais as suas atribuições e objetivos junto às crianças? Que orientação ou formação elas recebiam?

Neste sentido, esta pesquisa buscou investigar a constituição da docência na Educação Infantil com o intuito de dar visibilidade para sua historicidade e contribuir para a definição da sua especificidade, com o objetivo de **analisar as origens históricas e as determinações sociais e políticas da docência nas primeiras Creches e Jardins de Infância de Santa Catarina.**

Com este objetivo buscou-se, então, identificar as primeiras instituições de Educação Infantil de Santa Catarina através do levantamento, sistematização e análise das fontes documentais que constituíram o *corpus* de análise, de forma a identificar os elementos constitutivos da docência neste nível de educação.

Algumas questões que orientaram o percurso investigativo foram: O que caracterizava a docência nas primeiras Creches e Jardins de Infância? Em que contextos políticos, sociais, e econômicos emerge? Qual a função das instituições de Educação Infantil? Quais as atribuições da profissional desta modalidade de educação? Em que medida essa docência foi influenciada pelas bases científicas da puericultura, pela Igreja e pelo Estado? O que diferencia o modelo de docência entre a Creche e o Jardim de Infância? O que as caracteriza? Em que consiste a especificidade de uma e de outra?

Nesta direção, a hipótese central desta pesquisa é de que a definição dos responsáveis pelas crianças nas instituições voltadas a elas é orientada pela assistência social à criança pobre, tendo como traço central a intervenção da Igreja e do Estado, que elegem para exercer esta função, fundamentalmente, irmãs de caridade, enfermeiras e voluntárias.

Esta busca de compreensão da docência coloca em questão centralmente a natureza complexa que possui a profissão docente, e autores como Tardif, Lessard e Gauthier (2001, p. 11) partem de um entendimento desta carreira como construção social. Abordam a teoria da docência compreendida como trabalho interativo, isto é, trabalho sobre e com o outro.

Tardif, Lessard (2009, p. 8; 20) veem a docência,

[...] como uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu objeto de trabalho, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana. O importante aqui é compreender que as pessoas não são um meio ou uma finalidade do trabalho, mas a matéria-prima do processo do trabalho interativo e o desafio primeiro das atividades dos trabalhadores.

Podemos, com isso, entender que parte dos problemas que envolvem a definição profissional na Educação Infantil tem relação com a docência em todos os níveis, como aponta Mariano Enguita (1990, p. 41):

Os docentes vivem hoje, e desde há muito, uma crise de identidade que se tem visto refletida numa patente situação de mal-estar e, mais recentemente, em agudos conflitos em torno de seu estatuto social e ocupacional, dentre os quais a polêmica salarial tem sido a parte visível do iceberg. Nem a categoria nem a sociedade em que estão inseridos conseguem pôr-se de acordo em torno de sua imagem social e menos ainda sobre suas consequências práticas em termos de delimitação de campos de competência, organização de carreira docente, etc.

Os documentos e conteúdos localizados nesta pesquisa passam a constituir materiais de referência que permitirão ampliar a compreensão sobre as marcas que originaram estas profissionais, e que passaram a constituir suas funções sociais como funções docentes, hoje definidas como professoras de Educação Infantil.

No sentido de “*dar conta*” da emergência e da consolidação de diferentes discursos produzidos em torno dos cuidados e educação coletiva das novas gerações, tornou-se necessário partir em busca de fontes que contribuíssem para análise sobre o caráter da docência nas primeiras Creches e Jardins de Infância de Santa Catarina e, com este propósito de investigação, o corpo textual desta tese foi tecido com escritos e imagens. A intenção é a de um texto que apresente o diálogo entre essas formas de registros, em um encontro onde a imagem soma-se à palavra para o nosso conhecimento da temática em foco. Apresenta-se

em três capítulos o percurso de estudo, investigação e análise da emergência da docência na Educação Infantil em Santa Catarina e, nesta introdução, buscamos localizar as motivações iniciais, os pressupostos e a bibliografia referente ao objeto de estudo na relação com a história deste nível educacional no Brasil e configurações profissionais da docência.

Seguimos com o capítulo I e nele discorremos sobre a metodologia utilizada para o estudo – a análise crítica do discurso de Norman Fairclough (2001) e sua proposta de análise tridimensional do discurso: o discurso como texto, como prática discursiva e prática política. Para o autor, “discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Neste capítulo apresentamos também a tabela de periodização das diferentes iniciativas de cuidado e educação da pequena infância no estado.

As experiências *garimpadas* durante o estudo são apresentadas no capítulo II – *Iniciativas de atendimento educacional à pequena infância no estado de Santa Catarina: 1908 – 1949*, e nele encontramos as diferentes experiências relacionadas com o movimento nacional e internacional. Ao longo de seus subcapítulos abordamos a constituição do Jardim de Infância de ordem religiosa, de confissão católica e luterana, em que o protagonismo religioso é marca constitutiva destas iniciativas, além da ínfima presença do poder público estadual na fomentação das referidas experiências, as criações das creches e a presença da LBA em Santa Catarina.

O Capítulo III – *A Emergência da Docência no Estado de Santa Catarina: 1908-1949*, discute, a partir das experiências apresentadas no capítulo que o antecede, a emergência da docência no estado de Santa Catarina. Ao inicia-lo, trazemos o modo como pensamos a docência. Nele são abordadas as especificidades constituidoras das dimensões da docência na Educação Infantil que emergem dos indícios referentes aos modos de como a docência foi sendo forjada a partir de iniciativas religiosas, filantrópicas, jurídicas, medico-higienistas, empresariais, gestadas em diferentes contextos geográficos, históricos e políticos.

Ao final, as *Considerações Finais* são apresentadas compreendendo que o estudo mantém em atenção o seu caráter em aberto.

CAPÍTULO I:

GARIMPANDO FONTES ENTRE A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

[...] o homem vem tentando deixar suas marcas no mundo. Esses registros, se preservados, tornam-se fontes da, ou para a história (BONATO, 2009, p. 103).

O projeto inicial desta pesquisa vislumbrou estudar a emergência da docência na Educação Infantil no Brasil a partir da legislação nacional. Porém, passou por algumas modificações em virtude de fatos explicitados mais adiante, restringindo-se a analisar a emergência da docência a partir das primeiras iniciativas de Creche e Jardim de Infância no Estado de Santa Catarina.

Primeiramente foi necessário recorrer ao levantamento de pesquisas nacionais que contribuíssem para uma reconstituição da trajetória historiográfica da Educação Infantil no Brasil.

Neste percurso, a busca por fontes iniciou-se com a localização de obras de autores e autoras nacionais que indicassem fontes primárias que pudessem vir a contribuir para a identificação da presença-ausência de elementos relativos à constituição histórica da profissão docente neste nível educacional. Desta forma, o foco inicial na legislação dá lugar a uma busca por fontes entre os estudos da história da infância e da Educação Infantil no Brasil e posteriormente em Santa Catarina, que elucidassem o objeto de estudo desta pesquisa.

A revisão bibliográfica permitiu localizar algumas obras de pesquisadores brasileiros da área da educação que buscaram demarcar a história da Educação Infantil, história esta marcada por origens na assistência à infância, nos asilos, nas creches e na educação das crianças nos Jardins de Infância.

A busca de fontes para analisar a emergência da docência na Educação Infantil passa, necessariamente, pela contextualização dos marcos históricos definidos por alguns autores e, dentre as principais obras encontradas, podemos citar Kramer (1981); Kishimoto (1986); Vieira (1986 e 2007); Civiletti (1988); Bastos (2001); Kuhlmann Jr. (1998) e Souza (2004).

As principais pistas indicadas por estes estudos para a análise da emergência da profissão docente na Educação Infantil iniciam com a identificação das influências dos precursores europeus do Jardim de Infância (Kishimoto, 1986) e passam pela identificação das marcas de uma educação pré-escolar associada à educação compensatória. Kramer (1986), ao traçar uma trajetória histórica do atendimento às crianças de 0 a 6 anos no Brasil, a partir da República Velha até a década de 80, identifica projetos que privilegiam uma abordagem de educação compensatória.

De acordo com Vieira (1986)¹², a creche no Brasil afirma-se como “mal necessário”, como um lugar de compensar carências. Seu estudo traz importantes contribuições acerca das políticas públicas não obrigatórias para as crianças de 0 a 6 anos, desenvolvidas pelos governos republicanos de Minas Gerais durante o século XX, e permite identificar um marco histórico para o estudo da emergência da docência, quando o Brasil se torna república federativa (em 1889) e é criado o primeiro Jardim de Infância público de Minas Gerais, em 1908¹³. A história da Creche, no âmbito da história da infância, é estudada por Civiletti (1988) que, em sua pesquisa *A creche e o nascimento da nova maternidade*, analisa os discursos e as práticas relativas ao atendimento de crianças pequenas no Brasil do século XIX. Faz referência ao surgimento da creche no Brasil, tomando como uma das referências o periódico *A mãe de família* que, a partir de 1879, assume a defesa da creche como espaço beneficente para as mães trabalhadoras (escravas ou ex-escravas).

Só na década de 1990 será publicado o primeiro livro dedicado à história da Educação Infantil no Brasil. De autoria de Moysés Kuhlmann Jr., o livro *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica* (1998) amplia consideravelmente o conhecimento acerca da constituição das instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil, no período de transição do século XIX ao XX.

Outras pesquisas deste autor estão relacionadas à Pedagogia e Educação Moral: o Jardim de Infância Caetano de Campos; Instituições Pré-escolares Assistencialistas no Brasil (1899-1922); As exposições Internacionais e a difusão das Creches e Jardim de Infância (1867-1822); Histórias da Educação Infantil Brasileira; Infância e Educação (1820-1950), conforme retomamos em diversos lugares neste texto.

Foram ainda localizados os estudos de Maria Helena C. Bastos (2001) acerca do Jardim de Crianças e o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). Nestes estudos a autora refere-se ao papel da professora do Jardim de Infância como aquele que se assemelha a de

¹² Vieira (1986), em sua pesquisa de mestrado, analisa o período de 1940 a 1970, priorizando o estudo dos documentos do Departamento Nacional da Criança (DNCr). Sua tese de doutorado (2007) intitula-se “A educação da criança pequena na legislação educacional brasileira do Século XX: abordagem histórica do Estado de Minas Gerais (1908-2000)”.

¹³ A autora usa, entre outras fontes documentais, a legislação educacional que compreende as constituições federais, as leis nacionais do ensino brasileiro e as leis, decretos e resoluções do Estado de Minas Gerais.

uma “mãe zelosa do futuro de seu filho” (p. 33), numa época em que se redimensionava o papel da mulher, que não se restringia mais somente à esfera familiar (privada), e se estendia para a esfera escolar (pública). Ainda de acordo com esta autora, o redimensionamento do papel da mulher gerou novas perspectivas em relação às características dessa profissional, a qual deve ser carinhosa, meiga e abnegada. Entretanto, no que se refere à formação das professoras – jardineiras - Menezes Vieira defende que “a questão não é de sexo; mas de ciência do método froebeliano e de consciência em sua aplicação” (p. 59)

No sentido da relação pública – privada na educação das crianças pequenas, a tese de doutorado de Gizele de Souza (2004), de cunho historiográfico, examinou a constituição de uma forma escolar infantil e primária, por meio do estudo da cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná entre 1900 e 1929. Seu trabalho evidencia que os Jardins de Infância, junto aos grupos escolares, compõem o projeto civilizador de instrução republicana paranaense do limiar do século XX. Amparada no estudo de Carvalho (1989), Gizele de Souza (2004, p. 1), afirma que:

A promessa republicana de “instruir e civilizar” por meio da escola produziu o entendimento de que, como emblema da instauração de uma nova ordem, a escola devia “fazer ver” e para isso devia “se dar a ver” - daí a grandiosidade e a magnitude dos edifícios, de seus materiais e mobiliário, a importância dos ritos e cerimônias, daí constituir uma “escola modelar”.

Embora nestas pesquisas não se constatem referências pormenorizadas quanto à emergência da docência na Educação Infantil, as mesmas indicam elementos históricos e políticos acerca da constituição das instituições desta modalidade de educação. No decorrer dessas leituras foram localizados indicativos de algumas fontes primárias, que passaram a ser organizadas e sistematizadas de forma que pudessem oferecer bases para compreender o objeto de estudo¹⁴, como apresentaremos a seguir.

¹⁴ Posteriormente iniciou-se a busca pelas fontes citadas nas pesquisas apresentadas acima, tais com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e sítios virtuais, como da Fundação Carlos Chagas e da Biblioteca da PUC-RJ, entre outros.

1.1 A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS NO BRASIL: O QUE INDICAM AS FONTES PRIMÁRIAS.

Nesse processo de organização/sistematização de fontes primárias, uma busca presencial foi realizada junto aos arquivos da Biblioteca Nacional (RJ) no ano de 2009. O levantamento realizado permitiu identificar e organizar fontes primárias que vêm subsidiando a constituição de um histórico da profissão docente na Educação Infantil, localizadas em documentações de referência, publicadas em periódicos nacionais entre o século XIX e XX, e depositados na Biblioteca Nacional.

Na primeira etapa do levantamento foi identificada a documentação escrita em língua portuguesa que tratava do tema da infância, da criança e sua educação, a partir de microfilmes e originais. As principais referências encontradas foram nas revistas:

- A mãe de família – Jornal Científico Literário e Ilustrado. Rio de Janeiro, Typographia dos Editores, Lombaerts & Comp., 1879-1888;
- Revista do Jardim de Infância. São Paulo, Typographia de Espindola, Siqueira e Comp., Publicação Oficial, Governo do Estado de São Paulo, 1896 - 1897 (impresso);
- Revista da Hygiene; e,
- O Jornal da Infância.

E nos relatórios:

- Relatório do Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro 1903-1904; Ministério da Educação e da Saúde – Imprensa Nacional, 1935-1945;
- Associação Protetora da Infância Desamparada – RJ -1885-1904;
- Arquivos de Assistência à infância: órgão oficial do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro

Posterior à primeira leitura dos documentos identificados, foram selecionadas as obras para uma análise pormenorizada, visando à localização das principais ideias e unidade de contexto e texto, que sintetizavam concepções e indicações sobre as instituições voltadas para a educação das crianças, assim como das definições sobre os responsáveis por esta função.

Ainda nas leituras acerca da historiografia da Educação Infantil brasileira, também as produções de Moncorvo Filho foram inúmeras

vezes citadas pelos autores/as apresentados na abertura desta seção, fato este que demandou acessar os arquivos de tais produções, disponíveis *online* na Biblioteca PUC-RJ.

Ao tecer considerações sobre a importância de um programa de proteção à infância no Brasil, a partir da criação de um Instituto com esta finalidade, tinha-se como medida:

[...] intensificar a assistência às mães e seus filhos, educar a população brasileira, fiscalizar e aconselhar as famílias pobres por intermédio de beneméritas e competentes visitadoras, por em prática tudo quanto de útil tem sido pela Medicina, pela Hygiene e pela Puericultura adquiridos em-prol do robustecimento da raça e do combate à nati-mortalidade e à lethalidade infantil, cuidar desveladamente da alimentação dos lactentes devem constituir as bases das melhores medidas em bem do povo (MONCORVO FILHO, s.d, p. 4).

Estes documentos revelam uma preocupação com a educação das mães sobre uma base médico-higiênica, em que o aperfeiçoamento da puericultura leva à produção de métodos e à criação de uma infinidade de instituições destinadas a proteger a vida das crianças pequeninhas, merecedoras de maiores cuidados da higiene infantil (MONCORVO FILHO, 1923).

Neste sentido, é possível dizer que aqui começa a ser esboçado um delineamento do modelo “médico-higiênico” voltado à educação das mães, e que dá base à constituição da docência nas primeiras instituições de educação para a pequena infância brasileira?

Assim como o Instituto de Proteção à Infância Moncorvo Filho, outro espaço que merece atenção das pesquisas é o acervo pertinente ao Departamento Nacional da Criança (DNCr), criado em 1940, com o objetivo de amparar a maternidade, tendo como premissa a relação entre educação e saúde, no sentido de que à primeira cabia a formação moral e de hábitos higiênicos, como também a inculcação dos ideais do Estado Novo. Já à segunda cabia a responsabilidade de sanear o espaço social através de uma política de higienização dos povos pobres (FIGUEIREDO, 1946; DNCr, 1952).

Grande parte das produções acadêmicas relacionadas à história da educação que versam sobre as primeiras instituições de educação para as crianças pequenas no Brasil aponta para a necessidade da imersão nas produções deste Departamento. Estudos realizados junto de programas

de pós-graduação de universidades da região da Grande Florianópolis e Sul do estado (UFSC, UDESC, UNISUL) também se inserem neste contexto, levando em conta que a emergência destas primeiras Creches e Jardins de infância catarinenses se dá anteriormente ou concomitante ao período de constituição do DNCr.

O acesso aos dados do DNCr deu-se por meio do *site* da Fundação Carlos Chagas (FCC), que possibilitou o contato com livros publicados entre os anos de 1940 e 1960, podendo ser citados:

1. Andrade Filho, Odilon de; Barros Filho, Sebastião; HIRTH, Maria Bernadette Pereira. **Creches** (Organização e Funcionamento). Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Departamento Nacional da Criança, 1956. Coleção DNCr N^o. 151.
2. Figueiredo, Gastão de. **Creche**. 2^a. Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Departamento Nacional da Criança - Imprensa Nacional, 1946. Coleção D.N.Cr. N^o. 95.
3. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **Inquéritos sôbre as instituições de proteção a maternidade e a infância**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. Coleção D.N.Cr.
4. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **Clube das mães da Campanha educativa**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960. Coleção D.N.Cr N^o. 161.
5. Oliveira, Olinto de. **A casa da criança**. 3^a. Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Departamento Nacional da Criança - Imprensa Nacional, 1946. Coleção D.N.Cr. N^o. 72.

Neste levantamento investigativo de fontes primárias que possam anunciar elementos constituidores da docência na educação da infância, ainda encontramos disponibilizado no *site* da Fundação Carlos Chagas (FCC) um conjunto de documentos da Associação Feminina Beneficente e Instructiva (AFBI), criada por Anália Franco, entre eles, o jornal *A voz maternal*. “Este jornal era o órgão de comunicação da AFBI e começou a ser publicado em dezembro de 1903. Há referências sobre a existência do jornal ainda na década de 1910” (FCC, 2011). Outras publicações desta mesma Associação são seus relatórios, manuais e livros de leitura para escola maternal.

Este percurso permitiu uma aproximação a dados que pudessem ajudar a identificar quem eram os adultos responsáveis pela educação das crianças pequenas em Creches e Jardins de Infância (função,

denominação, formação, entre outros), anterior ao seu ingresso na escola de Ensino Fundamental e, conseqüentemente, compreender a emergência dessas bases e as diferentes formas pelas quais elas passam a expressar concepções e indicadores para a docência na Educação Infantil no Brasil.

Esta *garimpagem* nesse conjunto de documentos apresentou elementos que possibilitam compreender as determinações histórico-político-social-econômicas que influenciaram na e para a criação das primeiras Creches e Jardins de Infância no Brasil. Na tessitura dessa história também foi possível mapear aspectos relevantes que constituem as dimensões do trabalho educativo realizado com crianças nessas Creches e Jardins de Infância.

Esse *mergulho* nas produções sobre a história das instituições de Educação Infantil foi indicando que, tanto as pesquisas de âmbito nacional quanto regionais, ampliam a compreensão de que a constituição dessas instituições, bem como a emergência da docência nesses espaços, não pode ser tratada a partir de generalizações, mas de complementariedades. As regiões brasileiras, ou mesmo seus estados, foram sendo constituídos, povoados, colonizados de modo diverso, influenciando sobremaneira a constituição das instituições educacionais.

Esta constatação exigiu uma tomada de decisão para que a pesquisa fosse exequível a partir das condições objetivas de sua realização, quais sejam: a diversidade de fontes e a sua *garimpagem* exigiria que o trabalho fosse realizado por um grupo de pesquisadores, algo impossível para viabilizar dentro do prazo para realização desta pesquisa; a aproximação ao campo da historiografia, o que consiste em uma novidade na minha trajetória acadêmica, compreendendo que esta pesquisa não se constitua exclusivamente no campo da história da educação, mas não há como negar seu caráter histórico. Reconheço “que as fronteiras entre as áreas do conhecimento educacional sejam tênues e que a interdisciplinaridade é uma das marcas do exercício em educação” (FARIA FILHO et al, 2004, p. 142). Espero, assim, esclarecer o desafio e importância do vivido enquanto pesquisadora da educação ao me aproximar da História e assumir o potencial do diálogo interdisciplinar presente no discurso da Educação e na utilização das fontes históricas, compreendendo que a história, “embora tratando do passado, do que já aconteceu, é dinâmica e exige a ampla pesquisa e a crítica das fontes, que renova interpretações e exige procedimentos próprios de investigação e análise” (KUHLMANN Jr. 1998, p. 7).

Neste sentido, o tempo de apropriação, quer seja das fontes, quer dos acervos e sua localização, foi importante para definir com mais

clareza, tanto o objeto de pesquisa quanto sua relação com as questões mais amplas que “dizem respeito da história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção [...]” (KUHLMANN Jr. 1998, p. 16).

O estudo realizado a partir das fontes anteriormente citadas evidenciou a ausência de pesquisas de abrangência nacional, regional e local que apontassem as dimensões históricas constituidoras da docência na Educação Infantil.

Frente a esta constatação, fez-se a opção por delimitar o campo desta pesquisa ao Estado de Santa Catarina, a partir da análise de fontes documentais que permitissem uma aproximação acerca da emergência da docência, destacando elementos relevantes neste processo em âmbito social, cultural, econômico, educacional, entre outros.

Em se tratando de um estudo de caráter histórico, é importante considerar que o atendimento às crianças em Creches e Jardins de Infância no Estado de Santa Catarina foi considerado como uma questão secundária, à margem do sistema estatal de ensino¹⁵. Portanto, há que se considerar a escassez de dados nos documentos e relatórios oficiais sobre a temática da pesquisa. Nestes relatórios, os dados obtidos referem-se ao curso pré-primário, que constituía o Jardim de Infância como uma das modalidades que se articulava ao curso primário. Ou seja, nos documentos, o uso da denominação *pré-primário* indica sua forte vinculação ao ensino primário, tornando aquele como uma questão menor, sendo pouco dito sobre sua constituição e sobre as questões relacionadas aos profissionais que nele atuavam. Outro dado importante refere-se à escassez de documentos sobre os Jardins de Infância de caráter religioso-protestante do início do século XX, que foram alvo de um Projeto Nacional¹⁶ com o propósito de nacionalizar e abrigar as regiões povoadas por imigrantes estrangeiros.

¹⁵ Somente a partir da Constituição de 1988 que a Educação Infantil passou a fazer parte do sistema educacional.

¹⁶ Com a participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), cria-se um campo de tensão que incide sobre a população de origem alemã no Estado de Santa Catarina. Sentimentos patrióticos e nacionalistas acirram conflitos e tensões entre brasileiros e alemães. Ataques contra sociedades recreativas, escolas particulares e comunitárias foram sistemáticos, promovendo sua extinção. A nacionalização torna-se um “compromisso do Estado e [...] em 1918, a partir do Decreto Federal nº 13014 possibilitou à União subvencionar as escolas primárias de populações de origem estrangeira nas zonas de imigração, com o objetivo de disseminar a língua nacional, despertar o sentimento de brasilidade [...]” (COSTA, GABARDO, FREITAS, 2005, p. 50).

Luciano Mendes de Faria Filho (2009) reflete acerca da questão do regional na pesquisa em história da educação do Brasil, e ajuda a compreender que a ideia de região tem sido mobilizada para ajudar no entendimento do país. O autor afirma que “não é possível entender os projetos de Brasil sem que entendamos o lugar ocupado pela ‘região’, dentro desses mesmos projetos” (FARIA FILHO, 2009, p. 60).

O exercício de pesquisa que se apresenta neste momento é o de buscar entender e dar inteligibilidade às particularidades do objeto de pesquisa em questão, com a compreensão das possibilidades e limites que essa escolha pode trazer em relação à necessária articulação entre o local, regional e nacional.

Com esta tarefa era preciso, então, localizar as primeiras instituições - Creche e Jardim de Infância, os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais em que emergiram no Estado de Santa Catarina. Primeiramente, recorreu-se aos indicativos de pesquisas acadêmicas sobre a história das instituições educativas para crianças pequenas no Estado de Santa Catarina, destacando-se estudos e pesquisas realizadas por: Zenandria Branco Biehl (2006), Giani Rabelo (2007), Karina Kilipper (2008), Marjourie Mariano Serafim (2009), entre outras. Estas pesquisas apresentam as primeiras experiências de Jardins de Infância localizados na região sul do Estado no período de 1945 a 1960.

Ainda no Sul do Estado, as pesquisas de Marli de Oliveira Costa, *Artes de Viver: Recriando e Reinventando Espaços – Memórias das Famílias da Vila Operária Mineira Próspera – Criciúma (1945/1961)*, e de Ismael Gonçalves Alves, *Faces da assistência social do setor carbonífero (1930-1960)* trazem importantes contribuições acerca das determinações políticas, sociais, religiosas e econômicas que convergem com a criação de Jardins de Infância.

Na região do Alto Vale do Itajaí, Andréia Patrícia Probst Isotton (2004, 2005) desenvolveu uma pesquisa sobre as primeiras experiências de Jardim de Infância da cidade de Rio do Sul - implantadas nesta região no anos de 1938 e 1948. Sandino Hoff, Armindo José Longhi e Maria Angélica Cardoso (2010) fazem referência à implantação do primeiro Jardim de Infância em 1928, na cidade de Canoinhas, região que pertence ao Planalto Norte catarinense.

O primeiro contato com os resultados destas pesquisas foi evidenciando a forte presença das congregações religiosas na implantação e no desenvolvimento das ações educativas no Jardim de Infância, como também forneceu pistas sobre os possíveis parapeiros de

fontes primárias que pudessem vir a contribuir para a localização das primeiras Creches e Jardins de Infância criados em Santa Catarina.

Iniciou-se, a partir de então, visitas *in loco* em arquivos históricos de diferentes municípios catarinenses: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva e Arquivo histórico da Cia. Hering, ambos de Blumenau; Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Florianópolis); Arquivo Público e Histórico de Tubarão; Arquivo Histórico de Criciúma; Arquivo Histórico de Joinville e Arquivo do Círculo Operário de Joinville; Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis; e Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (Florianópolis).

Nestas andanças de sul a norte, trilhadas, a princípio por entre as histórias e as memórias desses arquivos, fui me encontrando com relatórios da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Relatórios e Decretos do Governo catarinense, documentos institucionais formados por crônicas¹⁷, atas, históricos e certidões civis, foram surgindo indicativos acerca da história das Creches e Jardins de Infância em Santa Catarina.

Essas fontes primárias, tal como bússolas, serviram para me guiar por diferentes territórios geográficos catarinenses em busca de outros dados que permitissem a composição de um *corpus* documental mais consistente sobre as primeiras Creches e Jardins de Infância em nosso Estado.

1.2 LUGARES POR ONDE PASSEI... PESSOAS QUE CONHECI... SABERES QUE AGREGUEI

A primeira direção que o conjunto de fontes localizadas apontou foi para as terras do sul do estado, para lugares que anunciavam a possibilidade de encontro com algumas pessoas e, conseqüentemente, com algumas *pistas* que permitissem manter um diálogo com fontes que pudessem ajudar para a reflexão e elaboração de categorias de análise, tornando mais positiva esta *viagem*.

O primeiro *porto de paragem* foi o Arquivo Público e Histórico de Tubarão, lugar selecionado para um encontro com o diretor deste espaço, senhor Amadio Vettoretti¹⁸. Entre muitas conversas, interrompidas apenas para a busca e apresentação de novos documentos, foram-me sendo apresentadas as histórias de padre Agenor Neves Marques e sua relação com a Casa da Criança de Criciúma e o Paraíso

¹⁷ As crônicas são registros pessoais comentados do trabalho nestas instituições.

¹⁸ Atividade realizada no primeiro semestre de 2010.

da Criança de Urussanga; a chegada das irmãs da Divina Providência em Tubarão, no ano de 1895; e a criação do “Lar da Menina” de Tubarão, na década de 60 do século XX, criado pelas irmãs Sacramentinas. Enfim, uma série de *roteiros* merecedores de um olhar mais apurado.

Em posse desses *novos roteiros*, algumas instituições de Tubarão foram consultadas no sentido de localizar as crônicas que evidenciassem a criação e o funcionamento de jardins de infância nesta cidade, podendo citar o Colégio São José (criado pela Congregação da Divina Providência, em 1895) e o Lar da Menina (Congregação das Sacramentinas, 1963). De ambas instituições veio a informação da inexistência de tal material.

O próximo destino foi a cidade de Urussanga, primeiramente na Secretaria Municipal de Educação, local onde me foi concedida a cópia de uma certidão¹⁹, cujo teor consiste no Estatuto do Paraíso da Criança, instituição fundada em 15 de agosto de 1948, um “estabelecimento de caridade, [...] com secções especiais destinadas à Creche, Casa Maternal e Jardim de Infância, de acordo com as normas técnicas do DNC [Departamento Nacional da Criança]”. Ou seja, tem-se em mãos uma fonte que trata da implantação de uma instituição voltada à educação das crianças menores de 6 anos, na década de 40, fonte esta que será melhor explorada, em parte, mais adiante deste texto.

O contato com este estatuto, aliado a informações orais sobre a existência do “Paraíso da Criança” levaram a uma aproximação da instituição para conversar com a Sr^a Ida Bez Batti, que ocupou o cargo de secretária do *Paraíso da Criança* desde a sua fundação, participando da criação do Jardim de Infância, juntamente com Padre Agenor Neves Marques e Olinda Bettiol. No primeiro encontro com a Sr^a Ida, foi-lhe apresentado oralmente o tema, a intenção da pesquisa e a relevância das memórias do Jardim de Infância para a realização desta. Sr^a Ida, com muita calma, responde:

O que fizemos aqui foi muito importante pra muitas crianças pobres que aqui chegavam e sem distinção, eram recebidas de braços abertos. Hoje são homens e mulheres feitos e a gente se orgulha dessa grandiosa obra. Do jardim de infância eu não lembro mais de muita coisa, estou muito esquecida e o que tem aqui no arquivo não diz

¹⁹ Emitida pelo Registro Civil de Urussanga, datada de 25 de janeiro de 1958, tratando do *Estatuto do Paraíso da Criança*.

nada sobre as professoras do jardim, são só registros de contabilidade do Paraíso da Criança.

De volta à Urussanga com objetivo de conhecer outras pessoas que trabalharam com Padre Agenor, fui informada sobre Rosa Miotello²⁰, conhecedora e participante ativa das obras de caridade do *Paraíso da Criança* e de tantas outras ações realizadas pelo padre e pela Sr^a Ida Bez Batti.

Deste contato resultou o acesso ao “Livro de crônicas do Paraíso da criança – 10/05/1948 a 30/10/1958”, um documento redigido manualmente por Ida Bez Batti que, até então, estava guardado com muito zelo por ela, que demonstrou ter um carinho especial pelo seu livro de crônicas como uma obra na qual descreve o cotidiano desta instituição: as estratégias organizadas para sua fundação e manutenção, o movimento em prol da criação do Jardim de Infância, bem como as práticas pedagógicas realizadas com as crianças neste jardim.

Saindo de Urussanga com esse conjunto de fontes, a seqüência do roteiro foi a cidade de Criciúma, mais especificamente no Colégio São Bento²¹, na busca por informações sobre um Jardim de Infância criado em 1945²², onde as irmãs Escolares de Nossa Senhora atuaram nos primeiros anos de trabalho. Posteriormente, as funções educativas neste Jardim de Infância foram assumidas pelas irmãs Beneditinas da Divina Providência. Tal instituição foi dirigida também por padre Agenor Neves Marques, e funcionava no salão do Círculo Operário de São José.

Um desejo manifesto pela comunidade se concretiza em 01/02/1947: a criação da *Casa da Criança Nossa Senhora de Fátima*, tendo seu ato inaugural datado de 19/03/1947, cuja função consistia no “cuidado e educação da criança pobre”, passando o Jardim de Infância a compor uma das ações da *Casa da Criança*.

Ao buscar ampliar as fontes sobre a *Casa da Criança*, recorreu-se ao Instituto Sagrada Família, instalado em Nova Veneza, com vistas a realizar uma *conversa-entrevista* com a irmã Bernadete Zanellato, diretora do Jardim de Infância (instalado nas dependências da Casa da Criança), a partir de 1952, ano que a irmandade da Divina Providência assumiu as atividades nesta instituição. Ao ser questionada sobre a

²⁰ Uma das maiores impulsionadoras do trabalho do Paraíso da Criança, segundo Jornal Vanguarda.

²¹ Instituição que precedeu a “Casa da Criança Nossa Senhora de Fátima”, a partir de 1963.

²² O documento localizado no Colégio São Bento deixa dúvidas quanto a data precisa de abertura desta instituição, alternando entre os anos de 1945 e 1946.

carência de registros em torno dos trabalhos realizados no Jardim de Infância, a entrevistada justificou que as urgências demandadas pelo grande trabalho realizado na instituição acabavam por impedir a produção das crônicas. Ou seja, como dito por Mafalda (personagem criada por Quino) “o urgente nunca deixa tempo para o importante”.

Ao retornar para Florianópolis, iniciou-se uma busca junto da Biblioteca Pública Estadual, trabalho este que resultou na localização dos Relatórios da Legião Brasileira da Assistência, (LBA, 1943, 1945 e 1948), os quais trouxeram dados sobre a existência do Centro de Puericultura Beatriz Ramos, localizado na Capital, que comportava, entre outras atividades, atendimento pré-escolar e creche. Foram também identificados nestes relatórios registros de auxílio financeiro para duas instituições que prestavam atendimento às crianças em regime de Creche ou Jardim de Infância – Creche Conde Modesto Leal de Joinville e Casa da Criança de Criciúma.

Também foram localizados dois Relatórios da Sociedade de Assistência aos Lázaros e defesa contra a lepra em Santa Catarina (1941 e 1944), que informam sobre a criação do Educandário Santa Catarina, administrado pelas irmãs Franciscanas, e indicam a presença de um Jardim de Infância instalado neste estabelecimento a partir de 1941.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi encontrado um relatório datado de 1938, apresentado pelo doutor Nereu Ramos à Presidência da República, que destaca dados estatísticos de matrícula e frequência entre os anos de 1935 e 1938, no Jardim de Infância do Colégio Coração de Jesus, mantido pela Congregação das Irmãs da Divina Providência. Outro relatório com o mesmo objetivo foi apresentado em 1939, e faz menção aos Decretos n^o 88 e 142, que traçam orientações à nacionalização da educação pré-primária e primária. Também apresenta informações quanto à finalidade e organização dos Institutos de Educação, destacando que o curso pré-primário constituirá o Jardim de Infância (Decreto n^o 244).

Como um dos referidos relatórios fez menção ao Colégio Coração de Jesus, fez-se contato com esta instituição, objetivando acessar documentos que tratassem da criação da sala de Jardim de Infância neste estabelecimento. Foram disponibilizados alguns documentos que faziam referência à inauguração do referido Jardim de Infância no ano 1956.

Como nos relatórios da LBA havia menção à Creche Conde Modesto Leal, instalada na cidade de Joinville, o passo seguinte ao levantamento feito em Florianópolis foi fazer contato telefônico com esta instituição, o que resultou no recebimento do livro *Creche Conde*

Modesto de Leal: o legado social do Padre Kolb, de autoria de Carmen Silvia Meyer Miranda (2006). Este livro traz informações importantes, entre elas, o ano de criação da Creche Conde Modesto Leal - 1936, e o processo de sua fundação pelo Círculo Operário Católico de Joinville.

Neste processo de busca das primeiras Creches e Jardins de Infância do Estado de Santa Catarina, o referido livro apresentou-se como o objeto que me colocou em relação com a primeira instituição de educação das crianças pequenas caracterizada como creche, até este momento da pesquisa, além de apresentar pistas sobre os possíveis paradeiros das fontes. A partir destas informações, abre-se mais uma frente de pesquisa, agora na cidade de Joinville, mais especificamente na Creche Conde Modesto Leal.

Ao chegar nesta instituição, encontro na arquitetura, nas salas amplas e corredores com ladrilhos coloridos e desgastados pelo tempo, nas folhagens, nas imponentes portas, nos quadros emoldurados com as fotografias do fundador, Padre Alberto Kolb e de seus colaboradores, Conde João Leopoldo Leal e Condessa Isabel Fernandes Leal, elementos que contam um pouco da sua história. Sou convidada a conhecer mais de perto e vou interrogando sobre sua história, sobre as memórias registradas em crônicas, relatórios, diários, entre outros. Neste diálogo sou informada que não há nenhum documento relacionado ao período da sua fundação e ao trabalho que ali foi desenvolvido desde o ano de 1936 pois, primeiramente, o atendimento às crianças funcionava nas dependências do Círculo Operário Católico de Joinville, entidade que foi mantenedora da Creche.

É no Círculo Operário que encontro documentos referentes ao processo de criação e desenvolvimento do trabalho educativo realizado pelas Irmãs da Ordem de São Vicente de Paula (Vicentinas) na Creche Conde Modesto Leal.

Ao me defrontar com o que lá encontrei, percebi indícios daquilo que ressalta Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2009), ao tratar da situação dos documentos sobre a história da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Ela aponta um conjunto de problemas referente à sua apresentação e conservação que, na minha passagem por este arquivo, também encontrei, quais sejam: um variado acervo com problemas de conservação, danificados, alguns deles rasgados, com perda de informações, incompletos; outros acidificados pela falta de climatização ou danificados pela ferrugem de cliques e grampos de ferro, ou ainda por estar fixado/colado com produtos à base de água. Porém, como eram estes os documentos com os quais tive acesso, então é

obrigatoriamente sobre eles que vou trabalhar, independentemente de seu estado físico.

Ainda sobre a cidade de Joinville, foram localizadas pela *internet* informações quanto ao Jardim de Infância da década de 1930, ligado à Igreja Evangélica Luterana. Numa *Conversa-entrevista* com Jutta Hagemann, ex-aluna deste Jardim (julho/2012), e localizada a partir de uma fotografia enviada por ela ao Jornal AN, publicada no periódico em 23/01/2011, foi sendo percebido, através dos seus depoimentos e das fotografias de seu acervo pessoal, que este Jardim de Infância já existia antes da década de 1930.

Recorri à Paróquia da Paz - Comunidade Evangélica Luterana de Joinville - para buscar informações, pistas sobre o paradeiro de outras fontes que trouxessem mais informações acerca deste Jardim de Infância. Foi encontrado um histórico escrito por Dorothea Bühler, que foi professora da Sr^a Jutta Hagemann, datado de novembro de 1963. Neste histórico, ela apresenta a data de fundação - 17/05/1917 -, o fechamento, em virtude da primeira guerra mundial, e a reabertura em 1920. Apresenta, também, os nomes das professoras que trabalharam nos períodos de 1917 a 1963.

Já no Arquivo Público Municipal e na Biblioteca Municipal não foi encontrado nenhum documento que fizesse referência às duas instituições: Creche Conde Modesto Leal (católico) e Jardim de Infância (luterano).

Na trilha das comunidades evangélicas instaladas no Estado de Santa Catarina, mais especificamente nas cidades de imigração alemã, o próximo destino foi Blumenau, cidade em que foi fundado pela OASIS²³, em 1935, um Jardim de Infância. Outras buscas foram realizadas através da *internet*, com intuito de acessar e ampliar as informações acerca do histórico desta instituição: site do Jardim de Infância Princesa Isabel e Jardim de Infância Tereza Cristina²⁴ (ambos ainda mantidos pela OASIS) e o *Blog* de Adalberto Day²⁵.

²³ Ordem Auxiliadora de Senhoras de Itoupava Seca (OASIS), da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Itoupava Seca, de Blumenau. A OASIS congrega senhoras evangélicas e de outras confissões religiosas, e tem como um dos objetivos promover a Educação Infantil.

²⁴ <http://teresa.eiprincesaisabel.com.br/conteudo/?s=4>

²⁵ Morador da cidade de Blumenau, realiza pesquisas acerca da história da sua cidade e as publica no blog, com vistas a manter essa história viva entre as gerações futuras <http://adalbertoday.blogspot.com.br/>.

Sendo Blumenau uma cidade reconhecida por sua tradição têxtil com duas empresas, Garcia e Hering, em plena ascensão na década de 1940, período também do advento das leis trabalhistas - CLT, buscou-se informações sobre a política de proteção e assistência social aos operários destas empresas, que empregavam um número expressivo de mulheres. No arquivo do museu da Cia Hering foram encontrados documentos que fazem referência à criação da creche da empresa, exigências e condições de funcionamento. No estatuto e regimento da Fundação Hermann Hering, criada em 1935, a creche é referenciada como um benefício às mães operárias. Além destes documentos foram encontrados, nesse arquivo, registros iconográficos das crianças e da enfermeira encarregada pelos seus cuidados.

No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva foi encontrado, no livro *Centenário de Blumenau 1850-1950*, um artigo que faz referência à Empresa Industrial Garcia como pioneira na implementação das leis sociais. Dentre os serviços assistenciais, cita-se a creche para filhos das mulheres operárias. Porém, nenhum outro documento tratando desta instituição foi localizado.

Para finalizar, foi encontrado, no Jornal *A Comunidade*, registro fotográfico referente ao Jardim de Infância, criado em Piratuba e Ipira, no ano de 1949, vinculado à Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE). A partir das informações veiculadas pela imprensa, também foi realizado contato com um escritor local, Claudio Rogger, que enviou materiais impressos sobre esse Jardim de Infância.

Do conjunto de documentos consultados resultou a periodização da pesquisa, considerando que a utilização dos mesmos deve ser valorizada pelas importantes informações que deles podemos extrair, possibilitando ampliar, ainda, o entendimento de objetos, cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele

permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008: 295).

Seguindo esse raciocínio, o autor salienta que “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou *fonte*” e “pode tratar-se de texto escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc.” (CELLARD, 2008, p. 296-297).

Quadro 1: Periodização do Jardim de Infância e Creche em Santa Catarina, elaborado pela autora.

JARDIM DE INFÂNCIA

ANO	LOCAL	INSTITUIÇÃO	ENTIDADE FUNDADORA	PROFISSIONAL/FUNÇÃO
1908	Tubarão	Jardim de Infância (Colégio São José)	Congregação Irmãs da Divina Providência (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora católica
1914	Florianópolis	Jardim de Infância (Colégio Coração de Jesus)	Congregação Irmãs da Divina Providência (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora católica
1917	Joinville	Jardim de Infância (Tante Dolly)	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas - OASE (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora luterana. Professora leiga.
1928	Canoinhas	Jardim de Infância (Colégio Sagrado Coração de Jesus)	Congregação Missionárias de Maria Auxiliadora (Itália)	Missão assistencial e evangelizadora católica. Irmãs Salesianas.
1935	Rio do Sul	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas - OASE (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora luterana. Professora leiga.
1935	Blumenau	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas - OASE (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora luterana. Kindergartenschwester (Irmã de Jardim Infância).
1938	Rio do Sul	Jardim de Infância (Colégio Sagrado Coração de Jesus)	Congregação Missionárias de Maria Auxiliadora (Itália)	Missão assistencial e evangelizadora católica. Irmãs Salesianas.
1939 (?)	Florianópolis	Jardim de Infância (Instituto de Educação)	Poder Público Estadual. Decreto-Lei No 306, de 2 de março de 1939.	Sem Informações.
1939 (?)	Lages	Jardim de Infância (Instituto de Educação)	Poder Público Estadual. Decreto-Lei No 306, de 2 de março de 1939.	Sem Informações.
1945	Criciúma	Jardim de Infância (Casa da Criança Nossa Senhora de Fátima)	Círculo São José. Padre Agenor Neves Marques. Congregação Irmãs Escolares de Nossa Senhora (Alemanha) e Irmãs Beneditinas da Divina Providência (Itália).	Missão assistencial e evangelizadora católica. Irmãs Escolares, Irmãs Beneditinas e Juvenistas.
1948	Urussanga	Jardim de Infância (Casa da Criança - Paraíso da Criança)	Padre Agenor Neves Marques. Congregação Irmãs Beneditinas da Divina Providência (Itália).	Missão assistencial e evangelizadora católica. Professora leiga e Irmãs Beneditinas.
1949	Ipira e Piratuba	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas - OASE (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora luterana. Professora.

CRECHE

ANO	LOCAL	INSTITUIÇÃO	ENTIDADE FUNDADORA	PROFISSIONAL/FUNÇÃO
1936	Joinville	Creche Conde Modesto Leal	Círculo Operário de Joinville. Congregação Irmãs da Ordem de São Vicente de Paula.	Programa da Assistência ao Operário. Irmã Vicentina.
1941	Florianópolis	Creche Educandário Santa Catarina	Sociedade de Assistência aos Lázaros e defesa contra a Lepra. Congregação Irmãs da Ordem Franciscana.	Assistência Social. Irmãs Franciscanas.
1945	Blumenau	Creche Empresa Hering	Empresa Hering. Lei Trabalhista - CLT 1943 (Decreto Lei No 5.452, de 01 de maio de 1943).	Assistência Científica. Enfermeira.
1946	Florianópolis	Creche Posto de Puericultura Beatriz Ramos	Legião Brasileira de Assistência – LBA	Assistência Científica. Enfermeira.

Fonte: Arquivos do Círculo São José e Círculo Operário de Joinville; Arquivo Municipal de Tubarão; Arquivo da Casa da Criança de Criciúma; Arquivo do Colégio São José de Tubarão; Arquivo-Museu da Hering; Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; OASE/OASIS.

1.3 O DESAFIO VIVIDO DE ENCONTRAR E RECOLHER O ACERVO

Encontrar e recolher o acervo foi um processo que exigiu esforço na minha constituição de pesquisadora, de muito diálogo com as fontes, com os sujeitos encontrados neste processo e reiteração para o esclarecimento do que estava buscando, além do compromisso com o zelo que teria no manuseio dos documentos. Exigiu, ainda, viagens que percorressem as distâncias que iam sendo apontadas no mapa que ia se desfiando à minha frente, na busca dos fios que tecessem um conjunto de informações que corporificassem a compreensão das determinações políticas, sociais, econômicas, pedagógicas, que influenciaram para a emergência da docência na Educação Infantil no Estado de Santa Catarina.

O percurso vivido para a feitura da tese exigiu idas e vindas pelos materiais encontrados, escolhas e recortes necessários. Ao estabelecer esta relação, fui me familiarizando com os documentos, vivendo fascínios e descobertas nessa interação de diálogo com os mesmos.

Fávero (2009, p. 111), ao refletir sobre o desafio das fontes para o pesquisador, aponta o mesmo como “um diálogo permeado de questões, de dúvidas” e em contínua aproximação do real. A afirmação da autora de que os fatos e os documentos não falam por si é pertinente, cabendo, deste modo, ao pesquisador, “ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas” (p. 115), considerando que os documentos nos são essenciais, nossa matéria prima.

Essa *matéria prima* encontrada exigiu-nos sistematicidade de organização. Nela realizamos uma primeira organização do material coletado, em que todos os documentos eram arquivados em pastas, ao mesmo tempo em que dava prosseguimento à coleta. Tal organização permitiu identificar um caminho possível que visibilizasse a periodização que resultou na feitura do quadro que se constitui num banco de dados de informações importantes acerca das iniciativas de atendimento às crianças pequenas no estado de Santa Catarina, assim como indícios da emergência da docência.

Após a realização da organização acima referida, tornou-se indispensável olhar para o conjunto de documentos e analisá-lo, torná-lo inteligível, de acordo com o objetivo da pesquisa. Neste processo, foi fundamental analisar os documentos e encontrar a linha mestra que os conduzia: relacionar um ao outro, reconhecer suas similitudes,

diferenças e particularidades, compreendendo que as experiências educativas são constituídas de universalidades e particularidades.

Ao pretender analisar a emergência da docência na Educação Infantil, a partir das fontes documentais *garimpadas*, apresentou-se a tarefa de realizar as escolhas teórico-metodológicas deste percurso de pesquisa que possibilitassem uma compreensão crítica do contexto histórico e político em que os documentos foram produzidos.

A perspectiva da análise crítica do discurso, apresentada nos estudos de Norman Fairclough (2001), aparece como uma possibilidade, pois a teoria social do discurso que o autor traz baseia-se numa dimensão crítica do olhar sobre a linguagem como prática social. Esta teoria é profícua ao propor analisar profundamente, não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social. Para o autor, isso é possível pela concepção dialética que fundamenta, na medida em que considera o discurso, tanto moldado pela estrutura social quanto constitutivo dela.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente o moldam e restringem: suas próprias normas e convenções e também as relações, as identidades e as instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo constituindo e construindo o mundo em significados (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Norman Fairclough (2001), ao propor uma análise tridimensional do discurso: o discurso como texto, como prática discursiva e prática social; possibilita apreender os documentos como discursos que não apenas refletem ou representam a realidade social, mas que, ao mesmo tempo, a constituem. Sua proposta de Análise Crítica de Discurso (ACD):

[...] se baseia na concepção da semiose como elemento inseparável de todos os processos sociais materiais (Williams, 1977). Podemos pensar a vida social como redes interconectadas de práticas sociais de diferentes tipos: econômicas, políticas, culturais, familiares etc. Centrar o conceito de “prática social” permite o movimento entre as perspectivas da estrutura

social, de um lado, e da ação social e da agência, de outro, ambas necessárias à pesquisa social e à análise (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 apud FAIRCLOUGH, 2010, p. 225).

Nesta perspectiva, o texto que segue traz elementos acerca da emergência da docência, na sua interface com práticas sociais de diferentes aspectos: política, econômica, social e cultural. Busca-se considerar o movimento entre a estrutura social e a ação social como exercício de análise dos discursos que não apenas refletem a realidade, mas também a constituem.

Assim, a seleção dos textos para análise foi se constituindo no processo de leitura e organização das fontes, além da contextualização histórica da região a que pertencem. O processo de *garimpagem* da emergência da docência, propriamente dito, se fez no conjunto do *corpus* documental (crônicas, jornais e revistas, relatórios, certidões, históricos, decretos, fotografias, entre outros). Esta diversidade de fontes colocou em questão a exigência de múltiplos olhares para sua compreensão, assim como os limites da metodologia (ACD) proposta por Fairclough (2008). Neste sentido, considera-se importante que reconhecer os limites deste método não significa, no entanto, desconsiderar suas possibilidades.

O processo de organização, leitura, seleção e análise ocorreu de forma simultânea, e apenas neste processo é que foram extraídos os excertos dos textos com o objetivo proposto.

Analisado o extenso conjunto de documentos²⁶, de natureza e conteúdos muito diversos, tomou-se a decisão de manter todas as regiões identificadas como promotoras da educação das crianças no estado de Santa Catarina, e *garimpar* em cada uma os traços da emergência da docência expressos, direta ou indiretamente, no conteúdo documental.

A localização e análise destes discursos nos documentos exigiu uma permanente atenção à periodização e aos determinantes históricos e políticos que os constituíram, permitindo, como veremos nos dois próximos capítulos, identificar os elementos contextuais, educacionais e pedagógicos que determinaram a emergência da docência em Educação Infantil em Santa Catarina.

²⁶ Este texto conta com um anexo em que consta a lista dos documentos-fontes localizados.

CAPÍTULO II

INICIATIVAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL À PEQUENA INFÂNCIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA: 1908 – 1949

*“Deixai vir a mim as criancinhas”...
Quanta sublimidade, quanta caridade,
quanto amor, quanto carinho se encerram
neste magnífico mandamento deixado pelo
Mestre perfeito. Maravilhosa semente que
caiu em terreno quase sáfaro, germinando
em quase nada, que desapareceu
completamente em relação ao todo! Nas
páginas do livro mais bello da
cristandade, a Bíblia, estão escritas
palavras de epopéias extraordinárias de
amor às crianças. Mas deixemos as eras
bíblicas, não consultemos o passado
Juliano, deixemos para traz a
nebulosidade dos séculos; não folhemos os
lívros sábios, nem tão pouco os velhos*

*vetustos alfarrábios, porque a nebulosidade está turvada, os livros sábios nos dizem que as criancinhas não foram amadas como ordenou o meigo Nazareno, e ficaremos estarecidos de horror, lendo o trucidamento das criancinhas do Senhor, constatando que, o homem esquecendo-se de que também fora criança, escravizou a própria criança, chegando até a miséria humana de marcá-las na face a ferro em brasa. Deixemos para traz tanta degradação do homem e paremos, porque não podemos ir mais adiante, em pleno século 20, em pleno século do rádio e do radar, no expoente máximo da inteligência humana. E paremos, porque nos chegam aos ouvidos os gemidos de milhões de criancinhas despedaçadas pela guerra mundial, porque nos chegam aos ouvidos os lamentos infantis que pedem pão, os estertores de milhares de crianças tuberculosas, de dezenas de milhares de crianças com fome, de milhões de mães, cujos seios flácidos não mais podem alimentar. E lá do alto dos céus, o Filho de Deus, triste, muito triste, continua a chamar: **Deixai vir a mim as criancinhas.***

(Livro de reminiscências para história do
Círculo, nº4, p. 9 e 11)

Nesta parte do texto, a tentativa reside em dar visibilidade mais detalhada às primeiras iniciativas encontradas no estado de Santa Catarina para o atendimento de cuidados e educação coletiva às crianças pequenas, com distintas denominações ao longo da história: Creche, Jardim de Infância, Pré-primário, Casa da criança, Paraíso da criança.

A trajetória institucional foi produzida, em especial, a partir de fragmentos de histórias de vida de sujeitos e de instituições, histórias estas, por vezes, *esquecidas* em prateleiras e armários, ou cuidadosamente organizadas em alguma estante de um arquivo histórico, aguardando por serem tomadas nas mãos e minuciosamente analisadas, na busca por perceber os sujeitos que se inscreveram por detrás das suas narrativas materializadas no formato de crônicas, de matérias de jornais, de discursos manifestados em outros tempos. Enfim, fontes carregadas de narrativas ricas em detalhes e que evidenciam *retalhos de um cotidiano*, ora marcado por sucesso e grandes conquistas, noutras nem tanto assim.

A organização e o diálogo estabelecido com as fontes documentais, e o entrelaçar destas histórias foi indicando que o estado de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, acompanhava as *propostas modernas* nacionais e internacionais de retirada das crianças do “anonimato para ser um foco sobre o qual se concentram as mais diversas atenções” (CAMPOS, 2008, p. 175).

Ao longo desta história, o estado catarinense também foi acompanhando o movimento nacional e internacional de criação de espaços institucionais de educação e cuidados para as crianças, em especial às bem pequenas, espaços estes que, condicionados por fatores diversos, assumiram funções múltiplas.

Enfim, somente por meio da localização, recuperação e organização de um grande conjunto de fontes documentais é possível apresentar esta periodização de experiências catarinenses entre os anos de 1908 e 1949, esperando que este movimento possa, também, oferecer subsídios para novas pesquisas.

2.1 INICIATIVAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL E DE CUIDADO NO JARDIM DE INFÂNCIA

Ao intencionar dar visibilidade às iniciativas de atendimento educacional e de cuidado da pequena infância no estado de Santa Catarina, compreende-se que o estudo da emergência da docência na Educação Infantil relaciona-se com o surgimento das instituições responsáveis pela educação e cuidado das crianças de 0 a 6 anos.

Considera-se importante, portanto, uma descrição das mais variadas iniciativas educacionais existentes nas diferentes regiões do Estado com o objetivo de informar pormenores que constituem suas particularidades, uma vez que o atendimento educacional à criança pequena no estado se configura, historicamente, a partir de iniciativas de diferentes associações: Círculo Operário Católico, OASIS/OASE, ABEJ, LBA, Colégios Confessionais Católicos, Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra, Indústria e Estado.

Neste conjunto de iniciativas definem-se, também, as diferentes denominações encontradas nas fontes documentais: Creche, Jardim de Infância, Pré-primário, Casa da Criança e Paraíso da Criança.

Reiterando o exposto acima, a descrição que segue tem, como propósito, analisar um conjunto de dados informados pelas fontes documentais e pesquisas já realizadas de caráter local, acerca dos aspectos que deram origem ao atendimento educacional às crianças pequenas no estado de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX.

Observando rupturas, continuidades e permanências em relação à história desse atendimento no cenário regional e nacional, pretende-se apresentar uma periodização a partir dos documentos encontrados para dar, ao leitor, a visibilidade com que temporalmente essas experiências ocorreram, além dos atores que delas fizeram parte.

É importante destacar a referência feita por Kuhlmann (1998, p. 15) sobre o ponto de vista da Sociologia da Educação emitido por Eric Plaisance que, ao referir-se à escola maternal, enfatiza a necessidade de:

[...] ir além da descrição das origens sociais das crianças que frequentam a instituição e das repercussões disso sobre seu funcionamento. Trata-se de empreender a construção das relações entre o fenômeno – histórico – da escolarização das crianças pequenas e a estrutura social. O fato social da escolarização se explicaria em relação a outros fatos sociais, envolvendo a demografia infantil, o trabalho feminino, as transformações familiares, novas representações sociais da infância, etc.

A concepção de história que guia esta pesquisa é fundamentalmente interpretativa, ao entender o fato histórico como resultante de um processo de construção. Portanto, a escolha da apresentação cronológica não corresponde a uma visão factual ou descritiva da história, de modo linear ou unidirecional do processo

histórico. Compreende-se que a história da educação e cuidado das crianças pequenas em Santa Catarina não se constituiu apenas no âmbito educacional, como afirma Kuhlmann (1998, p. 15), “A educação não seria apenas uma peça do cenário, subordinada a uma determinada contextualização política ou socioeconômica, mas elemento constitutivo da história da produção e reprodução da vida social”.

As primeiras iniciativas em relação ao atendimento educacional à pequena infância no estado de Santa Catarina partiram de organizações religiosas católicas e luteranas, industriais, filantrópicas e assistenciais em diferentes contextos geográficos, históricos, sociais e culturais. Tais iniciativas expressam o crescente lugar de destaque da criança em âmbito nacional e internacional, no século XX e nos diferentes campos: médico, jurídico, religioso, pedagógico, social e histórico.

Ellen Key, no ano de 1900, em seu livro *O Século da criança*, faz uma crítica severa em relação à maneira como a criança era tratada entre o proletariado e as classes altas. Na obra, a autora antevia uma sociedade melhor e manifestava sua esperança, perspectivando que o século XX seria “o século da criança”. Ferreira (2000), ao referir-se a esta expressão, argumenta que este, em outro sentido, “deve-se ao ‘corpus’ maciço de conhecimento construído, principalmente, por médicos, psicológicos, psicanalistas e outros cientistas sociais que através de estudos sistemáticos a elegeram como objeto a observar e descobrir” (FERREIRA, 2000, p. 10).

Egle Becchi (apud SOUZA, 2010, p. 162), também se integra nessa discussão ao considerar que “o século XX, comemorado como da ‘criança’, é portanto o século no qual a criança passa de classe, de idade, de categoria, demográfica e civil à sujeito sempre mais individualizado, governado, formado, estudado”.

Decorre desse *novo* olhar lançado sobre as crianças uma grande mobilização por parte de profissionais, políticos e intelectuais de diferentes segmentos da sociedade, dentre eles jurídico, empresarial, religioso, médico-sanitário e pedagógico, no sentido de retirar as crianças de ambientes compreendidos como inadequados para o seu desenvolvimento, para oferecer melhores condições de vida por parte dos poderes públicos e entidades particulares. É neste contexto que se dá a emergência de instituições voltadas ao atendimento educacional da pequena infância no Brasil nas primeiras décadas do século XX, reverberando em um conjunto de estudos e pesquisas, podendo ser citados: Priori (1996); Kuhlmann (1998, 2007); Marcílio (1999); Carvalho (1999); Gondra (2002); Freitas (1999, 2002); Boto (2002); entre outros.

2.1.1 O Protagonismo Religioso na criação do Jardim de Infância em Santa Catarina

A história da estreita relação entre religião e cuidados - educação das crianças pequenas no estado de Santa Catarina é observada através de um acervo de fontes primárias e pesquisas acadêmicas (COSTA, 1999; ISOTTON, 2004, 2005; BIEHL, 2006; RABELO, 2007; KILIPPER, 2008; HOFF, LONGHI, CARDOSO, 2010; PIERI, 2011; entre outras) que revelam a chegada dos primeiros religiosos católicos e luteranos – padres, irmãs e pastores – neste estado, sendo que a Congregação das Irmãs da Divina Providência²⁷ inaugurou a prestação de serviços educacionais (e de saúde) à comunidade de Tubarão.

A porta de entrada para essas religiosas na Região Sul deu-se por intervenção do Padre Francisco Xavier Topp, pároco na cidade de Münster (Alemanha), que concretizou seu sonho de ser um missionário no Brasil, ao desembarcar em Desterro²⁸, no mês de Janeiro de 1890. A princípio, foi designado para exercer sua missão em Teresópolis e, em seguida, veio transferido para Águas Mornas, uma pequena cidade do interior de Santa Catarina.

De Águas Mornas foi encaminhado para Nossa Senhora da Piedade, atualmente cidade de Tubarão²⁹, localidade em que percebeu

²⁷ Congregação fundada pelo Sacerdote Diocesano, padre Eduardo Michelis, em 1842, em Münster, Alemanha. Inicialmente criou um Lar para crianças abandonadas contando com a ajuda de vários amigos, especialmente o Padre Spiegel, como também com doações de Damas de Caridade. Para concretizar seu plano, buscou colaboradoras e deu ao grupo de moças que se ofereceram para esta atividade o nome de “Irmãs da Divina Providência”. Tal Congregação cresceu rapidamente. Porém, por conta do movimento anticlerical alemão, iniciado por Otto Von Bismarck no século XIX (movimento este denominado Kulturkampf), as Irmãs foram expulsas da Alemanha e buscaram abrigo na Holanda. Terminada a Guerra, as Irmãs retornaram para Alemanha, retomando suas atividades. Disponível em: <<http://www.hnsc.org.br/?q=o-hnsc/historico>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

²⁸ Nome de fundação da atual cidade de Florianópolis.

²⁹ Município criado em 27 de maio de 1870 pela lei nº 635, território desmembrado de Laguna. Durante a década de 1870, registraram-se três importantes fatos: a imigração europeia com predominância de italianos, seguida de alemães e outras nacionalidades, a criação da comarca de Tubarão em 1875 e a formação da *Cia Inglesa The Donna Thereza Cristina Railway Co Ld.* A ferrovia foi o primeiro e principal agente de mudanças econômicas e sociais no município, junto com a exploração do carvão e a imigração europeia.

de imediato as condições precárias e a carência de instituições de ensino e saúde. Portanto, um lugar onde a ação missionária, na perspectiva católica, se fazia necessária.

Com esse intuito, retornou à Alemanha em busca de religiosas que se dispusessem a enfrentar a difícil missão de renúncia às condições de conforto já existentes no seu país de origem, em troca de uma vida simples e supostamente marcada por sacrifícios numa comunidade perdida na imensidão do Brasil, distante de qualquer centro urbano importante (TEIXEIRA, 2004).

Depois de muitas tentativas, o Padre Topp conseguiu, com decisão do Diretor das Irmãs da Divina Providência, Padre Vicente Wienken, o envio de algumas Irmãs para o Brasil a partir de março de 1895, data em que “desembarcaram em Desterro seis Irmãs dessa Congregação, mulheres de aparência exótica aos olhos da maioria dos ilhéus” (TEIXEIRA, 2004, p. 18).

Descritas deste modo, essas mulheres, em seus hábitos religiosos, pisam pela primeira vez em solo catarinense, fadado a tornar-se “pátria e abençoado campo de apostolado” (TEIXEIRA, 2004, p. 18) para elas. Deste grupo, apenas três permaneceram em Tubarão, sendo que as demais seguiram para Blumenau. Em Tubarão, essas Irmãs, logo que adquiriram algum conhecimento da língua portuguesa, lançaram-se ao campo do ensino e da evangelização.

De acordo com o histórico do Colégio São José³⁰, a partir de “04 de junho de 1895 as irmãs-professoras já prestam inestimáveis serviços à sociedade”. Em uma pequena escola, marcada por inúmeros obstáculos, as “Irmãs se mostravam convictas de que muitas seriam as vitórias em um cenário que se apresentava propício aos preceitos da missão evangelizadora”. Além do campo da educação, essas Irmãs também se envolveram com a área da saúde, atendendo o povo que as requisitava para “amenizar os problemas de saúde em uma sala para atendimentos aos enfermos”.

Mais informações em: <http://www.tubarao.sc.gov.br/a-cidade/historia>. Acesso em: 20 jul. 2012.

³⁰ Histórico do Colégio São José. Acesso em: 20 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.saojose.g12.br/colégio/index/90287>>.

Figura 1: Irmãs pioneiras do Hospital



Fonte: José Warmuth Teixeira (1933)

Figura 2: Chegada das Irmãs a Tubarão (reconstituição)



Fonte: José Warmuth Teixeira (1933).

Alicerçado na fé e na confiança na Divina Providência, bem como na dedicação às crianças órfãs, o trabalho missionário das Irmãs desta Congregação nasceu da necessidade de assumir o compromisso com crianças afetadas pela condição de miséria social e pelo abandono

em que se encontravam aos arredores mais pobres da cidade de Münster, na Alemanha.

Com esse espírito caritativo, as Irmãs da Divina Providência chegaram a Santa Catarina para atender as necessidades nas áreas da educação e saúde em Tubarão e Blumenau e, a seguir, estenderam sua missão para Florianópolis, município onde foi fundado o Colégio Coração de Jesus e onde se formou a maioria das Irmãs da Divina Providência.

A ineficiência do Estado no atendimento e assistência às crianças e aos doentes no início do século XX em Santa Catarina, tanto no âmbito da educação quanto da saúde, constituiu-se em um cenário propício para obras missionárias com o intuito de um projeto civilizatório, marcado pelos princípios da evangelização que se coaduna com os projetos políticos e sociais do Estado na construção de uma civilidade emergente.

Considerando que o processo de industrialização e urbanização ainda era embrionário no Estado de Santa Catarina nos primeiros anos do século XX, isso influenciou consideravelmente a ação educacional das Irmãs da Divina Providência, visto que a primeira iniciativa para formação de um Jardim de Infância nas dependências do Colégio São José, no ano de 1908, dirigido por essa Congregação, não teve muito êxito.

O estudo de Marlise de Medeiros Nunes de Pieri (2011), ao fazer uma análise sobre a gênese da Educação Infantil no município de Tubarão, explicita que a iniciativa de abertura de um Jardim de Infância não encontrou eco nas famílias, talvez por não considerarem importante para as crianças de pouca idade. Isso repercutiu diretamente sobre a ação das religiosas, visto que este Jardim de Infância permaneceu aberto por apenas três meses, sendo fechado em seguida por falta de matrícula. Diante da situação, segundo a autora, as Irmãs perceberam que era necessário envolver as mulheres em atividades fora do lar para que as mesmas auxiliassem na renda doméstica e, de fato, surgisse a necessidade do Jardim de Infância.

Com isso, vê-se que a cultura do Jardim de Infância, que se pretendia instalar em território catarinense, veio na bagagem das Irmãs oriundas do continente europeu, espaço geográfico onde as instituições de cuidados e educação para crianças pequenas já se faziam presentes.

Esta é uma questão também presente nos estudos de Kuhlmann (2001, p. 5), quando este autor menciona que “As instituições de educação para crianças entre 0 a 6 anos de idade começam a se esboçar no continente europeu ainda no final do século XVIII, pagando-se

por meio de uma circulação de pessoas e ideias que precisa ainda ser mais pesquisada”.

O autor segue afirmando que:

O final do século XIX, a partir da década de 1860, vive uma crescente expansão das relações internacionais, que leva as instituições de educação infantil a vários países. Este fenômeno acompanha a difusão de uma série de outras iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização. O avanço científico e tecnológico, as descobertas no campo da microbiologia, a eletricidade e a iluminação pública, assim como as instituições de educação popular – em cuja base encontram-se a escola dos pequenos sem o caráter de obrigatoriedade da escola primária – tornam-se parâmetros para caracterizar os países ditos modernos e civilizados (KUHLMANN, 2001, p. 5).

A cultura de implantação de Jardins de Infância por parte das Irmãs da Divina Providência, extrapola os limites territoriais do Sul do estado, estendendo-se para a cidade de Florianópolis e, no ano de 1914, é criado o primeiro Jardim de Infância, junto ao Colégio Coração de Jesus, para crianças de 4 a 7 anos (BOPPRÉ, 1989), sobre o qual há poucas informações sobre o paradeiro de fontes que possam compor sua história.

Tem-se notícias apenas de que, em Florianópolis, mantendo o princípio missionário do compromisso com os mais necessitados – as crianças - o trabalho assistencial desta Congregação iniciou-se com a criação do *Asilo de Órfãos* no ano de 1904. Em setembro de 1910, a Congregação uniu-se aos Vicentinos, criando o *Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo*, ficando as Irmãs da Divina Providência responsáveis pelos cuidados e educação das meninas órfãs.

Ao voltar o olhar para o Norte do estado, percebe-se que, em meados do século XIX (no ano de 1851) na comunidade Dona Francisca, hoje cidade de Joinville³¹, chegavam os primeiros colonos,

³¹ Cidade situada na Região Norte de Santa Catarina, iniciou seu processo de colonização oficialmente em 9 de março de 1851 por imigrantes europeus, que aqui chegaram em virtude de problemas provocados pela revolução de 1848 (COSTA, CABARDO e FREITAS, 2005).

instalando nesta localidade uma comunidade Evangélica Luterana³², à custa da Companhia Colonizadora³³, objetivando criar condições para conservar a cultura étnica e religiosa. Nesta comunidade, o primeiro pastor, doutor em Filosofia, Jacob Daniel Hoffmann, a partir de outubro de 1851, foi encarregado de:

[...] pregar a palavra de Deus de forma fiel e pura, conforme consta das Sagradas Escrituras no Velho Testamento e a ministrar os sacramentos segundo o rito da Igreja Luterana. Ele prometeu instrui as crianças segundo o Catecismo Luterano usado em Hamburgo (Catecismo Luterano) e a adotar o ritual hamburguês. (Trecho do contrato firmado entre o pastor Hoffmann e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, apresentado no Album Histórico do Centenário de Joinville).

Vale destacar que o desenvolvimento da comunidade religiosa com princípios luteranos foi se instituindo em meio a um processo marcado por muitas dificuldades, podendo ser citadas as frequentes mudanças de pastores, as questões políticas com a Companhia Colonizadora, as condições precárias por falta de estrutura e dificuldades financeiras.

Costa, Gabardo e Freitas (2005, p. 19-20) referem-se à manifestação da Companhia de Colonização de Hamburgo, mais especificamente sobre as condições precárias em que se encontrava a Colônia, bem como da sua contribuição financeira até o ano de 1854, de igual valor ao doado pela comunidade para a construção da igreja e da escola. Já os custos relativos ao financiamento dos salários do pregador e do professor ficavam ao encargo dos colonos. Porém, diante da impossibilidade de realizarem tais pagamentos e evitando privá-los do

³² A título de informação, no final do ano de 1851, a Colônia Dona Francisca “contava com 394 habitantes, dos quais 384 eram protestantes e apenas 10 católicos” (RICHTER, 1982/83).

³³ A Companhia Colonizadora tinha como função: organizar a infraestrutura necessária para receber os imigrantes na região e também organizar grupos de pessoas na Europa que quisessem vir para o Brasil. Porém, a organização era feita de acordo com interesses econômicos, políticos e sociais em relação à forma de organização dos núcleos colonizadores, no sentido de manter a homogeneidade étnica das colônias na perspectiva do processo de colonização (FIORI, 2003).

direito à religião e à educação, o caixa da sociedade também arcou com estes custos.

Nota-se que o movimento instalado pelos imigrantes se constituía pela necessidade e desejo de preservar suas raízes e, para isso, precisavam construir espaços para que pudessem manter os hábitos, os costumes, a língua, a fé e a cultura trazidas da pátria-mãe, pois:

Isolados geograficamente e com formação cultural, religiosa e política diversa da dos brasileiros, os imigrantes de origem alemã, suíça e norueguesa tinha a necessidade de estabelecer regras e normas para a convivência em comunidade e também para o exercício de princípios de cidadania. Essa auto-organização determinou o surgimento de instituições locais que foram fundamentais para a consolidação e a prosperidade do lugarejo (COSTA, GABARDO E FREITAS, 2005, p. 19).

Por serem de origem europeia, muitos dos imigrantes que aqui chegaram traziam experiências de um sistema de ensino estruturado e de certo modo eficiente, se comparado à ineficiência do sistema de ensino no estado de Santa Catarina. Os espaços comunitários incluíam práticas religiosas e de ensino que transmitiam valores e padrões da cultura alemã, como destaca Syferth (2003, p. 33):

Os locais de culto, no início, tanto servia para os serviços religiosos como abrigavam as escolas comunitárias que ensinavam em alemão. Tal tipo de vinculação Igreja-Escola vai se repetir depois, de forma mais organizada, e estar mais diretamente vinculada às ordens religiosas (no caso dos católicos) ou à organização comunitária formal da Igreja Luterana. De qualquer forma, a Escola Alemã – como instituição esteve também vinculada às Igrejas, embora a orientação geral (em termos de currículos) estivesse a cargo da *Deutsche Schulverein* [Associação Escola Alemã].

A organização das comunidades era amparada pelos serviços religiosos dos pastores, que tinham papel fundamental na consolidação de um grupo étnico que procurava se afirmar como cidadãos, e não apenas como “colonos desbravadores da floresta e trabalhadores das terras coloniais” (tal como eram compreendidos a partir da política de colonização instalada pela elite brasileira), e se intensificava a partir da

criação de escolas particulares, com instrução exclusiva em língua alemã e de obras caritativas em prol das crianças pobres, doentes e idosos.

Em um contexto em que a educação e a religião mantinham-se unidas como estratégia de fortalecimento de grupos imigrantes que reúnem comerciantes, industriais, profissionais liberais, associações e igreja em prol de obras beneficentes, no ano de 1917, Helena Dorothea Trinks Lepper, esposa de Hermann August Lepper, teve a iniciativa de reunir um grupo de 80 mulheres voluntárias, trabalhadoras “da causa da dedicação e do amor ao próximo, para abrigar e assistir crianças e idosos desamparados – *com ênfase ao jardim de infância*” (Histórico do Hospital Dona Helena, Grifo nosso)³⁴. Este grupo de mulheres, pertencentes à Associação de Socorro de Senhoras Evangélicas (ASSE), hoje Associação Beneficente Joinville (ABEJ), tinha como missão a tarefa de “zelar e cuidar com muito amor e carinho das crianças e idosos”.³⁵

A iniciativa protagonizada por esta associação de Senhoras Evangélicas em Joinville evidencia o caráter religioso e educativo de abrigar e assistir crianças e idosos desamparados, tendo como missão zelar e cuidar destes sujeitos. Entretanto, fontes consultadas revelaram que o Jardim de Infância foi também uma iniciativa que privilegiou crianças mais abastadas, filhas de comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais e tinha, também, a função de ensinar, desde a mais tenra idade, os princípios da religião protestantes e a língua alemã, objetivando sua preservação.

É importante registrar que o casal Helena Dorothea Trinks Lepper e Hermann August Lepper eram os proprietários da Fabril Lepper, e o espaço ocupado para a instalação do Jardim de Infância situava-se em uma casa ao lado da fábrica.

³⁴ Disponível em: <<http://www.donahelena.com.br/abej/pt/apresentacao.asp>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

³⁵ Idem

Figura 3: Segunda casa ocupada pelo Jardim de Infância instalado ao lado da Casa de Saúde Dona Helena.



Fonte: Acervo particular da senhora Jutta Hagemann

Figura 4: Turma do Jardim de Infância com *tante* Dolly, no começo da década de 1930, enviada ao Jornal A Notícia por Jutta Hagemann e publicada em 23/01/2011.



Fonte: Jornal AN (23/01/2011).

Em se tratando deste jardim de infância, dada a dispersão de documentação e a ausência de bibliografia específica sobre o mesmo, apenas um documento foi localizado nos arquivos da Igreja Luterana da

Paz, em Joinville. O mesmo foi escrito por uma das professoras desta instituição, Dorotheia Buehler, que atuou entre os anos de 1925 e 1938, reconhecida pelas crianças por “*Tante Dolly*” (Tia Dolly).

Tal documento, intitulado *Histórico sobre o Jardim de Infância da rua Jaguaruna*, datado do ano 1963, apresenta uma breve história da origem desta instituição, seguida da relação das professoras e os referidos anos em que atuaram. Neste relato, também encontramos alguns dados relativos à estrutura física do Jardim de Infância, sua localização e a entidade mantenedora: Associação Beneficente Evangélica de Joinville, a qual passou a ser denominada Comunidade Evangélica de Joinville.

Outro elemento importante presente no referido documento diz respeito às implicações causadas pelas duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). Segundo este documento, as atividades do Jardim foram interrompidas no início da Primeira Guerra, reabrindo em janeiro de 1920 e, “por causa da nacionalização, foi novamente obrigado a cerrar as suas atividades aos 31 de março de 1938. Depois de 14 anos foi reaberto em fevereiro de 1952” (Histórico sobre o Jardim de Infância, novembro de 1963).

Em relação às grandes guerras mundiais Syferth (2003, p. 54) observa que,

A consequência imediata do “estado de guerra” com a Alemanha foi a proibição das publicações em língua alemã e o fechamento das escolas alemãs. [...] A partir de 1917, o empenho de grupos brasileiros para acabar com o “perigo alemão” se intensificou, criando-se inclusive algumas associações mais radicais como a Liga de Resistencia Nacional [...] Tal associação pretendia despertar “o sentimento cívico dos brasileiros contra a *Kultur* germânica”.

As dimensões totalitárias assumidas no Brasil, em especial a partir da política nacionalista de Getúlio Vargas, na década de 30, foram dando contorno às formas de sujeição já existentes, influenciadas pelas “tendências fascizantes”³⁶. A exigência posta para que os estrangeiros

³⁶ Expressão cunhada por Campos (2008, p. 178), a partir da ideia de “cristalizações fascizantes” defendida por Guatarri (1987), ao fazer menção grupos e movimentos políticos que não tiveram contato direto com o nazismo, mas que conheceram o fascismo numa versão mais atual, seja nas imagens fílmicas ou no comportamento violento da polícia.

que residissem no território nacional se “abrasileirassem” colocou fim à política de boa-vizinhança, que timidamente vinha sendo instaurada até este momento, dos brasileiros com os imigrantes, especialmente vindos da Europa.

Norberto Dallabrida, ao fazer a apresentação do livro de Cynthia M. Campos (2008), fala dos esforços estatais que foram envidados durante o Estado Novo, no sentido de normalizar a língua portuguesa no território nacional, obrigando o encerramento das atividades nas pré-escolas e escolas abertas pelas iniciativas privadas, em especial, a confessional luterana, instituições estas que haviam se proliferado em décadas anteriores, muito por conta da omissão estatal.

Atrelada a essa política de nacionalização, encontramos, em Santa Catarina, o “assistencialismo cultural” defendido na proposta do então governador Nereu Ramos, entre as décadas de 30 e 40 do século XX, mas que já vinha acontecendo desde 1911, no governo de Vidal Ramos. A imposição do ensino do Português nas escolas dos imigrantes deu-se por meio do Decreto-lei N^o 88, o qual, entre outras condições, impunha que somente “brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados em escolas brasileiras” (SEYFERTH, 1999, p. 220).

O Decreto-lei acima citado determinava, ainda, que todas as instituições deveriam ministrar todas as aulas, incluindo as de educação física, exclusivamente em língua nacional, desde o pré-primário até o complementar, e adotar somente livros que tivessem sido aprovados oficialmente.

É notório que tal determinação inviabilizaria o trabalho desenvolvido, sobretudo nas instituições educativas criadas pelas comunidades luteranas. Dados apresentados por Isotton (2004, p. 8) informam que, sob a égide da nacionalização, “no ano de 1938 foram fechadas 138 escolas particulares em Santa Catarina”. Hoff, Longhi e Cardoso (2010) ampliam esta quantidade, anunciando o encerramento de 298 escolas de língua estrangeira, talvez acrescentando, nesta estatística, as instituições educativas fundadas por outras etnias, como a italiana, por exemplo.

O ufanismo verde-amarelo perdurou no Brasil até 1945, e a homogeneização da educação foi efetuada por meio do controle e da fiscalização, sendo que a estreita relação entre educação e Segurança Nacional concedeu ao Exército o direito e o poder de intervir nas questões relativas à educação (BOMENY, 2003).

Neste período que compreende o *Estado Novo*, percebe-se o privilégio da dimensão cívico-nacionalizadora da escolarização, que se

constitui em um processo de controle e regulação e, portanto, com característica mais política do que propriamente pedagógica.

Avançando na contextualização sobre a emergência das primeiras instituições de cuidado e educação para crianças pequenas, encontramos o estudo realizado por Sandino Hoff, Armindo José Longhi e Maria Angélica Cardoso (2010), que trata do “manual didático e os quadros murais na relação educativa do Curso Normal Sagrado Coração de Jesus” no período de 1936 a 1971. Este estudo traz escassas informações sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1921 na cidade de Canoinhas, na Região do Planalto Norte Catarinense e dirigido pelas Irmãs pertencentes à Congregação Missionárias de Maria Auxiliadora³⁷, inaugurando-se, deste modo, “o cristianismo escolar” nessa região (HOFF, LONGHI, CARDOSO, 2010, p. 130).

Conforme destacam os autores, neste colégio foram instalados o Pré-primário e o Jardim de Infância no ano de 1928, com o objetivo de formar crianças e jovens, a fim de que pudessem “ser pessoas livres e agentes de transformação social” (WELTER, 2006 apud HOFF, LONGHI, CARDOSO, 2010, p. 130).

Seguindo a trilha das iniciativas de criação de instituições responsáveis pelo cuidado e educação das crianças pequenas, temos duas produções de Andréa Patrícia Probst Isotton (2004, 2005), que apresentam a abertura de instituições com essa finalidade em Rio do Sul, município situado na Região do Alto Vale catarinense, e que, nas palavras da autora, “uma questão subjacente, porém importante, vai se delineando – a religiosidade – já que os dois Jardins de Infância analisados pertenciam a colégios confessionais” (p. 1).

O primeiro Jardim de Infância deste município, fundado no ano de 1935 pela Associação das Senhoras Evangélicas da Igreja Luterana, teve suas atividades interrompidas um ano após sua abertura por conta

³⁷ O Instituto Maria Auxiliadora foi fundado no dia 13 de fevereiro de 1928, pelas Filhas de Maria Auxiliadora, também conhecidas como Irmãs Salesianas. Inicialmente foi denominado Colégio Sagrado Coração de Jesus. Funcionava numa casa de madeira, com quatro cômodos e um galpão, localizado no Centro do Distrito de Bella Aliança, hoje município de Rio do Sul. <http://www.ima-rs.com.br/quem-somos>. A Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora teve sua origem na Itália no ano de 1872. No Brasil, as três primeiras casas das Irmãs Salesianas formaram-se no ano de 1892 no estado de São Paulo. Segundo Azzi, também em Rio do Sul, as Filhas de Maria Auxiliadora vieram sob o incentivo direto dos Salesianos. Neste caso específico, aliás, “tratava-se de garantir a presença salesiana nessa localidade, ganhando, assim, a concorrência com relação aos frades alemães” (AZZI apud ISOTTON, 2007, p. 3).

das medidas nacionalizadoras no país, fato igualmente vivido por instituições confessionais luteranas implantadas em outros municípios catarinenses. As inúmeras tentativas de reabertura, sem êxito, desta instituição são confirmadas pelo registro a seguir, deixando evidente que somente em 1948 este desejo se materializa.

Diversas vezes esse estabelecimento procurou retornar às atividades, sem muito sucesso. Em 1948, o jardim de infância luterano, ainda em clima de desconfiança pós-guerra, representava mais uma tentativa de oferecer um espaço voltado aos filhos dos imigrantes alemães. Ele não só ofereceu esse espaço, como foi o ponto de partida e consolidação de toda a Escola Evangélica Luterana, dois anos mais tarde (ISOTTON, 2005).

Sem muitas fontes documentais sobre a trajetória histórica desta instituição, conforme explicitado no excerto retirado de Isotton (2005), resultante de uma crônica e fichas de matrículas acessadas pela autora, de entrevistas realizadas com integrantes da comunidade e religiosas da Congregação ainda instaladas na cidade de Rio do Sul (ex-professoras e ex-alunas), observa-se a presença da nomenclatura “professora”, até então presente somente no documento redigido por Dorothea Bühler (*Tante Dolly*), ao apresentar as profissionais do Jardim de Infância da rua Jaguaruna, em Joinville.

Houve no ano de 1935, segundo a crônica do Pastor Stoer, a abertura de um Jardim de Infância Evangélico em Rio do Sul, mantido pela Associação das Senhoras Evangélicas. A professora chamava-se Edith Meyer. Em entrevista concedida por Juscelina Schroeder, integrante da Comunidade, veio a confirmação de que essa escola realmente existiu, pois sua filha mais velha fora sua aluna. Não foi encontrado nenhum documento ou registro na Comunidade Evangélica, mas essa referência sugere que este tenha sido o primeiro estabelecimento de educação infantil na cidade (ISOTTON, 2005, p. 16).

Este silenciamento imposto às comunidades evangélicas, através das estratégias de controle do Estado, não se percebe sobre as ações empreendidas pela igreja católica, muito embora a Ordem Salesiana e, conseqüentemente, a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora,

representada pelas Irmãs Salesianas, também tenham se constituído na Europa e atravessado o oceano para se instalarem no Brasil.

Nas cidades de Ascurra e Rodeio, os Salesianos chegaram no ano de 1921, cabendo aos padres o exercício do sacerdócio e às Irmãs a parte educacional, evidenciando, deste modo, a imagem de que a educação das crianças é uma responsabilidade que compete, exclusivamente, às mulheres.

Nestas duas cidades, as religiosas permaneceram por pouco tempo, transferindo-se para Bela Aliança, como era denominada a cidade de Rio do Sul, onde fundaram o Colégio Sagrado Coração de Jesus em fevereiro de 1928, e tinham como desígnio “converter ao catolicismo o maior número de pessoas possível que professassem outras religiões, especialmente os protestantes da região, através da educação” (ISOTTON, 2004, p. 3).

Passado uma década, em 15 de fevereiro de 1938, deu-se início ao Jardim de Infância do Colégio Sagrado Coração de Jesus, contando, na época, com a matrícula de 24 crianças com idades compreendidas entre 3 e 8 anos, e tendo irmãs da Congregação, tanto na função de professora quanto de diretora da instituição.

As fontes consultadas por Isotton (2004, 2005) dão indícios de que a religiosidade foi o principal motivo para a abertura dessa instituição para atendimento às crianças pequenas, se considerarmos a inexpressividade de mães que trabalhavam fora do lar.

O motivador principal para o estabelecimento do jardim de infância católico parece estar ligado à religiosidade, para que a criança aprendesse a fé católica e formasse vínculos com a sua religião desde muito cedo e, ao mesmo tempo, arrebancar as crianças protestantes e suas famílias para dentro do próprio Colégio (e para o catolicismo). Aparentemente, essa seria a explicação mais plausível, numa comunidade onde o número de mães que participavam de trabalhos fora do lar era inexpressivo (raros eram os casos de profissionais mulheres — professoras, ajudantes dos maridos nas suas casas comerciais, costureiras, telefonistas). Em contrapartida, havia um grande número de mães que podiam cuidar em casa de seus filhos e que preferiram enviá-los ao jardim da infância (ISOTTON, 2004, p. 3).

O exposto acima informa sobre este determinante religioso na condução das iniciativas de Jardim de Infância, isto é, sobre a necessidade de “arrebancar” o maior número de crianças, desde muito cedo, para integrar e ampliar a população de ambos os credos religiosos, afinal, esta mesma preocupação fazia parte da igreja protestante-luterana. Isso pode ser confirmado ao voltarmos as atenções para a solicitação lançada pelo pastor luterano à direção do Colégio Sagrado Coração de Jesus no ano de 1938, de “permissão para que ele pudesse dar aulas de religião aos alunos protestantes do educandário, dado lembrado pela irmã Olga” (ISOTTON, 2004, p. 4), considerando o encerramento da escola e Jardim de Infância evangélico pelo movimento nacionalista.

Para além dessa perspectiva religiosa apontada por Isotton (2004), esta autora reforça a escassez de fontes documentais que possam auxiliar na compreensão do trabalho realizado diretamente com as crianças nos contextos educativos, seja no âmbito católico, seja no luterano. Ao se referir à esfera católica, afirma que “a religião, a disciplina, a formação moral, o amor à Pátria, a ênfase nos trabalhos artísticos marcaram o período do jardim de infância [...] atendendo aos ideais de nacionalidade impostos no Brasil” (p. 6).

Neste contexto vai se configurando a forte influência das igrejas de confissão católica e luterana, em que a primeira foi se constituindo pelo trabalho educativo realizado pelas Congregações, e a segunda por meio das ações da Associação das Senhoras Evangélicas nas atividades relacionadas aos Jardins de Infância, mais especificamente nas áreas de colonização alemã e italiana, onde os filhos de imigrantes tinham acesso a aulas de religião e fortalecimento da cultura e do idioma de origem. Por fim, pode-se dizer que o Jardim de Infância, sob a influência de ambos os credos religiosos (católico e luterano), perspectivava também uma educação para a obediência, para o cumprimento da regra e para disciplina como preceitos fundamentais para a permanência da ordem social.

Na sequência das experiências localizadas por este estudo, nos deteremos, aqui, na apresentação do Jardim de Infância criado na cidade de Blumenau no ano de 1935, por iniciativa da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE)³⁸, uma instituição de cunho caritativo e assistencial.

³⁸ A Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas de Blumenau (OASE Blumenau) foi fundada no ano de 1921, sendo, a princípio, denominada “*Frauen-Verein*” (Clube das Mulheres). Sua constituição deu-se no sentido

Recorrendo ao protocolo da reunião da diretoria da *Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau* (SESB), datado de 16 de maio de 1935, observa-se a contratação da primeira *Kindergartenschwester* (Irmã de Jardim de Infância) para dar início aos trabalhos educacionais com as crianças pequenas, “que em sua origem era semelhante a uma escola”, segundo o histórico da OASE³⁹.

Este Jardim de Infância, assim como outros aqui já referenciados, foi fechado por contingências do projeto de nacionalização do ensino, intensificado com os conflitos gerados na ocasião da 2ª Guerra Mundial, sendo reaberto somente em 1962 com o nome de Jardim de Infância *Dr. Blumenau*, nome sugerido pelo pastor Rolf Dübbers e sua esposa.

Reiterando os princípios mobilizadores do trabalho educativo para crianças, de iniciativa confessional luterana no decorrer da primeira metade do XX, assim como sua função, o Jardim de Infância constituiu-se como porta de entrada da religião e manutenção dos bens culturais trazidos da pátria mãe (*Mutterland*) pelos imigrantes alemães. Os princípios morais, hábitos, valores e crenças necessitavam ser ensinados para serem preservados, sendo este o espaço privilegiado para o processo de preservação cultural desde a mais tenra idade, ficando esse trabalho sob a responsabilidade das Senhoras que, pela natureza da associação a qual pertenciam, prestavam serviços voluntários, cujo sentido e objetivo era a assistência e educação das crianças e assistência aos doentes.

Nota-se, nesta experiência, o indicativo da forte presença da pedagogia Froebeliana, inspirando-a em Blumenau, apresenta-se na própria nomenclatura eleita para a designação da responsável pela educação das crianças: “Irmã de Jardim de Infância” (*Kindergartenschwester*).

desse grupo de senhoras evangélicas luteranas promover serviços de assistência para doentes de qualquer confissão religiosa. Esta Ordem, filiada à Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau (SESB), desde a fundação até o ano de 1970 foi ampliando suas funções e, em 1924, criou a “*Schwesternheim*”, uma Casa para as Irmãs. Decorrente desta criação, alguns anos mais tarde (1935), foi contratada a primeira *Kindergartenschwester* (Irmã de Jardim de Infância) para dar início aos trabalhos do Jardim de Infância. Em Blumenau ainda se constituiu a Ordem Auxiliadora de Senhoras da Itoupava Seca (OASIS), demarcando sua instalação em um dos bairros blumenauenses com mesmo nome – Itoupava Seca.

³⁹ Histórico da OASE – “Grupo Esperança” e Raízes da Paróquia Evangélica Luterana “Bom Pastor” – GARCIA. Disponível em: <<http://adalbertoday.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 ago 2011.

Nesta reflexão é oportuno, ainda, observar que as pretensões de Froebel em torno da abertura de uma instituição para cuidado e educação das crianças pequenas, ultrapassava a esfera meramente educacional institucional, avançando para o campo familiar.

Froebel, que abriu o primeiro Kindergarten no alvorecer da década de 1940, em Blankenburg, pretendia não apenas reformar a educação pré-escolar, mas por meio dela a estrutura familiar e os cuidados dedicados á infância, envolvendo a relação entre as esferas pública e privada. A educação ministrada no lar ou na escola fomentaria nas crianças a preguiça e a indolência. As energias humanas não estariam sendo desenvolvidas, muitas se atrofiando, perdendo-se por completo. Froebel considerava que seria sumariamente proveitosa a introdução de verdadeiras horas de trabalho manual na educação das crianças e, de acordo com Prüfer, desejava criar um amplo jardim em que florescesse, com unidade e espírito feminino e o cuidado sensitivo da infância (KUHLMANN, 2001, p. 10)

A influência Froebeliana destaca-se no Jardim de Infância de confissão luterana como agente da educação moral direcionada pelo espírito feminino, que se estende aos contextos privados da família como forma de evitar as supostas más influencias advindas de outros contextos. Também podemos afirmar que o Jardim de Infância, nesta perspectiva, configurava-se como espaço de uma educação rígida no sentido de evitar a “preguiça e a indolência”, e ensinar os verdadeiros valores do tempo e do trabalho como princípios de uma ética protestante:

Ócio e prazer, não só; só serve a ação, o agir conforme a vontade de Deus inequivocamente revelada a fim de aumentar sua glória. *A perda de tempo* é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados. Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com “conversa mole”, com luxo, mesmo com o sono além do necessário à saúde – seis, no máximo oito horas – é absolutamente condenável em termos morais. [...] o tempo é infinitamente valioso porque cada hora perdida é trabalho

subtraído ao serviço da glória de Deus (WEBER, 2004, p. 143).

A partir deste excerto de Weber, vê-se qual é o papel a ser assumido pelos Jardins de Infância de confissão luterana, no sentido do encaminhamento de uma educação que tem como base a regulação e o controle do tempo, numa perspectiva de formação do sujeito para o projeto de sociedade em construção.

Retornando ao Sul do estado de Santa Catarina, para a cidade de Criciúma, o acesso às fontes trouxeram indicativos de que, a convite do “Círculo São José⁴⁰”, da Paróquia de São José, em 1945, chegaram as Irmãs Escolares de Nossa Senhora⁴¹ para dirigir o Jardim de Infância.

⁴⁰ No sul do estado de Santa Catarina, o **Círculo São José** foi criado no ano de 1932, tendo seu estatuto aprovado pela Arquidiocese de Florianópolis em 1935, como “entidade canônica”. Segundo seu estatuto, “o Círculo S. José é uma associação de católicos práticos e sinceros, que se propõe, em geral, intensificar o culto S. José, colaborar no acréscimo e espírito christão na família e na sociedade, [...] corresponder às necessidades urgentes e locais, a fundação de estabelecimentos de caridade e beneficência pública, tais como: asilos, escolas, hospitais, associações de proteção à infância, todas depois de licença por escrito, e, como a irmandade, sob a alta e inteira dependência da Autoridade Metropolitana” (Art. 1º).

⁴¹ Congregação Religiosa das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. **Missão:** “Promover a unidade, como educadoras, em tudo o que somos e fazemos convictas de que o mundo pode ser mudado pela transformação das pessoas”. A Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, fundada na Alemanha no ano de 1833, dedicou os trabalhos apostólicos na escola, na pastoral e na saúde, tendo como meta atingir crianças, jovens e adultos por meio da oração, palavra e testemunho de vida. No ano de 1935, a partir dos incessantes pedidos de ajuda para diferentes congregações instaladas na Alemanha por parte do Padre Paulo Linartz - pároco de Forquilha, chegaram nesta pequena colônia brasileira as 5 primeiras Irmãs Escolares, que dariam início à obra missionária desta congregação no Brasil. Destaca-se, porém, que não era esta a Congregação esperada pelo Arcebispo brasileiro, que aguardava a chegada da Irmãs Ursulinas de Fritzlär. Embora houvesse toda uma rejeição, já que estavam em terra brasileira, competia às Irmãs Escolares principiarem sua missão, inicialmente marcada por atividades educativas exercidas na escola, assumindo aulas de matemática, caligrafia, canto, ginástica e trabalhos manuais. Para além das atividades escolares, atendiam as moças da colônia, ensinando-as trabalhos manuais e costura. Em 1945, um grupo de Irmãs Escolares assumiu os trabalhos na “Casa da Criança”, fundada neste mesmo ano em Criciúma. Nesta instituição, além da atuação junto ao Jardim de Infância, competia às Irmãs atender a população no laboratório de saúde, entregando-lhe remédios e

Mais tarde, este viria compor a *Casa da Criança Nossa Senhora de Fátima*, uma instituição que se configuraria a partir dos preceitos do Departamento Nacional da Criança (DNCR), consistindo-se em um espaço previsto para “receber crianças de todas as idades durante as horas em que as mães, obrigadas a trabalhar, não podem cuidar convenientemente delas. A casa da criança mantém várias seções: creche, escola maternal, jardim de infância, curso primário” (OLIVEIRA, 1946, p. 1).

O livro de matrícula deste Jardim indica que suas atividades tiveram início no mês de abril de 1945, atendendo, neste primeiro ano de funcionamento, a 62 crianças com idades compreendidas entre 2 e 6 anos, sob os cuidados de uma Irmã e uma Juvenista⁴². A direção geral compunha-se do padre Agenor Marques Neves, coadjuvante da Paróquia São José, e de sua irmã Estela Marques, Complementarista⁴³. O espaço físico para o Jardim foi cedido pelo *Círculo São José*, e “a mensalidade paga pelas famílias era de Cr\$ 8,20, sendo também aceito indigentes”⁴⁴.

assumindo práticas de primeiros socorros (Fonte: Histórico das Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS), disponível em: <<http://www.iens.org.br/portal/home.php>>. ARNS, 2000; BIEHL, 2006).

⁴² Como eram chamados os/as jovens que pretendiam ser irmãs/irmãs religiosas/as. Ao término do período do juvenato, além da troca do uniforme, ao fazer o voto perpétuo de devoção, os juvenistas geralmente também mudam de nome, assumindo o de um santo ou santa (ALVAREZ, 2007).

⁴³ Werle (2005, p. 609-634) ajuda a compreender o conceito de **Complementarista** ao tratar da feminização do magistério em Rio Grande do Sul. Esta autora indica que complementaristas referia-se aos alunos que se mostravam habilitados nas matérias do curso elementar, e que buscavam uma complementação para os seus estudos com o objetivo de se preparar para o ingresso profissional no magistério público primário. Embora as Escolas Complementares formassem para o magistério público primário, não se configuravam como uma Escola Normal e, geralmente, eram mantidas pela iniciativa privada de alguma ordem religiosa, que ofereciam educação às meninas-moças das classes mais favorecidas economicamente. Ou seja, se configuravam em espaços para formação da elite feminina, entre o curso elementar e a escola secundária. Em Santa Catarina, de acordo com o Regulamento das Escolas Complementares (1934), tais escolas foram criadas para “habilitar candidatas ao professorado e a desenvolver o ensino ministrado nos Grupos Escolares” (Art. 1). Neste Estado, o curso complementar tinha 3 anos de duração e, ao final do terceiro ano, aos alunos diplomados era assegurado o direito de matrícula no terceiro ano da Escola Normal (WERLE, 2005).

⁴⁴ Histórico do Colégio São Bento. Texto mimeo. Criciúma, s/d.

Figura 5: Crianças do Jardim de Infância de 1945.



Fonte: Arquivo do Colégio São Bento.

O projeto da *Casa da Criança* nasce do interesse de um pequeno grupo composto por homens influentes da sociedade civil e da Igreja Católica, cujo propósito era criar um estabelecimento para atendimento às crianças filhas de famílias desfavorecidas da região carbonífera, projeto este também acolhido por Nereu Ramos, interventor do Estado, que se comprometeu a ajudar na implantação e ampliação dessa instituição. A ajuda financeira viria da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no ano de 1947 (Relatório LBA, 1948, p.71).

A *Casa da Criança* tornou-se uma realidade no ano de 1947, ainda sob a orientação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora e, em fevereiro deste mesmo ano, inicia seus trabalhos com 40 crianças, sendo que poucas delas eram indigentes, não cumprindo, deste modo, sua verdadeira finalidade: o cuidado e a educação de crianças pobres - um discurso veemente propagado na cidade, como indica Biehl (2006, p. 27).

A implantação da Casa da Criança se concretizou firmada em um determinado discurso que se divulgou na cidade, e a imprensa local colaborou para essa divulgação, onde a Casa da Criança atenderia crianças economicamente pobres da cidade, algo que não aconteceu na prática, e

certamente por conta desse discurso recebe-se vários auxílios, dos governos Federal, Estadual e Municipal, desde o momento que iniciam os trabalhos na Casa da Criança, auxílios estes que contribuem para o crescimento da instituição.

Talvez também tenha sido este discurso amplamente propagado o responsável pela presença de ilustres autoridades da cidade e da região na inauguração desta instituição, como o prefeito da cidade, o padre, o presidente do Círculo Operário São José e demais representantes da elite, tendo em conta o movimento paternalista instalado na sociedade neste período.

No ano de 1948, o grupo de trabalho era constituído por: Irmã Dietilde, Rute Issler, Cleo Motta Gama e pela juvenista Doraci Silva. A rotina das atividades era baseada na vivência religiosa, com rezas no início e fim das aulas de religião. A disciplina e rigidez constituíam-se como elementos indispensáveis na educação das crianças, juntamente com atividades lúdicas, brincadeiras construtivas e pequenas responsabilidades (Histórico São Bento).

As Irmãs Escolares de Nossa Senhora permaneceram na direção da *Casa da Criança* até 1950 e, para que não fosse fechada ou entregue ao Governo, um grupo de mulheres leigas assumiu as atividades com as crianças num período de quatro meses, até a chegada das Irmãs Beneditinas da Divina Providência⁴⁵, que assumiram a direção da instituição.

⁴⁵ Irmãs Beneditinas da Divina Providência. **Princípio:** “Acolher, assistir e educar da infância à juventude”. A congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência nasceu da caridade de duas irmãs do norte da Itália (Maria e Giustina Schiapparoli) que, a partir de 1847, sensibilizaram-se com os problemas sociais daquele tempo, em especial com a situação da mendicância dos menores abandonados. Assumindo a condição de “Servas de Deus”, decidiram acolher meninas pobres, abandonadas ou desamparadas pelos pais ou postas em condições perigosas, dedicando-lhes carinho e respeito, educando-as na moral cristã, ensinando-lhes a prática dos trabalhos manuais para a garantia do sustento próprio, bem como a ler e escrever, direitos estes que a sociedade da época não lhes dava. Essa obra de amor e caridade à infância e juventude é expandida para o exterior da Itália, chegando ao Brasil no ano de 1936, na cidade de Nova Veneza, no estado de Santa Catarina, em uma colônia de imigrantes italianos, estendendo-se para Criciúma no ano de 1952. Em Nova Veneza, a princípio assumiram os trabalhos no único hospital da cidade, em seguida abriram o primeiro colégio para moças e rapazes, e também a missão do

As Irmãs Beneditinas, com sede constituída em Nova Veneza, são recebidas com entusiasmo e isso é noticiado pela imprensa.

De acordo com os últimos entendimentos havidos entre a direção da CASA DA CRIANÇA e a congregação das Irmãs Beneditinas, (de Nova Veneza), em breve assumirão a regência da mesma instituição um grupo de mais ou menos, cinco Irmãs para vangloriar o recinto e, inspirar disciplina aos filhos dos mais pobres, afim de que amanhã, os mesmos filhos sejam úteis à coletividade e à pátria. Reina, entre os católicos, geral contentamento pela aquisição de tão distintas cooperadoras, pois as mesmas são dotadas de incentivada prática e, além de tudo compreensivas nos deveres cívicos e religiôzos, a bem de educarem os êntes e os conduzirem ao mais sadio convívio social [*sic*] (FOLHA DO POVO, dez. 1951).

Evidencia-se, com este discurso, a função designada às Irmãs Beneditinas, consistindo em assistenciar uma suposta “infância em perigo”, ou seja, aquela que não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejada, educando as crianças pobres nos preceitos da missão civilizadora de preparar o cidadão do futuro, úteis à pátria, seguindo a perspectiva da “polícia moral”, como defendido por Donzelot (1986, p. 70), evitando, com isso, transformá-la em uma “infância perigosa”.

Figura 6: Casa da Criança



Fonte: Irmã Gabriela Fontanella de Bona. Arquivo Histórico Colégio São Bento

Figura 7: Casa da Criança (1952)



Fonte: Irmã Gabriela Fontanella de Bona. Arquivo Histórico Colégio São Bento

No início do ano de 1952, o atendimento passou a ser realizado em novas instalações e o Jardim de Infância era, ainda, o único curso oferecido pela *Casa da Criança*. Em seu estatuto e regimento, destacava-se sua função social e caritativa, designada como um

“estabelecimento de caridade de amparo à criança desvalida nos moldes de seus congêneres, baseados nas leis federais e estaduais que regem o assunto; a Casa da Criança tem por fim receber e manter com alimentação adequada, gratuitamente” (Ata da reunião administrativa da Casa da Criança, 15/09/1952).

O período em que o projeto da *Casa da Criança* é gestado na cidade de Criciúma corresponde ao mesmo período de plena atividade do Departamento Nacional da Criança (DNCR), criado a partir do Decreto-Lei 2024, de 17 de fevereiro de 1940. Este decreto fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país e, em relação à educação da pequena infância, cria medidas de cunho político, social e assistencial.

A Casa da Criança, não sendo propriamente uma originalidade, torna-se - pela sua denominação carinhosa, por certas particularidades de organização - uma instituição essencialmente brasileira, realizando de uma forma muito prática de assistência à infância, de grande utilidade, sobretudo nas pequenas cidades e vilas do interior onde ela pode centralizar um certo número das mais úteis modalidades da assistência semiaberta ou mesmo aberta. Os serviços que prestam estas instituições são de tal ordem, que seria desejar que se multiplicassem por todo o país, devendo existir pelo menos uma em cada Município. E os governos municipais deveriam incentivar a sua fundação de preferência, em forma de organização particular, uma Associação de Senhoras, por exemplo, que seria subvencionada (OLIVEIRA, 1946, p.1).

A disseminação das ideias de incentivo à filantropia e, conseqüentemente, a necessidade de ocupar o “vazio de poder” (CHAUÍ, 1978) deixado pela falta de ação do Estado são fatores que impulsionaram o projeto caritativo e religioso de Padre Agenor Neves Marques a expandir as ações assistenciais de amparo às crianças no sul do estado. Assim, cria também, no município de Urussanga, um Jardim de Infância no ano de 1948, já com a intenção de constituição futura de outra *Casa da Criança*, atendendo à solicitação da população, intenção esta manifestada no Estatuto e Regulamento Interno da *Casa da Criança* de Urussanga, publicado no diário oficial no ano de 1949:

Capítulo I- Da denominação, sede e data de fundação.

Art.1º - Sob denominação oficial de “Casa da Criança” foi fundado, na data de 15 agosto de 1948, esse estabelecimento de caridade, instituição de amparo à criança desvalida, nos moldes de seus congêneres, obediente as prescrições das leis federais e Estaduais (Livro de Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958).

No Capítulo II do estatuto da *Casa da Criança*, define-se suas finalidades:

Art. 3º - A Casa da Criança, tem por fim receber e manter gratuitamente, com alimentação adequada crianças reconhecidamente pobres do município e as que forem apresentadas à diretoria pelo Dr. Juiz de Menores da Comarca. Art.4º- Não serão todavia internadas com moléstias contagiosas incuráveis. Art.5º - A “casa da criança somente receberá crianças de três (3) a seis (6) anos, salvo título precário. Art. 6º- A instituição receberá e manterá também outras crianças não mencionadas no art.3º, mediante contribuição mensal, de acordo com as posses dos seus pais ou tutores. Art. 7º- A “ casa da Criança” ampliará seus benefícios na base de seus recursos financeiros propondo-se a aplicá-los integralmente na assistência social, física, moral e religiosa de seus pupilos. Art.8º - A “casa da Criança”, administrará educação pré-primária, nos moldes dos jardins de infância de acordo com os termos de responsabilidade assinado na Inspeção do ensino do Estado.Art.9º- Entregue o estabelecimento à direção das Irmãs Beneditinas comprometem-se as mesmas a manter o setor de instrução em mãos de Irmãs Brasileiras, diplomadas (Livro de Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958).

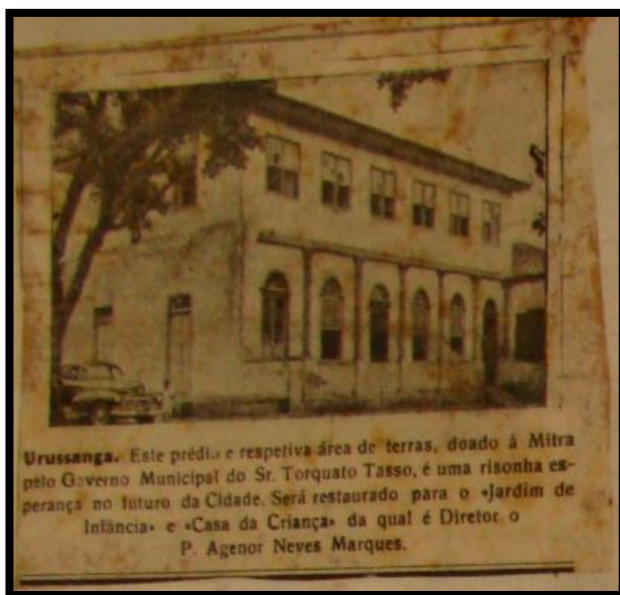
O Capítulo III refere-se à administração da *Casa da Criança*, local em que se identifica o controle e regulação no âmbito do Estado:

Art. 10 – A administração geral da “Casa da Criança” será confiada a uma comissão de sete membros, nomeados pelo Governo do Estado (Lei

estadual nº 1046) e que servirá por tempo indeterminado (Lei estadual nº 1529). (Livro de Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958).

Observa-se, nos preceitos legais apresentados imediatamente acima, a manutenção da proposta perspectivada para a *Casa da Criança* de Criciúma, tomando as ações de assistência social como missão civilizadora para tutelar crianças pobres, alimentando-as nas dimensões física, moral e religiosa.

Figura 8: Futura instalação do Jardim de Infância e Casa da Criança.



Fonte: Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958.

Urussanga. Este prédio e respectiva área de terras, doada à Mitra pelo Governo Municipal do Sr. Torquato Tasso, é uma risonha esperança no futuro da Cidade. Será restaurado para o “Jardim de Infância” e “Casa da Criança” da qual é Diretor o P. Agenor Neves Marques.

Figura 9: Alunos fundadores do Jardim de Infância de Urussanga, em 20 de setembro de 1948.



Fonte: Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958.

No que se refere à profissional que atuará com as crianças, um ofício enviado por Padre Agenor Neves Marques ao Secretário da Justiça, Educação e Saúde do Estado evidencia quem ocupará esta função. O teor do referido ofício consiste em uma solicitação para registro de docência a uma professora leiga não religiosa⁴⁶ até a chegada das Irmãs diplomadas e com prática em Jardim de Infância, vindas de São Paulo.

Desejando manter nesta cidade um jardim de infância a funcionar em edifício próprio, construído de acordo com as exigências da moderna pedagogia e puericultura, venho, pelo presente, em conformidade com o decreto lei nº88, de 31 de março de 1931 [sic], o devido registro no Departamento de Educação. Ficando o requerente responsável pela manutenção, direção e orientação técnica, requerer outrossim o registro de docência para a professora Olinda Bettiol, até que cheguem de São Paulo duas irmãs de

⁴⁶ Informação constante no Livro de Crônicas do Paraíso da Criança, 1948-1958.

Caridade, brasileiras, diplomadas, e com prática de jardim de infância⁴⁷.

Observando mais detalhadamente o ofício em questão, percebe-se a ausência de parâmetros legais que orientassem a abertura e o funcionamento de instituições de cuidado e educação destinadas especificamente às crianças com menos de 7 anos, levando em conta o decreto-lei que o padre Agenor Neves Marques menciona estar em conformidade (Nº 88, de 31/03/1938)⁴⁸. O referido decreto-lei, que visa a “consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como de pô-las de acordo [*sic*] com a orientação social e política do Estado Novo”, é constituído por 27 artigos e apenas no artigo 7º faz menção direta à educação pré-primária:

Art. 7º - É obrigatório aos estabelecimentos particulares de ensino primário:

1.º - dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratar do ensino de idioma estrangeiro;

[...]

4.º - confiar os cursos de jardins de infância e escolas maternais a professores brasileiros natos (Livro de Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958).

Ainda em relação à solicitação manifestada por Padre Agenor, verifica-se que, embora ele indique que a situação docente será resolvida tão logo as irmãs de caridade diplomadas e com prática em Jardim de Infância cheguem de São Paulo, já na sua constituição inicial esta instituição não atenderá ao dispositivo legal, visto que o artigo 4º, ao tratar das exigências documentais, requer que seja encaminhada “prova de serem os professores diplomados por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, ou habilitados conforme o decreto n.º 1300 de 14 de novembro de 1919 (Art. 4 - § 3º)”.

A resposta do Inspetor Geral de Ensino, Luiz Sanches Bezerra da Trindade, ao pedido efetuado por Padre Agenor foi positiva, conforme pode ser conferido através do texto manuscrito encaminhado ao mesmo em 17 de agosto de 1948.

⁴⁷ Livro de Crônicas do Paraíso da Criança, 1948-1958.

⁴⁸ Decreto-Lei Nº 88, de 31 de março de 1938, está disponibilizado no livro de Decretos-Leis de 1938, da página 78 a 86, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Figura 10: Ofício. Reverendo Padre.

Para os devidos fins, comunico-vos que o Exmo. Sr. Secretário da Justiça, Educação e Saúde exarou o seguinte despacho ao requerimento em solicitantes permissão para o registro da Jardim de Infância, dessa cidade: “Sim”. Fpolis, 17-8-48. (ass.). Ormanda Simone Pereira. Saúde e fraternidade. Luiz Saches Bezerra Trindade. Inspetor Geral de Ensino.

Reverendo Padre

Para os devidos fins, comunico-vos que
 como Sr. Sr. Secretário da Justiça, Educação e Saúde,
 exarou o seguinte despacho ao requerimento em
 que solicitantes permissão para o registro do
 Jardim de Infância, dessa cidade:
 "Sim"

Fpolis, 17-8-48
 (ass.) Ormanda Simone Pereira
 Saúde e fraternidade
 Luiz Saches Bezerra Trindade
 Inspetor Geral de Ensino

Ao Reverendo Padre Agnôr Marques
 Município de Uruaçu

Fonte: Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958.

A promessa manifestada no ofício para solicitação de abertura do Jardim de Infância, no que se refere ao funcionamento do mesmo “em edifício próprio, construído de acordo com ‘as exigências da moderna pedagogia’”⁴⁹ também é um fato que merece atenção, levando em conta que “os pensamentos político e educacional modernos fizeram da escola

⁴⁹ Os educadores Fernando de Azevedo e Lourenço Filho são os principais interlocutores desse movimento no Brasil. Empenhados na construção de uma escola renovada e com a perspectiva da construção de um país moderno, estes educadores chamavam atenção para as demandas exigidas para essa modernização, era preciso reformar a escola, reestruturá-la com bases científicas. Neste processo, a concepção de escola e de natureza infantil é redimensionada. A escola passa a ser vista como lócus da construção de uma sociedade moderna, potencializada na perspectiva da construção do “homem novo” – civilizado. A reforma da sociedade passa pela reforma do homem. A autora chama atenção para a transformação sutil nas representações das práticas escolares. Nelas se configuram uma nova percepção dos corpos infantis e do potencial educativo de novas modalidades de organização do tempo e do espaço escolares (CARVALHO, 2002, p. 375).

a porta de entrada da cidadania, também fez coincidir a noção de urbanidade com a de escolaridade” (FARIA FILHO, 2012, p. 32).

De acordo com Bombassaro (2011, p. 21).

A introdução de métodos considerados modernos na educação no Brasil foi difundida por teóricos da Escola Nova, que se inspiraram na ciência para transformar os métodos educacionais, de forma que, durante o governo Vargas, a busca pela unidade nacional se firmava no conceito e formação de um “homem novo” que pudesse contribuir com o País. Em meio a esse contexto político, as reformas do ensino público, como a Reforma Trindade, de 1935, em Santa Catarina, visava à introdução e ampliação das ciências da educação nos cursos de formação docente, com disciplinas como psicologia, sociologia espaços para implementação, associando políticas de modernização à construção do Estado/Nação.

A necessidade de inculcação de *atitudes modernas* na população (SILVA, 2009), aliada ao esforço para alteração do significado social da escola, bem como das suas práticas, foi fator mobilizador para o movimento de renovação educacional. Entretanto, o que não dá para deixar de considerar é que, por detrás de toda essa defesa em torno de uma pedagogia moderna, estava também presente o anseio social da época pela interiorização de normas comportamentais responsáveis pelo disciplinamento da pobreza por meio dos corpos, mentes e sentimentos das crianças, desde a mais tenra idade (NUNES, 2000), visando à sua preparação como futuro trabalhador produtivo e eficiente; sendo essa uma função facilmente exercida pelas igrejas, tanto católica quanto luterana, bastando para tal colocar em prática seus princípios.

Ninguém ignora que no programa da pedagogia moderna não entra só o problema sobre o preparo do saber, entra também o do sentir. E que hoje em dia não cabe ao professor ensinar somente a lêr, a escrever, a contar; e a ministrar ao alumno noções de disciplina elementar, cabe-lhe paralelamente,

guiá-lo no caminho do dever, despertar-lhe o amor á pátria, amoldá-lo ás normas do civismo, de tal sorte que ele venha a ser na sociedade um cidadão honesto, verdadeiro e justo [*sic*]. (jornal Correio da Manhã de 28/12/1937).

Este discurso da pedagogia moderna é plenamente incorporado por padre Agenor, criador da *Casa da Criança*, e facilmente percebido em documento redigido por este religioso quando distingue instrução de educação. Vejamos:

Instruir é ministrar conhecimento, sejam eles quais forem, diversíssimos na ordem e na espécie. *Educar* é fornecer ao homem os elementos de aperfeiçoamento, e formar-lhe corpo e alma, de tal modo que ele, conhecendo-se a si mesmo e ao próximo, discernindo o bem do mal, o honesto do desonesto, saiba o caminho a trilhar na vida para alcançar a felicidade neste e no outro mundo. “A educação consiste essencialmente na formação do homem, como ele deve ser e portar-se nesta vida terrena, para alcançar o fim sublime, para o qual foi criado”. São palavras do Santo Padre o Papa Pio XI, na sua encíclica sobre educação da juventude. A instrução é, portanto, o *meio* para se chegar a educação, que é o *fim* do nosso trabalho (Pe. Agenor Neves Marques, s/d).

Destaca-se, ainda, que não somente o discurso religioso, mas também o jurídico e científico-médico-higienista exerceram fortes influências sobre o projeto social nacional, criando-se na época, inclusive, o *Laboratório de Biologia Infantil* pelo Juizado de Menores carioca, no ano de 1937, no qual foi instituído o curso *Pedagogia e Medicina* destinado aos professores que objetivassem estudar mais de perto os problemas da infância anormal e seus métodos de educação e tratamento, aliando os conhecimentos teóricos aos práticos e atendendo aos princípios da pedagogia moderna (TEIXEIRA, 2013).

Acompanhando todo esse movimento nacional, no ano de 1949 as ações sociais e educativas da Casa da Criança de Urussanga foram assumidas pela Congregação das Irmãs Beneditinas (figura 9), que deram sequência ao projeto em andamento, quando em novembro de 1955 esta instituição recebe nova denominação, constituindo-se no *Paraíso da Criança*, conforme folheto de propaganda distribuído na época, o qual divulga também a ampliação das funções a serem assumidas e exercidas por este contexto.

Figura 11: As florinhas do Jardim de Infância.



Fonte: Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958.

Figura 12: Folheto ilustrativo do Paraíso da Criança.



Fonte: Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958.

Figura 13: Ficha de contribuição.

Associação das Damas de Caridade

R. Ignez G. Marques
Rua Fruta Garibaldi
Urussanga - Sta. Catarina

Paraiso da Criança
Urussanga

ANO	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAIS
1955	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	1480,00
1956													
1957													
1958													
1959													

Fichario dos Contribuintes

Fonte: Crônicas Paraíso da Criança, 1948-1958.

Concluída a apresentação do *Paraíso da Criança* de Urussanga, embora o livro de crônicas possibilite inúmeras outras análises, passamos para a última experiência de Jardim de Infância que se tem notícia, criado em Santa Catarina, na primeira metade do século XX. Esta experiência deu-se em Piratuba/Ipira (cidades da Região Oeste de Santa Catarina), locais em que um Jardim de Infância foi fundado em 1949, pela Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE), constituído por uma turma instalada em cada cidade, ressaltando-se a escassez de fontes documentais que tratem desta instituição.

Informações dão conta de que Hedwig Alzira Matte Werner, natural de Ipira, foi a primeira professora e, nas palavras de Claudio Rogge (2008)⁵⁰, o “sonho de Hedwig era ser professora”. Com vistas a atender esse desejo, seu pai a encaminhou para um Jardim de Infância em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul onde, durante um ano, auxiliou nas atividades desenvolvidas naquela instituição. No período em que esteve junto às crianças obteve, na prática, as noções básicas que a auxiliariam no seu dia a dia como professora.

Quando retornou para Ipira, aos 16 anos, deu início à obra de duas turmas de Jardim de Infância, em Piratuba e Ipira (cidades divididas pelo Rio do Peixe). As atividades do Jardim de Infância de Piratuba desenvolveram-se nas dependências do salão de festas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Ainda de acordo com o Rogge

⁵⁰ Claudio Victor Rogge é membro da Academia de Letras do município de Piratuba (ABL-SC).

(2008, p. 195-197), ao falar da turma da professora Hedwig M. Werner, afirma que:

[...] sua primeira turma era composta de 34 alunos de diferentes classes sociais e credos religiosos, atendendo crianças a partir de 3 anos de idade. Cada família contribuía com uma mensalidade para efetuar o pagamento do salário da professora e demais despesas do Jardim de infância. Sendo que a professora era responsável pela merenda, limpeza, ordem e principalmente, pelo cuidar e educar das crianças.

Dentre as informações históricas fornecidas por esse autor, destacam-se as “atividades diversificadas” realizadas com as crianças, dentre elas: alinhavo, serpentina, carretéis de linha para desenvolver a coordenação motora, atividades físicas, música, cantos, atividades religiosas, atividades matemáticas. Havia, por parte da professora, a preocupação com os valores, o que fazia com que priorizasse a ordem, a disciplina, o respeito, o afeto e as boas maneiras.

Figura 14: Os alunos do primeiro Jardim de Infância de Ipira, instalado pela OASE em 1949, tinham como professora a Sra. Hedwig Alzira Matte Werner. O grupo estava reunido para o desfile de 7 de Setembro.



Fonte: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/comunidade/online/registro-fotografico/resgate-fotografico-todas-as-edic-es-1.906746#.Uf8RY5LU8Z4>

Figura 15: Da. Hedwig Alzira Matte Werner – 1ª Professora de Jardim de Infância em Piratuba e Ipira, no dia 07 de setembro de 1949, num momento ímpar, reunindo as duas turmas, depois de participarem do desfile cívico, realizado em Piratuba, o primeiro após a emancipação política do município.



Fonte: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/comunidade/online/registro-fotografico/resgate-fotografico-todas-as-edic-es-1.906746#.Uf8RY5LU8Z4>

2.1.2 O lugar do Poder Público Estadual na criação do Jardim de Infância em Santa Catarina

Nas primeiras décadas do século XX, apesar de muitas iniciativas de implantação de Jardins de Infância em diferentes cidades do Estado de Santa Catarina, por iniciativas particulares ligadas às Ordens Religiosas católicas e protestantes, como já vimos até aqui, no âmbito legal, vinculado ao Governo do Estado, não havia preocupação com a implantação do Jardim de Infância público. Ou seja, o Estado atuou através de mecanismos de controle e/ou regulação, assumindo claramente uma posição de coadjuvante, conforme consta no Relatório do Governo do Estado de 1938⁵¹.

⁵¹ Relatório apresentado em outubro de 1938, ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, então Interventor Federal no Estado de Santa Catarina.

Figura 16: Quadro estatístico apresentado no relatório à presidência da República do Brasil em 1938.

Colégio “Coração de Jesus”

O movimento escolar desse excelente educandário nos últimos anos atesta-o êste esplendido quadro estatístico:

CURSOS	Ano	1935		1936		1937		1938	
		matric.	frequ.	matric.	frequ.	matric.	frequ.	matric.	frequ.
Jardim da Inf.	masc.	84	50	79	60	78	60	70	58
	fem.	73	40	86	62	79	58	85	79

Fonte: Relatório do Governo do Estado (1938)

Constata-se o destaque às iniciativas de caráter privado, através da apresentação de dados estatísticos (figura 16), como também efusivo tratamento destinado à instituição, explicitado adjetivos de “*excelente e esplendido*”, referentes ao atendimento às crianças no Jardim de Infância do Colégio Coração de Jesus, na capital, entre os anos 1935-1938.

É a partir da reforma no ensino catarinense - *Reforma Trindade*, assim denominada em função da força política e atuação do Diretor da Instrução Pública do Estado, Luiz Bezerra Trindade que, juntamente com João dos Santos Areão e Elpídeo Barbosa, protagonizam o processo de alteração de Escola Normal para Instituto de Educação e, com isso, o Jardim de Infância passa a fazer parte do conjunto de cursos oferecido. Sob o Decreto-Lei N° 306, de 2 de março de 1939, os Institutos de Educação de Santa Catarina integram a Escola Normal Primária, Escola Normal secundária e Superior Vocacional. Destaca-se, no Artigo 1° deste Decreto, as finalidades dos Institutos de Educação, quais sejam: “ministrar o ensino pré-primário, primário, secundário e normal a alunos de ambos os sexos e; permitir a observação, a experimentação e a prática dos métodos didáticos, por parte dos que pretendem exercer o magistério primário”⁵².

⁵² SANTA CATARINA. Decreto-lei n. 306, de 2 de março de 1939 – reorganiza o Instituto de Educação. Coleção de Decretos-Leis de 1939, Florianópolis, 1939. Acesso: APESC.

Ainda neste Decreto de 1939, no que se refere ao Jardim de Infância, observa-se, no artigo 3º, que “O curso pré-primário, constituirá o Jardim de Infância e será formado de classes experimentais destinadas a ministrar à criança, situações que lhe permitam os meios de praticar a auto-direção e o auto-domínio [*sic*], de desenvolver a iniciativa e a invenção e aprender a coordenar seus esforços com os dos companheiros”. Segue o artigo 4º tratando de questões relacionadas, explicitando que “O Jardim de Infância e o curso primário serão pedagogicamente orientados pela secção de Metodologia e Prática de Ensino e considerados, para todos os efeitos, campo de observação e de experiência educacional, dos professores e dos alunos do curso normal”. O artigo 67º do capítulo que trata das disposições gerais, destaca que “os jardins de infância serão regidos por um regulamento especial”.

Essa ação empreendida em Santa Catarina, no período segue ao modelo defendido anteriormente em São Paulo por meio do Decreto 342, assinado em 3 de março de 1896 pelo governador da época, Sr. Bernardino de Campos, o qual define que: “Fica creado um jardim de infância junto a Escola Normal da Capital, como preparo á Escola Modelo; revogando as disposições em contrário [*sic*]” (Art. Único, Decreto 342/1896)⁵³.

Apesar dessa inovadora iniciativa de criação do Jardim de Infância nos institutos de educação, é importante ressaltar que ela atinge apenas dois municípios em Santa Catarina, Florianópolis e Lages⁵⁴, embora as fontes localizadas não tenham fornecido qualquer pista sobre a tradução da letra desta lei em prática concreta. Ou seja, não localizamos nenhum documento tratando desses Jardins de Infância.

Com base no Decreto nº 3735, 17 de dezembro de 1946, que Regulamentou os estabelecimentos do Ensino Primário no Estado de Santa Catarina, governado pelo Interventor Federal Nereu Ramos, fica aprovada, pelo Secretário da Justiça Educação e Saúde, a articulação do Ensino Primário com outras modalidades de ensino:

Art.5º - O ensino primário manterá da seguinte forma articulação com as outras modalidades de ensino:

1) - O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial e

⁵³ Para ampliação desta discussão, sugere-se Monarca (2001, p. 81-119).

⁵⁴ Existiam, no estado, duas Escolas Normais Secundárias oficiais, que foram transformadas em Instituto de Educação, uma em Florianópolis e outra em Lages (SILVA, 2003).

agrícola. 2) - o curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial e de formação de regentes de ensino elementar. 3) - O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato em geral.

Art.6º - Os cursos de jardim da infância se articularão com o curso primário elementar.

A partir dos dados acima citados, em relação às iniciativas do Estado, vai se configurando a relação de proximidade entre Jardim de Infância e Ensino Primário, e a expressão “pré-primário”, tão conhecida e debatida por pesquisadores da área da Educação Infantil como a *antessala* do Ensino Primário, tem sua vertente assentada nas reformas educacionais.

2.2 INICIATIVAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL E DE CUIDADO ÀS CRIANÇAS NA CRECHE EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, as instituições destinadas ao cuidado e à educação das crianças, denominadas e reconhecidas como creche, começam a surgir a partir da década de 1930, através da ação de diversos segmentos sociais, com iniciativas da Igreja através do Círculo Operário Católico; das indústrias têxteis, onde se concentrava maior número de mulheres operárias; da filantropia e assistência social; e dos médicos-higienistas.

É importante ressaltar que o período de 1930-1945 foi fortemente marcado pela assistência à saúde materno-infantil, caracterizado por uma maior centralização política e maior participação do Estado nas políticas públicas, com ênfase à profilaxia de doenças, também conhecida como puericultura.

Decorrente da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), bem como do Departamento Nacional da Criança (1940), deu-se início a um conjunto de políticas de atendimento às crianças, com enfoque prioritário às áreas de assistência e saúde, respondendo minimamente aos impactos provocados pela política desenvolvimentista industrial, instaurada no governo Vargas.

Neste contexto, um amplo projeto de civilidade foi empreendido, servindo para difusão do movimento médico-higienista e, conseqüentemente, para a criação das creches, que passam a ser reconhecidas como instituição que poderia minimizar os problemas causados pelas precárias condições de higiene e salubridade decorrentes do acelerado processo social de urbanização.

Tal instituição passa a ser idealizada como espaço essencial para atender as necessidades de cuidado às crianças pequenas enquanto suas mães trabalham, configurando-se, deste modo, como instância reconhecidamente assistencial e custodial, estando voltada ao amparo de crianças provenientes de famílias empobrecidas. Em outras palavras, a creche passa a fazer parte de uma política destinada à infância no Estado Novo, configurando-se como ação de tutela e proteção às crianças pobres.

Neste período, a criança passa a ser vista como “cidadã do futuro”, devendo receber cuidados especiais do Estado com o objetivo implícito de fortalecimento do Estado ditatorial de Vargas e, mesmo com o fim do Estado Novo, o paternalismo ainda se mantém como caráter eminente nas ações de assistência à infância, porém, “[...] fortalecido pela ideologia do desenvolvimento de comunidades e da assistência social defendidos na década de 1950” (KRAMER, 1988, p. 202).

É nesse contexto nacional que, em 1936, na cidade de Joinville, Padre Alberto Kolb⁵⁵, fundador do Círculo Operário Católico⁵⁶, inicia sua “grande obra”, a Creche Conde Modesto Leal, com objetivo de

⁵⁵ Pioneiro de atividades ligadas à área social em Joinville, nasceu em Lorena (Alemanha) no ano de 1898, vindo para o Brasil ainda criança, com apenas 8 anos de idade. Tornou-se sacerdote em Minas Gerais no dia 11 de junho de 1926 e exerceu o sacerdócio em diferentes estados, até chegar a Joinville no ano de 1933, em plena era Vargas. “Agindo como padre independente e sem paróquia, encontrou na causa social a razão para ‘justificar a sua própria existência’, conforme cita em suas reminiscências” (MIRANDA, 2006, p. 19).

⁵⁶ Alguns têm sido os estudos em torno da história dos Círculos Operários no Brasil, podendo ser citados Diehl, (1990) e Sousa (1998), os quais indicam que o Círculo Operário consiste em um movimento religioso que ganhou consistência no Brasil a partir de 1932, momento em que assumiu para si a tarefa de “educar os trabalhadores na fé e na ordem”. Trata-se de uma experiência corporificadora da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho e da relação expressiva da igreja com o Estado. Os Círculos Operários “ideados pelo padre Kolb, pelas suas finalidades, princípios básicos e métodos de realização, podem considerar-se uma organização completa, satisfazendo a todas as necessidades e aspirações legítimas do trabalhador: seus interesses profissionais, intelectuais, culturais e morais [sic] [...] Joinville se transforma, assim, em sede do movimento operário catarinense. O desenvolvimento, que a obra recém-fundada [sic] obteve, já reclama a sua ampliação (COJ, Livro 1). Ainda em relação Círculo Operário de Joinville, sugere-se Marques (1992); Souza (2013).

educar e formar os filhos de operários de Joinville, mas também de acolher crianças órfãs.

Figura 17: Recorte de Jornal datado de julho de 1943. “O que é o Círculo Operário de Joinville” (Livro 4).



Fonte: Círculo Operário Católico de Joinville.

Figura 18: O atendimento às crianças sendo realizado pelas irmãs de caridade e pelas empregadas da creche.



Fonte: Círculo Operário Católico de Joinville

Na instauração de uma parceria entre igreja católica e Estado, com vistas à disciplinarização de condutas e construção de sujeitos ordeiros e obedientes (FÁVERI, 2009), a “saúde, instrução e moral” constituíam o tripé sobre o qual Padre Kolb alicerçou sua obra social, e a imprensa escrita foi forte aliada na difusão das suas ideias. Exemplo desta aproximação entre o Estado, Padre Kolb e a imprensa pode ser observada por meio da *clipagem* produzida a partir de variados recortes

de jornais da época, colados nos quatro livros de registro do Círculo Operário de Joinville (COOJ), do qual retiramos alguns excertos para apoiar nossa reflexão acerca da creche Conde Modesto de Leal, construída a partir da necessidade manifestada, em especial, pelas mulheres-mães de Joinville.

Uma das matérias, intitulada “Uma obra de grande alcance social – As iniciativas do Padre Alberto Kolb, em Santa Catarina – A criação em Joinville, de uma instituição de Assistência Social, um apelo ao presidente da república” (sem data registrada), traz um pronunciamento do próprio Padre Kolb manifestando-se acerca do seu desejo pela criação de uma obra de assistência aos trabalhadores joinvillenses, constituída por serviço ambulatorial médico e farmacêutico, atendimento aos idosos e doentes, e creches para crianças dos 6 meses aos 6 anos. Para isso, já havia contado com a ajuda da iniciativa religiosa para construção parcial do espaço físico; da associação comercial e civil organizada - representada pelo Rotary Clube - conseguiu o compromisso financeiro para custear sua obra assistencial; e recorreria também ao governo Getúlio Vargas para angariar fundos para sua obra social-cristã.

Embora seguidor dos preceitos da igreja católica, anunciava com frequência que seu benefício era empreendido à população de modo geral, sem distinção de credo ou religião, clamando ajuda dos ricos em prol dos menos favorecidos. Com esse movimento, atendia à doutrina social dos princípios da Encíclica Papal (Papa Leão XIII, 1891), em que “a Igreja, instruída e dirigida por Jesus Cristo, eleva o seu olhar para mais alto; propõe um conjunto de preceitos mais completo, porque ambiciona estreitar a união das duas classes até as unir uma a outra por laços de verdadeira amizade” (*Rerum Novarum*, 1891).

De todos os países que enchem o mapa do universo e que estão ainda, em submissão e obediência ao Vaticano, o Brasil é dos poucos, ou, talvez, o único que se conserva respeitoso e reverente em presença dele. Tradições étnicas e históricas sedimentaram-lhe por séculos de vida o culto familiar ao báculo e ao ceptro divinos de que Anchieta e Nobrega aqui tão bem representaram, junto ao gentio e ao colonizador branco. Mas essas tradições, mal prosseguidas em exemplos que estarão, hoje, faltando, apresentam a resistência frágil do fio de linha. Sem o reforço de obras de realização social que serão outras linhas

a juntar a essa isolada, sem isso, de uma hora para outra ela ameaça partir-se. Nessa previsão de acontecimentos indesejáveis a Crèche que se vai dentro em pouco inaugurar em Joinville, indo ás simpatias e jubilo de todos faz supor que, enfim, Cristo, sob qualquer das modalidades sectárias em que ele aparece, mas principalmente na casa de Pedro, perdurará em nosso alta votivo. Que mais uma vez chamando as crianças mansamente como Ele fez em tempos passados, seja o seu nome abençoado pela inauguração dessa Crèche! [*sic*] (REMINSCENCIA DO PADRE KOLB, livro 4).

Vale destacar, ainda, que na Encíclica Papal (*Rerum Novarum*), na qual a doutrina social da igreja é oficializada, a *Condição dos Operários* ganhou centralidade, e a defesa recai sobre a conciliação entre capital e trabalho, entre a riqueza e o proletariado, visto que, neste período, o movimento operário estava em ebulição nos países que serviram de berço para a revolução industrial, o que justificou a forte atuação dos Círculos Operários no Brasil na primeira metade do século XX, no momento em que este país se encontrava em franco desenvolvimento.

Em outro recorte de jornal, datado de 12 de fevereiro de 1936, cujo título é “A Homenagem do Rotary Club de Joinville à sua Revmas Snrs. Padres Leopoldo Brentano e Alberto Kolb”, há a transcrição do pronunciamento realizado nesta solenidade por Leopoldo Brentano, que enfatiza a finalidade desta “*obra meritória*”. Percebe-se, neste pronunciamento, a forte marca de uma política assistencial que visa à educação da família, de modo geral, atendendo ao projeto de nacionalização para formação de um corpo coletivo. Vejamos o teor do referido discurso:

Finalidades, quaes sejam principalmente: a instrucción, com escolas primarias, profissionais e de aperfeiçoamento; a assistência medica, visando em particular a debellação do impaludismo e das verminoses, verdadeiros flagelos das classes pobres, dos trabalhadores; a assistência juridica, facilitando ao operário a feita de requerimentos, processos de inventario, etc., bem como fornecer-lhe todas as informações necessárias; o problema da habitação, ensinando ao trabalhador, a saber adquirir ou bem construir a sua morada, a cuidar com proveito de sua casa, de sua plantação, etc.;

creches, que são instituições onde as mães operarias ahi deixam os seus filhinhos pela manhã, de 6 meses á 10 annos de idade, e sob os bondosos cuidados de irmãs de caridade e empregadas escolhidas e mediante uma insignificante remuneração. As criancinhas são bem alimentadas, sempre lavadas e vestidas com asseio, havendo (...) um jardim de infância com (...) instrução e folguedos infantis. A' noitinha, de volta de seu trabalho, as mães dessas creanças levam-nas para suas casas cheias de viva satisfação, pois, já compreendem os reaes beneficios que lhes trazem e a seus filhinhos esses estabelecimentos piedosos. E como custear obra tão grandiosa, mas também tão dispendiosa? [sic].

Percebe-se, por esta proposição, que a obra de Padre Kolb visou a atuar na área da educação, saúde, previdência e assistência jurídica para os trabalhadores urbanos, assumindo uma dimensão mais alargada de política de assistência, perfilando-se com a proposta de sociedade em construção, pautada em uma nova racionalidade. Pode-se dizer que as novas necessidades de uma sociedade urbano-industrial que se instaurava no Brasil embasaram essa proposta, e a creche, nesse contexto, constitui-se em um instrumento útil de socorro às mulheres trabalhadoras, bem como um espaço de homogeneização da alma brasileira desde a mais tenra idade, “sob os bondosos cuidados de irmãs de caridade”.

Essa nova racionalidade, servindo de amparo às ações do Círculo Operário, de modo algum remeteram para segundo plano o ideário cristão da caridade e filantropia religiosa. A crônica escrita por Moacir Gomes (importante cronista joinvillense), intitulada “Duas vezes por Semana”, retirada de um dos livros registro do Círculo Operário de Joinville revela isso.

Todas as manhãs, ao abrir as janelas do meu quarto aqui em Joinville, depara-se-me, perto, envolto nas brumas matutinas, as paredes em construção de um templo. Não tem êle a sutuosidade grandiosa de que conforme nos refere os Evangelhos ergueu Salomão, para honra e gloria de Deus. Não possui as linhas arquitetônicas das cathedrais opulentas nem lembra, siquer, as elegantes edificações das nossas igrejas modernas. Mas não sendo nada disso, nem,

também, casa simples de orações, ele desperta em todo coração humano a beleza que o ouro, o mármore, o granito trabalhados ou as obras de arte seriam capazes de produzir. É que maior do que as subjetividades da Fé ali se ergue, naquelas paredes de tijolo sem adornos, mais do que o simbolismo decorativo de arquitetura, a manifestação elevada dos melhores sentimentos: **o sentimento da Caridade**. É que esse **templo** que meus olhos todas as manhãs divisam **é uma Crèche. Presente régio do Conde modesto Leal e sob o patrocínio da Diocese joinvillense**, ele assume o aspecto das **novas tendências que a Igreja de Cristo**, si quer subsistir como semente lançada no coração do homem, terá que tomar no seu sentido social ou humano. Só a pedra que se colocou com este **fim de amparo, de proteção útil à coletividade sofredora ou necessitada de conforto, menos do espírito do que material**, só essa pedra poderá alicerçar a fé e a esperança religiosas atual e infelizmente, por desídia do cléro, periclitantes [sic] (Grifos nossos).

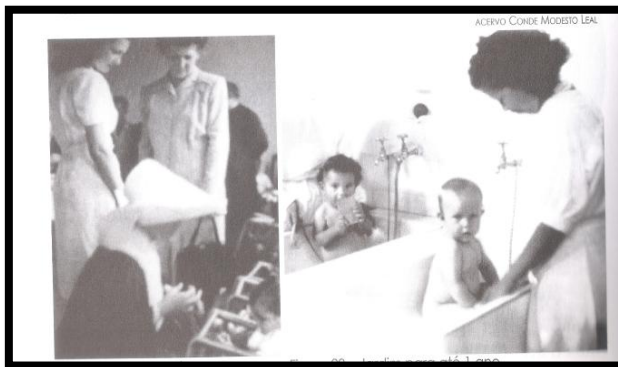
A exaltação à caridade e às novas tendências da igreja deu à creche lugar de destaque: *templo*. E, como tal, esta creche passou a funcionar sob os cuidados da Congregação da Ordem São Vicente de Paulo⁵⁷ (Irmãs Vicentinas), que também estendeu suas ações para outras áreas de assistência social do Círculo como, por exemplo, o ensino profissionalizante destinando ao atendimento das mulheres-mães, aos familiares dos sócios e outros interessados.

⁵⁷ A origem desta Congregação está relacionada ao sacerdote francês Vicente de Paulo que, em 1625, instituiu essa missão em Paris – França. Também conhecidos como *Lazaristas*, a Congregação da Ordem Vicentina dispersou-se durante a Revolução Francesa, retomando as atividades no período Napoleônico. Seu contínuo crescimento ocorreu no século XIX, e perdeu seu reconhecimento francês quando do rompimento da igreja com o Estado. Espalhando-se pelo mundo, no sul do Brasil chegaram os religiosos Vicentinos provenientes da Polônia, na última década oitocentista (1898), embora Miranda (2006) apresente dados sobre a atuação de religiosas alemãs na Creche Conde Modesto de Leal.

(Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Congrega%C3%A7%C3%A3o_da_Miss%C3%A3o).

Figura 19: Irmã Marta e Jardim para crianças de até 1 ano.



Fonte: Acervo Conde Modesto Leal (MIRANDA, 2006).

Miranda (2006), ao tratar do “legado social” deixado por Padre Kolb, posiciona a creche Conde Modesto de Leal dentre uma “construção política de atendimento às famílias” (p. 63) e faz menção à relação institucional consolidada entre este religioso e o Estado por meio de Departamento de Assistência Social do Estado⁵⁸ e pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Esta autora traz, ainda, informações quanto ao trabalho realizado na creche por uma religiosa enfermeira e por uma professora, contratada como “professora da Escola Primária São José e prestou, por cerca de três anos [1936 – 1939], serviços na Creche Conde Modesto Leal” (p. 130).

No percurso histórico desta instituição, as dificuldades financeiras para manter a creche com a saída das irmãs Vicentinas, por volta de 1948, significou o encerramento das suas atividades, que foram retomadas quando Padre Kolb “acelerou o processo político de aproximação com o governo do Estado, que assumiu a então Escola Primária São José. Dessa forma, ainda no mesmo ano, a Escola [creche] Conde Modesto de Leal foi reaberta” (p. 71). Frente às dúvidas sobre quem realmente deveria assumir a Creche: se o Círculo Operário como entidade mantenedora; se a igreja católica como instituidora do Círculo; se os órgãos públicos que também financiavam a manutenção dos serviços; esta instituição foi sendo assumida por diferentes protagonistas, como as religiosas da Ordem Beneditina; a Mitra Diocesana de Joinville; a Congregação do Divino Salvador e as irmãs Salvatorianas - por meio de seus diferentes provedores até que, em

⁵⁸ Criado pela Lei 2.497, de 24/12/1935.

1995, “atendendo às exigências legais, a figura do Provedor foi substituída por uma Diretoria, também voluntária, eleita pela Assembleia de Sócios” (Histórico do Centro Educacional Conde Modesto de Leal)⁵⁹.

Em meio a todo esse processo vai se configurando uma política social de atendimento às crianças pobres e suas famílias em Joinville, região norte do estado, realizada no interior de um processo sócio educacional em que “Deus e a Pátria se entrelaçam, se imanam, se confundem” (COJ, Livro 4), forjando uma identidade nacional.

Na continuidade das iniciativas de caráter beneficente, caritativo e filantrópico das instituições de atendimento educativo à pequena infância, caracterizadas por creche, apresenta-se, no início da década 1940, o Educandário Santa Catarina, criado para acolher crianças em regime de internato, por iniciativa da “Sociedade de Assistência aos Lázaros e defesa contra a Lepra em Santa Catarina”⁶⁰. Este “educandário é dirigido pela Sociedade e a administração do estabelecimento está a cargo das Irmãs Franciscanas que com grande zelo e dedicação vem cumprindo fielmente suas atribuições” (RELATÓRIO, 1941)⁶¹.

No relatório da Sociedade de Assistência aos Lázaros é feita menção à existência de uma creche desde o início das atividades (1941), inicialmente atendendo 8 crianças. O referido relatório também revela que, nesta instituição, a creche atendia a faixa etária de 0 a 3 anos (tal como define a legislação atual), bem como registra, também, a presença de crianças com 4 anos ou mais, porém não denominado este tipo de atendimento.

⁵⁹ <http://condemodesto.com.br/historia.htm>

⁶⁰ SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROSA – ocupa-se da proteção e amparo das famílias de doentes hansenianos no Estado de Santa Catarina.

⁶¹ Relatório formulado pela Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra em Santa Catarina (1941).

Figura 20: Quadro de matrícula (frequência)

No Educandário há até o presente, 73 crianças internadas, assim discriminadas:

	Meninos	Meninas
Crèche	4	4
De 4 anos a 8 anos	4	8
De 9 anos a 12 anos	14	18
De 13 anos a 16 anos	11	6
De 17 anos	2	2

Fonte: Sociedade de Assistência aos Lázaros – Relatório, 1941.

Fica demonstrado, ainda, no documento o destaque, referente ao ensino escolar e sua intrínseca relação com o departamento de educação do Estado: “Funciona no estabelecimento um grupo escolar mantido pelo governo do Estado e subordinado ao departamento de educação”.

Ainda neste relatório, consta o quadro referente ao corpo administrativo e técnico da instituição, sem fazer referência, no entanto, à profissional com atribuições específicas para o trabalho na creche. Encontramos, nesta lista, profissionais da área da enfermagem, bem como referência as “professoras”, cargos estes ocupados por irmãs religiosas, tal como pode ser observado a seguir.

Figura 21: Lista do corpo administrativo.

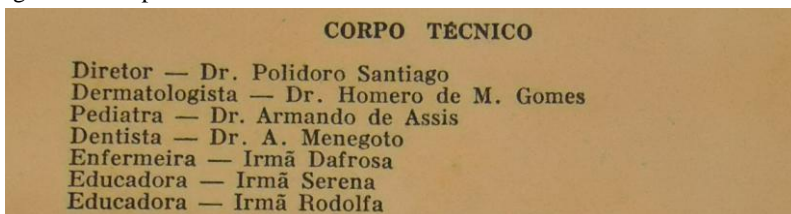
É louvável a solicitude e carinho com que educam as crianças, substituindo o lar destruído, por um ambiente feliz.
O corpo administrativo do estabelecimento é o seguinte:

Superiora —	Irmã Hermelinda
Guardiã —	Irmã Eligia
Enfermeira —	Irmã Dafrosa
Professora —	Irmã Serena
Professora —	Irmã Rodolfa
Encarregada da cozinha —	Irmã Osvalda
Encarregada da lavanderia —	Irmã Aurea
Empregados —	Alfredo Silva
Empregados —	Maria Gambiosky.

Fonte: Sociedade de Assistência aos Lázaros – Relatório, 1941.

Com relação ao corpo técnico da instituição, aparece a nomenclatura “educadora”, cargo do mesmo modo ocupado por Irmãs, possibilitando-nos questionar: seriam as educadoras as profissionais responsáveis pela educação e cuidados das crianças na creche? Ou essa era uma função exercida pela enfermeira, como em outra instituição que veremos mais adiante?

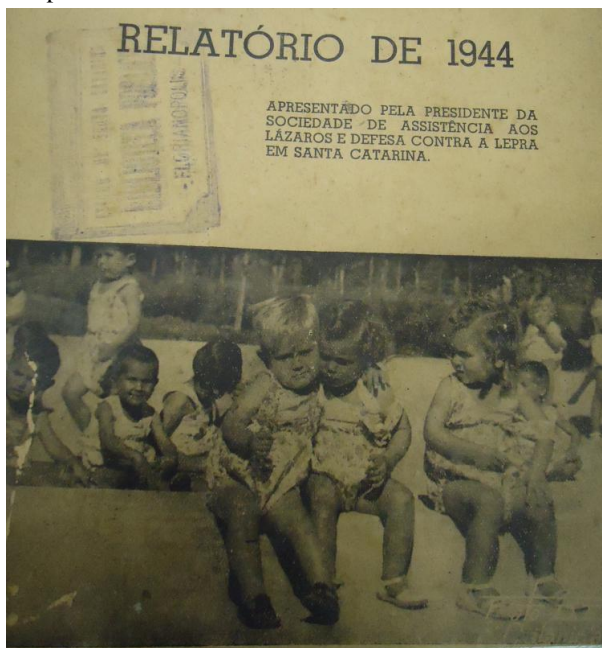
Figura 22: Corpo técnico.



Fonte: Sociedade de Assistência aos Lázaros – Relatório, 1941.

No ano de 1944, outro relatório é apresentado pela Sociedade de Assistência aos Lázaros, constando na capa a fotografia de crianças pequenas ocupando a área externa da instituição.

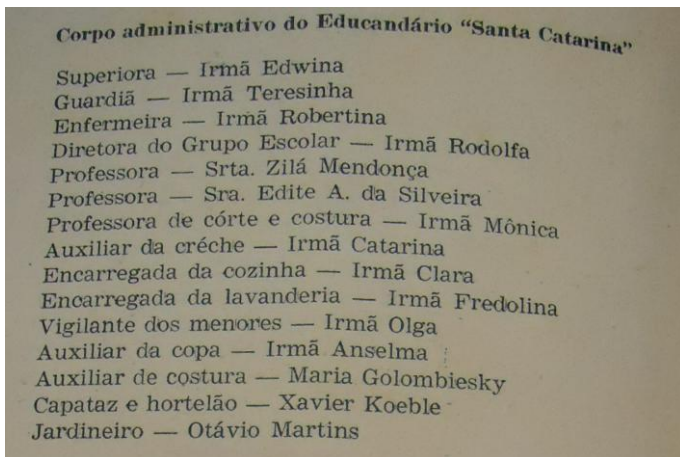
Figura 23: Capa do relatório de 1944.



Fonte: Sociedade de Assistência aos Lázaros – Relatório, 1944.

Encontramos, neste documento, entre outros dados referentes ao corpo administrativo do Educandário Santa Catarina, o registro da presença de um cargo profissional denominado “auxiliar de crèche” [*sic*], designado a uma irmã religiosa. Percebe-se, também, a presença de uma religiosa no cargo de “vigilante dos menores”.

Figura 24: Corpo administrativo do Educandário.



Fonte: Sociedade de Assistência aos Lázaros – Relatório, 1941.

Neste mesmo relatório foi colocada em evidência a fotografia de um prédio destinado à “Escola profissional feminina e Jardim de Infância”, o que indica que o atendimento educacional nesta instituição, voltado a crianças com mais de 3 anos de idade, era realizado em salas de Jardim de Infância, esclarecendo a dúvida explicitada anteriormente.

Figura 25: Prédio da Escola profissional e Jardim de Infância.



Fonte: Sociedade de Assistência aos Lázaros – Relatório, 1944.

Ainda consta neste documento o boletim mensal contendo as estatísticas relativas ao atendimento às crianças em regime de internato, divididas por seções distintas, algumas denominadas pavilhões (pavilhão geral, da observação, creche, leprosário). Informa também o destino destas crianças (falecidas, transferidas para o leprosário, etc.). Chama atenção, neste boletim, a quantidade de crianças internadas na creche desde a constituição da instituição, no total de 34.

Figura 26: Boletim Mensal.

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA			
BOLETIM MENSAL			
	No mês	No ano	Desde a inauguração
Crianças internadas	5	29	165
Crianças internadas nos pavilhões gerais	4	20	127
Crianças internadas no pavilhão de observações		7	4
Crianças internadas na creche	1	8	34
Crianças internadas nascidas no Leprosário		5	19
Crianças que tiveram baixa do Educandário		18	47
Crianças falecidas		5	15
Crianças transfer. para o Leprosário		3	5
Crianças retiradas por outros motivos		10	27
Crianças exist. no último dia do mês	118		
Baixa à enfermaria		60	

Fonte: Sociedade de Assistência aos Lázaros – Relatório, 1944.

Concomitante ao período de criação do Educandário Santa Catarina, no ano de 1942 foi instalada no Estado a Legião Brasileira de Assistência (LBA), compondo o movimento que estava se constituindo em âmbito nacional.

Criada por inspiração da primeira dama do país, senhora Darcy Vargas, e contando com apoio das classes comerciais, a LBA nasceu em 14 de agosto de 1942, com a finalidade de amparo e assistência às famílias que possuíam algum de seus membros envolvidos diretamente com a II Guerra Mundial - acontecimento que desenhava o cenário mundial na primeira metade da década de 1940.

Terminada esta guerra, a LBA assume outra atribuição: proteção à maternidade e à infância e, “[...] na execução do seu programa, não

tem descurado do aspecto educacional, procurando instruir o povo e educar as mães nos princípios da puericultura, de forma a ficarem capacitadas para bem criar os filhos” (BARRETO FILHO, 1950, p. 60).

Na capital catarinense, esta Legião foi fundada em 18/10/1942⁶², sob a presidência de Beatriz Pederneiras Ramos, esposa do Interventor Federal, Sr. Nereu Ramos, e contou, já no início, com adesão voluntária de 678 legionárias dispostas a assumirem a “nobre missão” de assistência que lhes estava sendo confiada (RELATÓRIO LBA, 1943).

Figura 27: Sessão de fundação da LBA em Santa Catarina.



Fonte: Relatório LBA (1943)

⁶² A primeira reunião para proceder aos trabalhos de fundação da LBA em Santa Catarina aconteceu em 12/09/1942, no Clube Doze de Agosto, e reuniu “senhoras e senhorinhas de todas as classes sociais” da capital (RELATÓRIO LBA, 1943).

Figura 28: Sessão de fundação da LBA em Santa Catarina, em 12/09/1942, no Clube Doze de Agosto.



Fonte: Relatório LBA (1943)

Com vistas a consolidar em Santa Catarina a proposta de amparo às crianças pobres e suas mães, educando-as sob os princípios da puericultura em conjunto com o governo do estado, no ano de 1943, foi lançada a pedra fundamental do Centro de Puericultura da LBA em Florianópolis⁶³.

⁶³ Outros Postos de Puericultura foram construídos no interior de estado de Santa Catarina. Porém, nestes não houve os seguimentos de Creche e Jardim de Infância.

Figura 29: Sr. Interventor Nereu Ramos, no ato de lançamento do Centro de Puericultura.



Fonte: Relatório LBA (1943, p. 41).

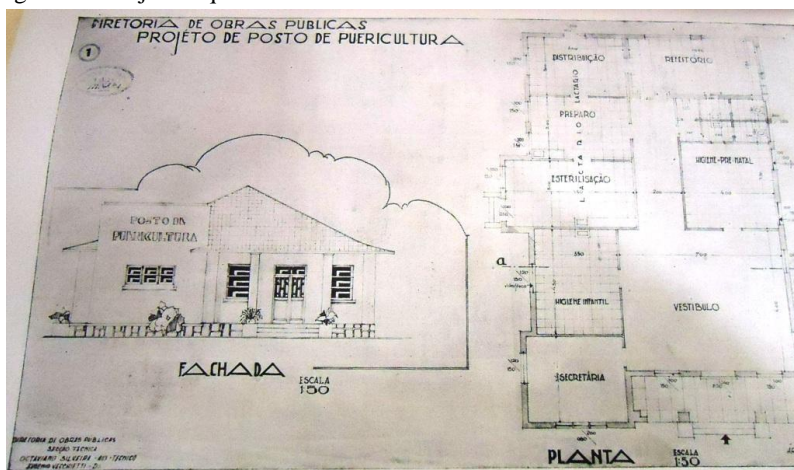
De acordo com o relatório de 1943, neste posto de puericultura serão instalados os seguintes serviços de:

Dispensário de Higiene Pré-Natal; Cantina Maternal; Serviço Obstétrico Domiciliar; Dispensário de Odontologia; Dispensário da Higiene da Criança; Cozinha Dietética; Dispensário de Fisioterapia; Serviço de Visitadoras-atendentes; Serviço de Enfermagem; Creche. Todos esses serviços serão postos em funcionamento tão logo se inaugure o Centro.

O Posto de Puericultura foi construído em região central da cidade, mas “servindo principalmente à população dos morros [...], tem o mais moderno e eficiente aparelhamento”. Este “estabelecimento modelar” ficou sob direção do clínico e pediatra com especialização em puericultura, Dr. Miguel de Sales Cavalcanti, médico do Departamento de Saúde Pública. Sua construção obedeceu às determinações do Departamento Nacional da Criança (DNCR), e a planta do Centro da LBA de Florianópolis, por ser edifício mais amplo, foi elaborada “de

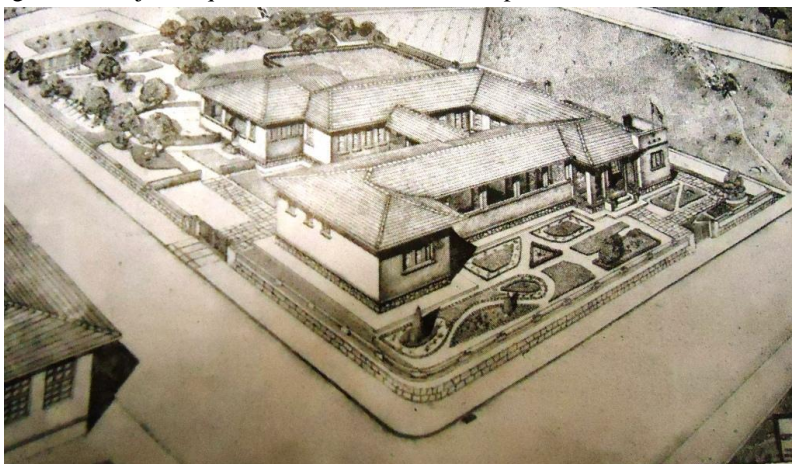
acordo com a orientação dos técnicos do Departamento de Saúde, pela diretoria de Obras Públicas do Estado” (RELATÓRIO LBA, 1944).

Figura 30: Projeto arquitetônico do Posto de Puericultura Beatriz Ramos.



Fonte: Relatório LBA, 1944.

Figura 31: Projeto arquitetônico - vista externa do prédio



Fonte: Relatório LBA, 1944.

Para além das plantas e croqui do prédio, o relatório em análise trazia a descrição dos espaços, como uma espécie de memorial descritivo, contando as seguintes seções:

Sala do “Museu de puericultura”, logo à entrada principal, onde estarão expostos, permanentemente trabalhos sobre puericultura; uma “Sala de Espera”, envidraçada abrangendo toda a extensão ocupada pelas salas dos ambulatórios de “odontologia” de “Higiene Pré-Natal”, de “Higiene da Criança” e de “Fisioterapia”; sala da “Secretaria” e sala da “Biblioteca” cujas estantes conterão apenas trabalhos e obras que se relacionam com a ciência da puericultura; sala da “Cantina Maternal”, onde senhoras lactentes, inscritas no centro, poderão tomar diariamente suas refeições. Existe a seguir o “Vestuário” e logo o “Lactário”, este dividido em duas secções, com os seus “Guichets”, destinados um à “Entrega de Mamadeiras” e outro à “Recebimento de mamadeiras”; próximas uma da outra, as “Cozinha Geral” e a “Cozinha Dietética”, e a seguir as salas das “Passadeiras e Engomadeiras”, da “Lavanderia”, da “Rouparia” e, em secção contígua estão localizados os compartimentos da “Despensa”, do “Almoxarifado”, das geladeiras e “frigidaires”, e dos depósitos de lenha, compreendendo todas as peças enumeradas apenas uma ala do edifício, em cujos exteriores se localizam sete grandes depósitos d’água. Em outra ala, contígua às salas dos ambulatórios, encontra-se a sala de “Triagem”, onde são feitos os exames preliminares da criança, ao ter ingresso na “creche”, a das “Visitadoras-atendentes”; a de “Amamentação”, onde mães lactentes, que possuem filhos na “creche”, poderão vir amamenta-los nos intervalos dos seus trabalhos. Junto a sala de “Triagem” estão os compartimentos dos banheiros, das instalações sanitárias e do vestiário infantis. Antes de ingressar na creche cada criança terá que submeter a um banho diário, em cuja ocasião trocará a sua roupa.

Percebe-se, nesta descrição, o grau de importância atribuído à puericultura, com museu para exposição permanentemente de trabalhos sobre esse assunto, bem como uma biblioteca onde conteriam apenas produções relacionadas com essa “ciência”. A higiene também era um aspecto bastante considerado, levando em conta que as crianças eram

diariamente submetidas ao banho, anterior ao seu ingresso no berçário ou estagiário.

No que diz respeito à Creche, o relatório (1944) evidencia que esta foi projetada para atender aproximadamente 60 crianças, filhas de mães trabalhadoras, e se dividia em duas seções distintas: “berçário e estagiário”. O berçário atendia 24 crianças de 0 a 1 ano, e estava dividido em três espaços por vidraças, comportando 8 berços em cada um desses. Nos fundos do edifício existia um solário revestido com areia para atender esta faixa etária.

O estagiário comportava “36 crianças em idade pré-escolar”, era composto por igual número de mesinhas e camas pequenas e desmontáveis, sendo que as camas somente eram utilizadas na hora da sesta, momento facultativo.

As paredes da creche eram revestidas por painéis contendo desenhos extraídos dos livros de literatura infantil, e nas salas existia uma quantidade variada de brinquedos e jogos apropriados às crianças. Em um “terreno adjacente está sendo construído um parque infantil, que será independente do grande ‘Parque Infantil’, a ser construído pelo Governo do Estado, em terrenos vizinhos ao centro de Puericultura” (RELATÓRIO LBA, 1944).

Figura 32: Dormitório dos menores.



Fonte: Relatório LBA, 1944.

Figura 33: Sala do berçário.



Fonte: Relatório LBA, 1944.

Os dados estatísticos também eram apresentados de modo bastante detalhado nos relatórios da LBA. Abaixo encontra-se parte do relatório de 1947, tratando dos números relativos ao ingresso e situação dos encaminhamentos dados às crianças nos anos de 1946 e 1947.

Figura 34: Relatório da Creche da LBA.

RELATÓRIO DA CRÉCHE		
DISCRIMINAÇÕES	1946	1947
Infantes existentes	206	245
Infantes admitidos	51	45
Infantes faltosos por moléstia e outros motivos	554	823
Infantes suspensos por moléstia e outros motivos	304	470
Transferidos para a Secção Pre-Escolar	6	8
Infantes isolados	45	31
Infantes desligados a pedido, por falecimento, e outros motivos	24	—
Infantes presentes	5.152	5.893
Pre-Escolares existentes	344	372
Pre-Escolares admitidos	42	33
Pre-Escolares faltosos por moléstia e outros motivos ..	1.331	1.872
Pre-Escolares suspensos por moléstia e outros motivos ..	420	616
Pre-Escolares isolados	29	1
Pre-Escolares desligados a pedido, ultrapassados de idade, por falecimento e outros motivos	21	32
Pre-Escolares presentes	5.320	8.261
Comparecimentos de nutrizes	207	131
TOTAL DE COMPARECIMENTOS	10.472	12.643

Fonte: Relatório LBA, 1947.

Neste mesmo relatório faz-se alusão ao aumento do atendimento e sua eficácia no acompanhamento materno-infantil, mais especificamente às mães gestantes, por médico especialista que ministra “ensinamentos necessários à gestação higiênica” como forma de acompanhar o “futuro ser”:

À ocasião do parto internamos a gestante na maternidade, e, após isso, o recém nato recebe um enxoval, bem como o Credé, o B.C.G., etc. passa a criança a fazer parte do serviço de higiene infantil onde o puericultor e o pediatra estão atentos à sua evolução. Se a mãe da criança é empregada, deixa o filho na Crèche, dependência berçária, de onde após passará ao estagiário. O solário, o parque, a alimentação sadia e os bons hábitos como o do banho e o da visita ao gabinete odontológico são permanentes vigias da criança. Se por ventura uma criança adoecer, é ela imediatamente isolada, e, si fôr o caso, internada na enfermaria de crianças por nós mantida no hospital de caridade. O peso é verificado

semanalmente e inquéritos constantes são feitos na cantina maternal e no Estagiário para verificação do meio de vida [*sic*].

É importante ressaltar que todo esse conjunto de ações relativas à educação das mães, no sentido de garantir a saúde do “futuro ser”, é acompanhado por autoridades representantes de segmentos diversos da sociedade: religioso, no papel do cardeal arcebispo; ministério da Educação; e o Chefe do Serviço de Saúde do Exército. Isto porque, conforme afirma Gondra (2010, p. 203), amparado nas defesas do Dr. Moncorvo Filho:

[...] a vida das crianças seria assegurada com a ampliação do tempo de vigilância sobre os adultos. Deste modo, a ignorância dos pais, sobretudo das mães pobres, também deveria ser objeto de governo, patrocinado pelo Estado ou não, de modo a assegurar a viabilidade de um projeto para a Nação, para o qual o saber médico reivindicava a condição de pilar fundamental. [...] Via que no mundo civilizado operava-se, aquilo que ele [doutor Moncorvo Filho] chama de uma verdadeira revolução social visando à preservação da infância, inclusive com a criação de não pequeno número de obras filantrópicas tais como dispensários modelares, creches, gotas de leite, ligas, mutualidades e hospitais, dentre tantas outras. Aqui, segundo ele [doutor Moncorvo Filho], se observava uma displicência e desinteresse desoladores, completamente indiferente a todo movimento progressista e humanitário.

Como parte de um conjunto de ações de amparo e assistência à maternidade e à infância, a LBA também se fazia presente nas atividades da “Semana da Criança”, celebrada em Santa Catarina entre os dias 10 e 17 de outubro de 1943. Este evento se fez presente em nível nacional, como um projeto que comportasse uma política de assistência à infância no Brasil. O Departamento Nacional da Criança (DNCr) foi o órgão responsável e de onde se originou esta campanha.

Na esteira da proposta da “Semana da Criança”, podemos incluir o “Concurso de Robustez Infantil”, o qual segue as orientações do Plano Nacional de Saúde da Criança e tem claramente o intuito de incentivar os preceitos da puericultura. De um lado, este concurso converge para a

saúde da criança e, de outro, como indicativo do sucesso das iniciativas de caráter médico-higiênico.

A ficha de inscrição contempla itens relativos tanto à alimentação (natural ou artificial) quanto às dimensões físicas do bebê, como: “circunferência torácica e craniana, formação dentária, turgor, tônus, humor, pele, mucosas, órgãos e aparelhos [sic]”. Também requer dados sobre a data de desmame e da marcha (caminhar), indicando que não eram os olhos dos jurados que decidiam esta competição, mas os padrões de racionalidade estabelecidos por exames médicos por meio dos quais as crianças eram avaliadas.

Figura 35: Propaganda do Concurso de Robustez.



Fonte: disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/001.pdf>

Figura 36: Crianças após a pesagem em um Posto de Puericultura da LBA.



Fonte: Relatório LBA (1948).

Deste modo, tal concurso inscreve-se nos preceitos de uma política que tem como pretensão a construção de um corpo ideal, que se dá desde a infância, tal como defendido por Moncorvo Filho (1917, p. 13-14):

O futuro, a grandeza, o poder, a prosperidade e a força das nações dependem intrinsecamente do melhor estado de robustez physica e intellectual dos seus filhos. Os inglezes bem accentuam na phrase “health better than wealth” “Saúde vale mais do que riqueza”. A saúde do homem requer como primeiro factor antecedente, a hygidez mais perfeita da época da sua infância. Da herança que o homem recebe nos primeiros tempos de vida dependem o seu vigor ou a sua debilidade. São os cuidados hygienicos consagrados a infância que permitirão uma geração de adultos sadios: os povos vigorosos, e por isso mesmo mais ricos, são os mais cultivados intellectualmente: são elles que mais ardoroso cultos á hygiene. [...]. A hygiene é a força dos povos [sic].

A política de amparo e assistência à maternidade e à infância previa, também, a constante vigilância às mães pelos postos de puericultura, através do “serviço de visitadora-atendente” e reuniões de

mães com intuito de ensiná-las como cuidar e educar seus filhos. Se foi pela política de assistência que as mulheres, em especial as pobres que, por vezes, foram julgadas incompetentes para cuidar dos seus filhos, também é por esta mesma política, em larga medida empreendidas pela LBA, que se vê a mulher assumindo a condição de protagonista das políticas públicas destinadas à área social⁶⁴.

Na continuidade da apresentação das experiências que seguem a perspectiva de educação e cuidado sob o caráter medico-higiênico, encontramos a Creche da Cia Hering, na cidade de Blumenau, fundada em 1945, como cumprimento das exigências contidas na então recente Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Lei 5452/1943).

Art. 389 – Toda empresa é obrigada: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação⁶⁵. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

Por ser a Hering uma empresa constituída por um número expressivo de mulheres- operárias, a criação da creche aparece no estatuto da “Fundação Hermann Hering”⁶⁶ como um dos “benefícios

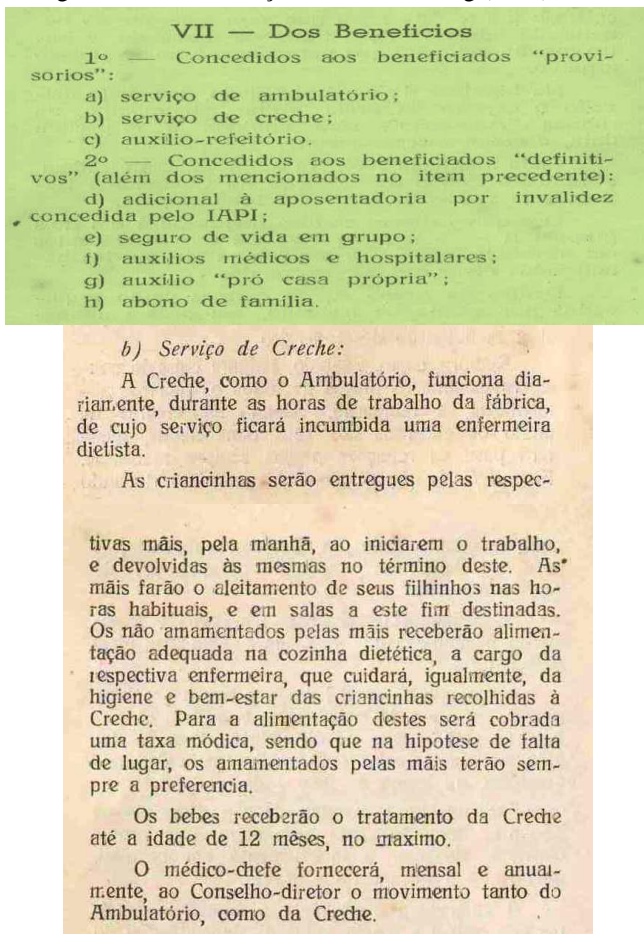
⁶⁴ De acordo com Relatório da LBA do ano de 1945, no município de Florianópolis, “a lista de adesão posta à disposição de todas as senhoras e senhorinhas das diferentes classes sociais, logo após a assinatura da ata que marcou a fundação da Legião em nosso Estado, acusou de início, a assinatura de 678 legionárias. Dentro em pouco esse número atingia a casa de 800, e logo duplicava, quando a C.E. recebeu a adesão em peso, do Instituto ‘Coração de Jesus’, representado por sua ilustre Irmã Diretora, reverendíssimas Irmãs professoras e a totalidade das alunas dos cursos superiores do importante educandário”. [*sic*] (RELATÓRIO LBA, 1945).

⁶⁵ O inciso I do 1º artigo da Portaria do Ministério do Trabalho Nº 3296/86, que dispõe sobre o reembolso-creche, institui que a obrigatoriedade da oferta de creche pode ser substituída pelo pagamento via reembolso, devendo este cobrir integralmente as despesas efetuadas com o pagamento da creche de livre escolha da empregada mãe.

⁶⁶ Instituída em 03/02/1935 pela Cia Hering, em homenagem ao centenário de nascimento de um dos seus fundadores, Hermann Hering.

concedidos aos beneficiários provisórios⁶⁷”, conforme destacado no documento a seguir, datado de 1947:

Figura 37: Regulamento da Fundação Hermann Hering (1947)



Fonte: Museu Cia Hering

⁶⁷ No que se refere ao termo “provisório”, há que se esclarecer que, segundo o estatuto em questão, os beneficiários da Fundação são classificados em duas categorias, a saber: “a) – ‘provisórios’ – que abrangem todos os empregados e operários da Indústria Têxtil Companhia Hering, sem distinção de sexo e tempo de serviço [...]; b) – ‘definitivos’ que compreendem os empregados e operários da Indústria Têxtil Companhia Hering, também sem distinção de sexo, mas que hajam completados 6 meses de serviço” (REGULAMENTO, 1947).

O recorte acima traz um conjunto de indicativos que nos são importantes, em especial no que se refere ao horário de funcionamento da instituição, a faixa etária atendida, aos cuidados endereçados às crianças e a profissional responsável por isso, além da aproximação dos serviços prestados nesta Creche aos indicativos feitos pelo Posto de Puericultura da LBA, já discutidos anteriormente.

Percebe-se que o atendimento na Creche está em estreita relação com o horário de funcionamento da indústria, sendo autorizado às mães fazerem a amamentação durante sua jornada de trabalho, atendendo aos preceitos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1943).

Art. 396 - Para amamentar o próprio filho, até que este complete seis (6) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo único. Quando o exigir a saúde do filho, o período de seis (6) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

Art. 400 – Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta da amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

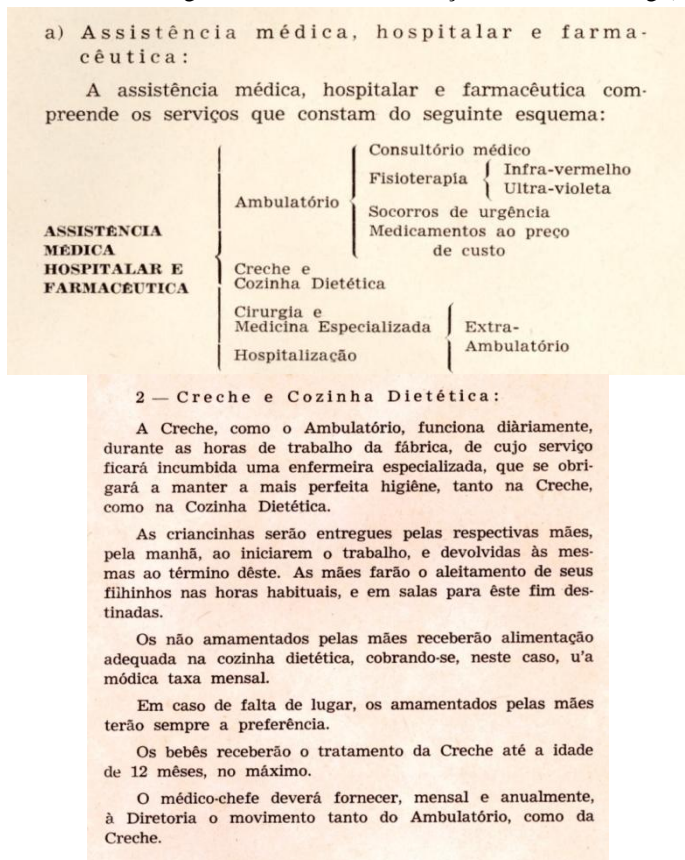
Percebe-se, ainda, que a enfermeira é a profissional contratada para atuação, tanto na cozinha dietética quanto nas ações de higiene e bem estar das crianças de até um ano de idade, em consonância com os indicativos do Departamento Nacional da Criança (DNCr) que, ao tratar da implantação do serviço de lactário no Distrito Federal em 1931, vai definindo a função e a organização da Creche, tomando para comparação as instituições francesas. Ao indicar os profissionais que devam atuar em uma Creche, o traz a partir da perspectiva médica-higienista, evidenciando a presença da enfermeira, categoria esta que deveria ser dividida em dois grupos especializados: um grupo que cuida da dietética e outro, das crianças (DNCr, 1938, p. 223-240)⁶⁸.

No estatuto e regimento interno (1957), que dá nova redação aos benefícios concedidos por esta indústria, a Creche continua sendo assegurada aos “beneficiados provisórios”, incorporada em um conjunto

⁶⁸ Departamento Nacional da Criança (DNCr). Problemas Médico-Sociais da Infância. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

de “assistência médica, hospitalar e farmacêutica, cujo desdobramento consta do esquema seguinte, apenas no ambulatório e creche [...]”.

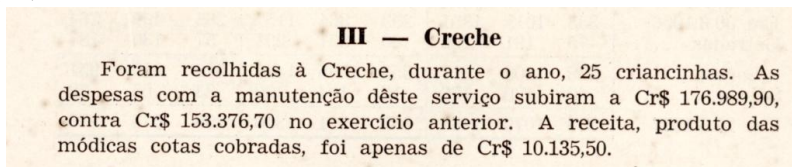
Figura 38: Estatuto e Regimento Interno da Fundação Hermann Hering (1957).



Fonte: Museu Cia Hering

Ainda em relatório apresentado pela Fundação, agora compreendendo o exercício 1956/1957, aparecem dados numéricos quanto ao atendimento na Creche, bem como balanço financeiro enaltecendo sua ação e caracterizando como ínfima a contrapartida familiar, reforçando a ideia de benevolência, marca constitutiva de um estado paternalista.

Figura 39: Estatuto e Regimento Interno da Fundação Hermann Hering (1957, p. 7)



Fonte: Museu Cia Hering

Importa destacar que esta ação da Indústria Hering está inserida em um contexto maior de políticas sociais defendidas para aquele momento político-histórico, conforme pode ser observado na letra da lei (CLT, 1943):

Art. 397 – As instituições de Previdência Social construirão e manterão creches nas vilas operárias de mais de cem casas e nos centros residenciais, de maior densidade, dos respectivos segurados.

Na história que fomos percorrendo e apresentando neste texto sobre as iniciativas de atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos no Brasil, feitas em Jardins de Infância e creches, vimos que:

[...] foi constante a criação e extinção de órgãos, superpondo-se programas com mesmas funções. Saúde, assistência e educação não se articularam ao longo da história; ao contrário, o atendimento ramificou-se, sem que uma das esferas se considere responsável. Cada uma das áreas foi apontada como causa, sem uma transformação das condições de vida das crianças. A fragmentação – uma das heranças que recebem as prefeituras – manifesta-se ainda hoje nas suas estratégias de ação (KRAMER, 2006, p. 800).

O período histórico compreendido entre as primeiras cinco décadas de 1900 e de abrangência desta pesquisa - marcado por rupturas-continuidades, religião-Estado, direito-caridade, privado-público -, por meio do conjunto de experiências *garimpadas*, trouxe indícios que foram contribuindo para o delineamento da constituição da docência na Educação Infantil no estado de Santa Catarina, algo que será mais detalhado e discutido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

A EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA CATARINA: 1908-1949

Nas sedes dos municípios e nos mais longínquos Distritos de Paz lá estão: a igreja, exercendo o policiamento espiritual; a escola, cumprindo o policiamento educacional; a delegacia, fazendo o policiamento civil; o “fórum”, exercendo o policiamento de direito. E onde está o centro de saúde para o policiamento sanitário? Em algumas sedes de municípios, tão somente. O Centro de Saúde Rural deve constar de várias secções, entre as quais a de assistência á maternidade e á infancia, possuindo para esse fim maternidade e creche [sic]

(Problemas médico-sociais da infancia – s.d.).

Ao percorrermos as experiências apresentadas neste estudo acerca da educação e cuidado das crianças pequenas no estado de Santa Catarina, constatamos que:

A estruturação da força de trabalho na Educação Infantil reflete a estruturação histórica dos serviços voltados para o cuidado e a educação da criança pequena, os quais se relacionam com as tradições e as inovações socioculturais e com os modelos de organização das políticas sociais. Tais modelos estabelecem relação com as concepções do papel do Estado, da família e da sociedade na provisão de serviços de atenção à infância, no âmbito das políticas educacionais e assistenciais (VIEIRA, 2013, p. 4).

O aprofundamento das especificidades constituidoras da docência na Educação Infantil, de “forma mais acentuada que nas demais etapas da educação básica [...] constitui-se como um *locus* por excelência de diversidade de formas de composição e organização do trabalho docente” (VIEIRA, 2013, p. 5). Colaborando para isso:

- os processos e origens históricas das instituições de Educação Infantil;
- o legado das políticas de assistência social e de educação;
- a composição nos municípios de instituições públicas e privadas (organizações comunitárias, filantrópicas etc.);
- a presença, em muitas redes, de uma estrutura dual na composição do corpo docente;
- a diversidade de terminologias e denominações dos grupos e profissionais que atuam na Educação Infantil.

Historicamente, diferentes paradigmas educacionais têm configurado diversas perspectivas da docência. Entretanto, a definição do perfil da docência na Educação Infantil e de sua formação encontra-se, ainda, em processo de constituição, demandando pesquisas acerca de conhecimentos, habilidades e recursos teóricos e práticos que são necessários para uma atuação fundamentada nas características e necessidades específicas do público ao qual se destina – crianças de 0 a 6 anos.

Desde a década de 1980, a área de pesquisa sobre a docência – saberes, história e profissão – tem se ampliado, mas ainda são poucos os estudos voltados para a discussão do trabalho docente na Educação Infantil (BARBOSA, 1997; CERISARA 2002; SAYÃO, 2005;

DUARTE, 2011; FERNANDES, 2010; HADDAD, CORDEIRO e MONACO, 2012; VIEIRA e SOUZA, 2010).

No enfrentamento da tarefa de constituição da área da Educação Infantil como um segmento da Educação Básica, que tem suas especificidades, tem-se procurado construir referências para a docência orientadas pela complexidade das ações da educação das crianças pequenas, na medida em que o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico, social, e cultural é concebido como um processo marcado por diferentes dimensões imersas no interior das relações entre adultos e crianças e das crianças entre si. Compreender as dimensões especificamente pedagógicas do trabalho docente na educação de zero a seis anos continua sendo uma necessidade, pois, como indicam Mantovani e Perani (1999), o/a educador/a da primeira infância é uma profissão em construção.

Neste sentido,

A dificuldade de consolidação de uma cultura própria e específica da profissão, principalmente quando se trata de crianças muito pequenas (ONGARI e MOLINA, 2003), gera associações com outros perfis mais familiares, muitas vezes oscilando entre aquele que, simplesmente, reproduz o cotidiano, o trabalho doméstico de cuidados e socialização infantil e o que se associa ao modelo de professor de outros níveis de ensino (cf. KRAMER, 2002, p. 125; HADDAD, CORDEIRO e MONACO, 2012, p.136-137).

Os desafios atuais da definição de qual é o profissional que atuará na Educação Infantil, em que condições deverá trabalhar e como deve ser formado estão imersos na

[...] ausência de consenso, associada à falta de claras referências de perfil profissional e de uma trilha comum a seguir na construção dessa profissionalidade, [que] deve-se tanto a fatores externos, relacionados com a origem e o desenvolvimento das instituições de cuidado e educação da criança pequena, quanto a fatores inerentes às atividades voltadas à infância (HADDAD, CORDEIRO e MONACO, 2012, p. 136).

Rocha (2012), ao referir-se à definição do caráter da docência, defende que a sua função se sustenta no:

[...] respeito aos direitos fundamentais das crianças e na garantia de uma formação integral orientada para as diferentes dimensões humanas (linguística, intelectual, expressiva, emocional, corporal, social e cultural), realizando-se através de uma ação intencional orientada de forma a contemplar cada uma destas dimensões como núcleos da ação pedagógica (ROCHA, 2012, p. 12).

De acordo com Cerisara (2002, p. 100), as “professoras de crianças pequenas em instituições de educação infantil devem definir sua prática profissional visando o exercício de uma profissão docente, que tem sua especificidade definida pela pedagogia da educação infantil”, delineada por Eloísa Acires Candal Rocha (1999) em sua pesquisa de doutorado.

No referido estudo, Rocha (1999, p. 15) aponta:

Pensar, analisar e perspectivar a educação de crianças pequenas em contextos institucionais específicos exige que se retome os diferentes níveis de análise sobre a criança, percebendo-se as diferentes dimensões de sua constituição. Trata-se de orientar a ação pedagógica por olhares que contemplem sujeitos múltiplos e diversos, reconhecendo, sobretudo a infância como “tempo de direitos”.

Ao definir o papel dos profissionais e da docência na Educação Infantil, Rocha é enfática quando trata das bases da Pedagogia da Infância, pois “amplia-se a função docente e as exigências formativas”. Um profissional que, ao definir os projetos educacionais-pedagógicos tome as crianças como fonte permanente e privilegiada da orientação da ação, e exercite a sua intencionalidade através das ferramentas da ação considera:

[...] a observação permanente e sistemática, o registro e a documentação como forma de avaliar o proposto, conhecer o vivido e replanejar os âmbitos de experiências através de núcleos de ação pedagógica a serem privilegiados e as formas de organização dos espaços dos tempos e dos materiais para estes fins (ROCHA, 2012, p. 18).

Perspectiva semelhante é defendida por Tardif e Lessard (2008), que pensam a docência como profissão de interações humanas. Compreendem a mesma “como uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu ‘objeto’ de trabalho, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana” (TARDIF e LESSARD, 2008, p. 8).

Para os autores, a ação dos professores configura-se em um trabalho sobre o humano, que evoca outras atividades para além daquela que é ensinar, “como instruir, supervisionar, servir, ajudar, entreter, divertir, curar, cuidar, controlar, etc.” (TARDIF e LESSARD, 2008, p. 33). São atividades que se desdobram complexamente, intervindo a linguagem, a afetividade, a personalidade.

Nos estudos de Fernandes (2010), onde a autora investigou as concepções de docência na Educação Infantil presentes nas dissertações de mestrado cadastradas no Banco de Dados da CAPES entre os anos de 1996-2009, surgiram indícios recorrentes de quatro grandes categorias centrais e específicas sobre a docência na Educação Infantil, como maternagem, ensino, educação e cuidado, além de múltiplas funções.

Para Tardif e Lessard (2008, p. 27):

Uma profissão, não é outra coisa senão um grupo de trabalhadores que conseguiu controlar (mais ou menos completamente, mas nunca totalmente) seu próprio campo de trabalho e o acesso a ele através de uma formação superior, e que possui uma certa autoridade sobre a execução de suas tarefas e os conhecimentos necessários à sua realização.

As discussões acerca da “noção de profissionalização aplicada à educação sempre foi ambígua” (OLIVEIRA, 2013 p. 12). Estamos atentas ao que nos indica Silva (2013), ao chamar a atenção para a fragmentação da atividade docente e as indesejáveis armadilhas que o processo de profissionalização, que concebe o professor como o especialista em educação, instrumentalizado com saberes técnicos e capaz de aplicá-los para extrair de sua atividade resultados mais eficazes, trouxe para a escola. O mesmo “buscou adesão em um saber seguro que fosse capaz de fazer do discurso da ciência a base para as práticas de formação” (SILVA, 2013, p. 20).

É o fato de a educação não se dobrar inteiramente à racionalização engendrada pela lógica das profissões que nos leva a pensar e analisar para o professor tanto o saber especializado e o “saber-

fazer” que sua experiência lhe garante quanto um *não saber* sobre a formação humana que serve de alimento para sua prática de interrogação (SILVA, 2013, p. 22).

O exercício realizado nesta pesquisa foi o de capturar os reflexos da estruturação histórica dos serviços voltados para a educação e cuidado das crianças pequenas, nos processos de constituição da docência na Educação Infantil em Santa Catarina. Diante disso, algumas questões guiaram a análise, conforme segue: As práticas educativas de caráter religioso-filantrópico-assistencial são constitutivas da emergência da docência na Educação Infantil? O que caracterizava a docência nas primeiras Creches e Jardins de Infância? Em que contextos políticos, sociais, e econômicos emerge? Qual a função das instituições de Educação Infantil? Quais as atribuições da profissional da Educação Infantil? Em que medida esta docência foi influenciada pelas bases científicas da puericultura, pela Igreja e pelo Estado? O que diferencia o modelo de docência entre a Creche e o Jardim de Infância? O que as caracteriza? Em que consiste a especificidade de uma e de outra?

Para Sacristan (2005, p. 128),

Desde a época romana, as pessoas que constituem as primeiras figuras do que será a função especializada diferente das dos pais para influir sobre o menor mostram a ambiguidade da mistura entre a continuidade da relação maternal afetiva da ama-de-leite e a severidade mais própria da mãe, pois sua missão é a de substituir ou prolongar, segundo se observa, a ambas. Devem cuidar dos menores, ter estreitas relações afetivas com eles, ao mesmo tempo em que vão formando o caráter. A ama- de - leite amamenta, ama e cuida como mãe. A *preceptora* (a que instrui no lar) é um membro a mais da família, e do mesmo modo que a criadagem, vive as vezes com ambas, ensina dentro do espaço familiar, estende o cuidado à vida das crianças fora do estrito perímetro da casa senhorial e se relaciona com elas com carinho próprio da mãe e com a disciplina “paternal”. É um papel que está entre a mãe e a professora, entre o ofício profissional assalariado e o serviço doméstico exercido em um espaço-tempo proto-escolar no meio familiar, e

que começa a diferenciar as funções educacionais da família e dos ambientes.

3.1 - NAS EXPERIÊNCIAS ENCONTRADAS, OS INDÍCIOS DA EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA

A emergência das instituições de cuidado e educação das crianças pequenas em Santa Catarina, ao longo da primeira metade do século XX e referenciadas no capítulo anterior, mostram indícios significativos referentes aos modos como a docência foi sendo forjada a partir de iniciativas de cunho religioso, filantrópico, jurídico, médico-higienista e empresarial, gestadas em diferentes contextos sociais, geográficos, culturais e políticos.

Importante ressaltar que, no período que compreende do ano de 1908 a 1949, ocorreram duas guerras que tiveram consequências profundas na sociedade catarinense, dentre elas o projeto de nacionalização que “silenciou” um parcela considerável de imigrantes europeus, como muitos projetos de educação em curso; período marcado também por profunda desigualdade econômica e social, gerada pelas contingências do processo de industrialização e urbanização que produz, ao mesmo tempo, uma elite detentora dos meios de produção e, também, um contingente de trabalhadores e trabalhadoras suscetíveis às condições de exploração e sujeitos à lógica patronal.

No bojo destas desigualdades está o trabalho empreendido por mulheres alijadas de direitos sociais. Somado a isso, contam-se as precárias condições de vida da classe trabalhadora pela ineficiência/ausência do Estado como promotor de políticas sociais nas áreas da saúde, educação, moradia, transportes, entre outros. Fato igualmente relevante para análise nesse período diz respeito aos discursos científicos produzidos acerca da relação de cuidado como função materna:

[...] ideal veiculado ideologicamente pelos discursos científicos da mãe devotada ao cuidado e educação dos filhos apresenta-se como um sonho impossível face à precariedade das condições de vida e assistenciais das mulheres operárias que se vêm obrigadas a deixar essas funções a outras mulheres. Trabalhar significa não poder zelar por seus filhos e isso implica na necessidade da criança ser educada no interior de instituições públicas por profissionais

adequados/as para o efeito. É decorrente deste contexto que emerge a necessidade de uma nova profissão, as educadoras de infância, as quais vão ser consideradas, na ausência das mães, as suas substitutas mais imediatas da família (FERREIRA, 2000, p. 153).

São os Jardins de Infância as primeiras instituições que emergem em Santa Catarina, e que refletem a preocupação com o cuidado e educação das crianças numa perspectiva filantrópica, advinda dos princípios religiosos católicos e luteranos, que viam na educação dos pequenos a possibilidade de formação espiritual e moral, como estratégia para instituir e manter a cultura religiosa que promovia. Também perspectivavam a preservação das crianças de influências externas, resguardando sua “natureza infantil”, como também sua preparação para posterior inserção na sociedade, haja vista a urgência de uma nação “civilizada”, que exigia sujeitos obedientes, saudáveis, produtivos e dóceis.

Tanto a igreja católica quanto a igreja protestante, cada qual com seus princípios, realizam suas obras sociais e assistenciais como coadjuvantes dos processos de industrialização e urbanização no Estado. A ineficácia das políticas sociais dos governos, tanto Estadual como Federal, nas iniciativas nas áreas da saúde, educação e assistência social, abre espaço para as iniciativas privadas de caráter religioso e filantrópico que resultam na criação de hospitais, maternidades, asilos de órfãos e ancionatos, Jardins de Infância e escolas⁶⁹.

A influência da igreja (católica e luterana) na criação dos Jardins de Infância em Santa Catarina nos primeiros anos do século XX, mesmo que algumas ainda de forma embrionária, instituiu-se, também e principalmente, por uma parcela dos colonizadores vindos do continente europeu que, desde que aqui chegaram, elegeram espaços religiosos e educativos como “meios mais eficazes do combate ao que consideravam decadência cultural e religiosa” (RAMBO, 2003, p. 69).

⁶⁹ Na cidade de Tubarão foram criados o Colégio São José (1895) e o Hospital Nossa Senhora da Conceição (1904). Em Blumenau é criada a inaugurada, em 30 de setembro de 1923, a maternidade *Johannastift*, edificada pelas Senhoras Evangélicas de Blumenau – SESB, filiada à ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas – OASE, e administrada pela Ordem das Irmãs Caritativas. Na cidade de Joinville é criado o hospital e maternidade D. Helena.

3.1.1 A igreja de confissão luterana e o Jardim de Infância

No caso dos imigrantes luteranos, a criação dos Jardins de Infância deixava explícito que emigrar significava tão somente o rompimento com a prática de origem, mas jamais com a história de seu povo, com a sua língua ou com os seus costumes. Para os protestantes, largar a *Muterland* (pátria mãe) não implicava abandonar seus costumes e suas crenças. Para os imigrantes da religião de confissão católica, uma dentre outras determinações, estava a preservação e ampliação dos princípios cristãos da igreja Católica Apostólica Romana.

Essas iniciativas de caráter religioso refletem um conjunto de saberes, representações, valores e atitudes em relação ao cuidado e educação das crianças, que foram se constituindo na esteira dos conhecimentos acerca da pequena infância e dos serviços para seu atendimento, produzidos nacional e internacionalmente, que repercutiam e inspiravam as experiências educativas nos contextos das instituições de Jardim de Infância. As ideias que aqui chegaram também eram incorporações de elementos das experiências desenvolvidas em países civilizados. Nesta perspectiva, Kuhlmann, (2001, p. 13), afirma que:

O quadro das instituições educacionais se configura durante a segunda metade do século XIX, compondo-se de creche e do jardim- de – infância, ao lado da escola primária, do ensino profissional, da educação especial e de outras modalidades. A absorção desses modelos de civilização e progresso combinava com as referências vindas do centro de propagação europeu e norte-americano, com as peculiaridades de cada país, segundo as suas condições culturais econômicas, sociais e políticas.

A criança, compreendida como objeto de intervenção social e tutela, reclamava a necessidade da presença de um/a profissional – educador/a que dela se ocupasse. Tais profissionais deveriam poder atender as demandas dessa “nova” instituição, que tinha como propósito incutir nas crianças o respeito pelas leis e pela ordem social; guia-las nos caminhos da fé e virtudes; moralizá-las e prepará-las para posterior inserção na sociedade. Quem são os adultos que assumem a tarefa de cuidar e educar as crianças pequenas no Jardim de Infância? A quem é atribuída esta tarefa?

As experiências de Jardins de Infâncias vinculados à ordem religiosa protestante eram realizadas por mulheres dedicadas ao trabalho

filantrópico, sendo este um dos seus principais objetivos, além de ser compreendido como um espaço destinado ao desenvolvimento de ideal de amor materno. Klann (2011, p. 53), em seu estudo sobre Emma Deeke, diretora e redatora no Jornal *Der Christenbote*, na comunidade evangélica de Blumenau, refere-se a uma matéria publicada no referido jornal, de 1940, sobre “*Como desenvolver uma personalidade vitoriosa*”:

Esta história descreve um exemplo de vida de uma menina que tinha como objetivo profissional ser uma “irmã de caridade” ou “irmã diaconisa” para continuar neste mundo a obra do Senhor. As irmãs diaconisas já existiam a algumas décadas na Alemanha e tornaram-se indispensáveis para a vida cristã no serviço de enfermagem, e também como testemunhas e “soldados” da igreja luterana. No Brasil, as comunidades evangélicas pediam para a igreja luterana na Alemanha enviarem irmãs enfermeiras para atender as necessidades de auxílio, tanto para atividades de saúde, como para os jardins de infância, para as crianças, pois a infância vivia em perigo e as crianças poderiam estar perdendo a fé cristã.

Sobre o papel da diaconisa, o autor traz outro trecho de um artigo publicado no *Der Christenbote*, de setembro de 1939, em que o Pastor Raspe, supervisor das irmãs evangélicas no Brasil, descreve qual é o valor do trabalho das diaconisas para a igreja em nosso país:

Uma diaconisa, porém é mais do que uma enfermeira, uma professora ou uma parteira. Ela é em primeiro lugar, servidora, criada, sucessora do redentor. O seu serviço é gratidão á Deus, que lhe serviu. Nas pessoas doentes ela não vê somente o homem, mas sim Deus. E o seu ordenado não é a gratidão do homem, mas sim a alegria em de Deus – Demais, ela usa um traje oficial. Este traje não lhe dá somente proteção, mas sim fala de sua alta missão como representante da igreja [*sic*] (KLANN, 2011, p. 53).

Com relação ao papel das Sociedades de Senhoras Evangélicas na formação da mulher luterana em Blumenau, Silva (2008) informa, sobre a Escola de Economia Doméstica, que incluía culinária, administração da casa, contabilidade, cuidado com as crianças. A escola era vinculada

ao pensionato evangélico de moças, que fazia parte do trabalho social de cunho educativo⁷⁰:

Na antiga moradia da família Hering, no bairro do Bom Retiro, junto à fábrica de malhas, irá se fundar uma “Frauenshule”, “Escola de Mulheres”, para “informar e aprimorar a educação das moças do lugar”. Do seu currículo fazia parte História da Arte, Geografia, Música e Culinária e sua ênfase era no aprimoramento das virtudes domésticas, capacitando simultaneamente as jovens nas profissões que já se admitiam então para as mulheres, como a de “Hauslehrerin”, “professora particular”, normalmente de pintura ou de música ou de jardim-de-infância. Para ensinar as moças da burguesia blumenauense, três professoras vieram da Alemanha, e passaram a lecionar não apenas na “Frauenshule”, mas também na “Escola Alemã” da cidade (SILVA, 2008, p. 80).

O trabalho realizado na perspectiva da formação da mulher luterana, incluía a formação específica para atuar no Jardim de Infância, com a ressalva de que esta formação era direcionada para as alunas “senhoras”, com destaque para o aprofundamento dos conhecimentos das áreas da educação, psicologia, metodologia e atividades práticas com o Jardim de Infância, como descrito abaixo:

Nas “Frauenshule” de Blumenau, as disciplinas educativas em geral eram comuns aos dois cursos, o da “Escola de Senhoras” e “Escola de Economia Doméstica”, porém, o conteúdo da “Escola de Senhoras” era “mais aprofundado e mais extenso”. Apenas às alunas “senhoras” eram ministradas as aulas de educação, psicologia e metodologia do jardim-de-infância, apoiadas por atividades práticas com os pequenos do jardim da Escola Nova e do Johannastift. As aulas habilitavam as alunas a se tornarem professoras de

⁷⁰ De acordo com SILVA (2008, p.81), estas escolas foram criadas pelas “Associações de Senhoras”, ou “Frauverein”, fundadas em Blumenau no ano de 1907. No dia 2 de setembro, a convite de Mildred Mummelthey, a “Frau Pastor”, ou esposa do pastor Walter Mummelthey, reuniram-se algumas senhoras na casa pastoral com essa finalidade.

jardim-da-infância, porém, de acordo com o texto do *Volskskalender* seu principal objetivo não era esse, mas “ajudar à aluna no desenvolvimento primordial da sua feminilidade, da felicidade espiritual e do seu sentimento maternal” (SILVA, 2008, p. 86-87).

No sentido positivo, alinham-se o sentimento de responsabilidade sobre um serviço e/ou missão evangélica a partir da exigência de uma habilitação para atuar nos Jardins de Infância, uma missão com intencionalidade pedagógica evidenciada no conteúdo explicitado da formação oferecida na Escola das “Senhoras”. A base teórica advinda da educação, psicologia e metodologia do Jardim de Infância, mais a preocupação com a “especificidade” das práticas nesta modalidade educativa vão configurando uma função especializada, diferente da educação realizada na família.

Muito embora, o objetivo maior estivesse entrelaçado com a formação da “feminilidade e do sentimento maternal” – pode se inferir que a *educação maternal era uma dimensão do trabalho pedagógico*. “A estratégia a utilizar: a sua educação, como mãe para a maternidade e como profissional da educação de infância para a educação pública das crianças”. Neste sentido, ao “definir a ‘boa mãe’, que é educadora e a Educadora como profissional da educação da infância”, circunscreve as funções da mulher à educação (FERREIRA, 2000, p. 182). É importante destacar que o prolongamento da função de cuidado da mãe no Jardim de Infância é uma premissa de Froebel, criador dos *Kindergarten*, que,

[...] considerava que a melhor professora para as crianças pequenas era a “mãe conscienciosa” devendo adquirir e utilizar as condições naturais das boas mães. Deste modo estabelecia-se não só um modelo educacional para meninos e meninas, mas além disso se prolongava o papel da mulher na figura das professoras (SACRISTÀN, 2005, p. 129).

O tom assistencial implícito na educação religiosa luterana caracteriza a função e o papel da professora afetuosa e maternal. Segundo Sacristàn (2005, p. 130), “O rastro desse traço ‘amável’ da educação irá se conectar com o discurso psicológico que predominou no século XX, transformando o aluno das primeiras etapas da escolarização em objeto de atenção prioritária”.

Importante chamar a atenção para o currículo da “Escola de Mulheres”, no sentido de identificar os conteúdos específicos que habilitavam as candidatas a atuarem como professoras de Jardins de Infâncias:

O plano de aula era constituído da seguinte forma:
 a) Matérias específicas: História da Arte; Literatura; Psicologia; Pedagogia; Método do Jardim de Infância; História da Igreja; Estudo Social do Brasil; Conversação em português; Ensino de Saúde; Estudo de Arte doméstica; Ensino de Comportamento. b) Matérias Técnicas: Canto; ginástica e jogo; bordado, costura, cerzimento, agilidade manual, etc.); Trabalho prático: Todos os trabalhos domésticos, cozinha, tratamento da roupa, arrumação em geral, etc. jardinagem e atividade de jardim de infância (SILVA, 2008 p.87).

Para além da formação sobre conhecimentos gerais, destaca-se a formação da mulher e a *formação específica para a docência no Jardim de Infância* – Pedagogia, Psicologia e método de Jardim de Infância. Embora não esteja explicitado no “plano de aula” a natureza do Método de Jardim de Infância, vale lembrar que o Kindergarten, de origem alemã, têm inspiração religiosa no protestantismo, e está nas raízes das propostas de renovação dos métodos pedagógicos para o Jardim de Infância e, de forma mais ampla, para a sociedade capitalista moderna. Neste sentido,

O final do século XIX constitui um momento emergente de revolução ideológica que no caso da infância é fundamentalmente sustentado por dois discursos científicos – médicos e psicopedagógico –. Estes, tendo a sua origem na elite intelectual, realçam a especificidade do período de vida dos 3-6 anos, como as idades em que *se forja a razão*, reclamando a necessidade e a importância de uma educação adequada. Tal atitude teve como um dos efeitos sociais, ao nível público, o desencadear, por parte do Estado, da produção de políticas educativas que contemplam a criação de uma instituição que visa responder à resolução de problemas sociais e estruturais – o Jardim de Infância – e a especialização de uma nova

profissão na área da educação – as educadoras de infância (FERREIRA, 2000, p. 183).

Outras iniciativas de Jardim de Infância, sob os preceitos da religião luterana, surgiram em Santa Catarina no período compreendido nesta pesquisa (1908-1949), instalando-se em Joinville, Rio do Sul, e Piratuba/Ipira.

Constatamos que, nestes Jardins de Infância, atuavam também mulheres leigas pertencentes à ordem religiosa protestante. O Jardim de Infância criado em 1917 em Joinville teve, como primeira professora, Clara Bornschein, que atuou de 1920 a 1924, e Dorothea Buehler - filha do Pastor Fritz Buehler, que também atuou como professora, de 1925 a 1938. Esta última era carinhosamente chamada de "*Tante Dolly*" pelas crianças.

Em uma *conversa-entrevista* com a Sr^a Jutta Hagemann, ela revisita sua memória dos tempos do Jardim de Infância que frequentou, e comenta:

Tenho poucas lembranças dessa época, mas acredito que o jardim de infância era muito importante porque reunia as crianças pra aprender umas com as outras, principalmente a falar em alemão e aprender as lições da bíblia. Mas, ainda lembro-me das brincadeiras na areia com pazinhas, a gente brincava bastante. [...] tínhamos aula de canto e de religião. Não lembro-me de atividades com letras e números, a gente brincava muito, mas tinha que obedecer a professora e manter a ordem, seguir os valores das nossas raízes⁷¹.

De acordo com as memórias da Sr^a Jutta, o Jardim de Infância era um espaço em que a professora promovia o encontro entre as crianças para aprenderem juntas, mais especificamente a língua alemã e os princípios religiosos da igreja luterana, como forma de preservação de valores e hábitos da cultura alemã. Outro elemento presente nesta memória diz respeito às brincadeiras ao ar livre, enfatizadas pela Sr^a Jutta: "A gente brincava muito". A música e o canto também se faziam presentes no cotidiano do Jardim de Infância. Percebem-se, assim, aspectos que indicam elementos que iam se constituindo como dimensão da docência no Jardim de Infância.

⁷¹ Jutta Hagemann em conversa-entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2012.

É importante registrar que a professora Dorothea Buehler era organista da igreja luterana, e participava ativamente dos cultos e festividades desta. Suas experiências como organista e religiosa talvez fossem mobilizadoras de sua prática, na perspectiva do que Afirma Tardif (2008, p. 38), ao se referir acerca dos saberes experienciais:

[...] os próprios professores, no exercício de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados no seu trabalho cotidiano e no conhecimento do seu meio. Esses saberes brotam da experiência e são por elas validados. Eles incorporam-se à experiência individual e coletiva sob forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e de saber-ser. Podemos chamá-los de saberes experienciais ou práticos.

Na continuidade das iniciativas de confissão religiosa evangélica protestante, a pesquisa de Isotton (2004, 2005) informa que a primeira professora do Jardim de Infância criado em Rio do Sul, era Dagmar Schroeder, filha do Pastor Stoer. Em depoimento à pesquisadora, a professora afirmou que um dos pré-requisitos para atuar no Jardim de Infância era de que fosse, obrigatoriamente, evangélica, sendo o Pastor Stoer responsável pelo trabalho de orientação pedagógica com as professoras. Este jardim, a exemplo dos demais, tinha como papel social manter os princípios religiosos da comunidade evangélica. Pode-se afirmar que havia uma prerrogativa para assumir o trabalho junto às crianças, qual seja, um corpus de saberes no âmbito da cultura religiosa de valores morais, regras de comportamento que preparassem a criança para o futuro, que se diferenciava do âmbito privado da família.

Na experiência realizada no Jardim de Infância de Piratuba e Ipira - SC, com início em 1948, a professora Hedwig Matte Werner, nascida na cidade de Ipira, sonhava ser professora e, para tanto, atuou como auxiliar no desenvolvimento das atividades desenvolvidas em um jardim de Infância na cidade de São Leopoldo-RS, para aprender o ofício de professora. Aos 16 anos, iniciou as atividades do Jardim de Infância como professora em Ipira e Piratuba. Embora o trabalho desenvolvido estivesse vinculado aos princípios da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas - OASE, há, nesta experiência, um fator importante, que se refere à necessidade de adquirir os saberes “específicos” através do contato com professoras experientes, e através do contato direto com as crianças.

Figura 40: Alunos da primeira turma do Jardim de Infância de Piratuba, no ano de 1949. Era mantido pela Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas - OASE, tendo por professora Da. Hedwig Alzira Matte Werner, e funcionava junto à Comunidade Evangélica.



Fonte: Jornal Comunidade - 13/4/2012.

3.1.2 A igreja católica e o Jardim de Infância

A institucionalização do cuidado e a educação das crianças pequenas, em contextos de Jardim de Infância no Estado de Santa Catarina, também se constituiu como uma atividade assumida por diferentes congregações religiosas femininas em várias cidades do Estado, entre elas: Tubarão e Florianópolis (Irmãs da Divina Providência), Canoinhas (Missionárias Filhas de Maria Auxiliadora), Criciúma (Irmãs Escolares de Nossa Senhora e Irmãs Beneditinas da Divina Providência), Urussanga (Irmãs Beneditinas da Divina Providência), e Rio do Sul (Missionárias Filhas de Maria Auxiliadora).

A Influência religiosa católica na área educação, mais especificamente na educação assistencialista da família e da infância, tem suas raízes na encíclica *Rerum Novarum*, de autoria do Papa Leão XIII datada do ano de 1891.

A Igreja Católica – única instituição capaz de salvar a ordem social e fazer a felicidade dos povos – anunciava a sua contribuição para o controle das classes trabalhadoras. Seguindo o

exemplo de outros setores, realizaram congressos católicos visando organizar e homogeneizar o clero e os leigos militantes para implementação das novas políticas assistenciais (KUHLMANN, 1998, p. 95).

Sob o tom da evangelização e da caridade, a Igreja, através de iniciativas educacionais de Jardim de Infância e Creche, buscava ampliar seu rebanho com a promessa de uma formação sólida, cristã e social dos pequenos, a fim de que viessem, no futuro, a atender a sua própria necessidade e da sociedade capitalista.

A escassez de fontes documentais acerca de algumas iniciativas e experiências de trabalho educativo realizado com as crianças, limita as possibilidades de uma análise mais apurada sobre os modos como a docência foi se constituindo no âmbito dos Jardins de Infância de confissão religiosa católica.

Não foram encontrados documentos referentes ao trabalho desenvolvido no Jardim de Infância criado na cidade de Tubarão, sendo esta uma iniciativa que, em seguida, foi interrompida por falta de matrícula. Também sob os princípios do cristianismo católico, o Jardim de Infância criado na Cidade de Canoinhas em 1928, pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, e dirigido pelas Irmãs Missionárias de Maria Auxiliadora, carece de fontes documentais que permitam inferir sobre a participação direta das Irmãs na condução dos trabalhos desenvolvidos com as crianças no referido Jardim de Infância. Cabe salientar que a formação dos professores foi, também, uma iniciativa na região, com a implantação do Curso Normal Sagrado Coração de Jesus, formando um conjunto unitário de ensino e de formação (HOFF, LONGHI, CARDOSO, 2010).

O mesmo podemos dizer em relação ao primeiro Jardim de Infância do Colégio Coração de Jesus na cidade de Florianópolis, cujo registro feito por Boppré (1989, p. 77) ressalta dois importantes acontecimentos no ano de 1914: a abertura do primeiro Jardim de Infância para crianças de 4 a 7 anos, e a promulgação da Lei nº 1025, que autorizava a Escola Complementar Equiparada, anexa ao Colégio Coração de Jesus, a criar um ano suplementar. Percebe-se o grau de importância ao Jardim de Infância no mesmo patamar da formação das alunas do curso complementar. Em 1915, lecionavam no colégio doze professoras irmãs e uma leiga, mas não há informação sobre quem assumia o trabalho junto às crianças (BOPPRÉ, 1989, p.78).

Os estudos de Isotton (2004) sobre o Jardim de Infância criado na cidade de Rio do Sul (1938), constata que as Irmãs da Congregação

Missionárias de Maria Auxiliadora atuavam como professoras no Jardim e nas demais séries do Ensino Primário. No ano de 1939 consta, nos poucos documentos encontrados, o nome da Irmã Pierina Luciani como professora:

Vasculhando os poucos e raríssimos documentos entre os anos de 1938-1960, foram encontrados alguns dados sobre as professoras do jardim de infância. Neles apareceram vagamente os nomes da irmã Pierina Luciani, que lecionou em 1939, da irmã Adelina Billo, que lecionou em 1955 e entre os anos de 1956-1960, da irmã Yolanda Fronza. Embora hajam [*sic*] poucas referências e informações sobre as professoras do jardim de infância, foi possível constatar que somente irmãs atuavam com as crianças (como já havia informado, em seu depoimento, a irmã Olga), assim como nas demais séries. Isso se deve ao fato de as irmãs representarem a imagem do próprio catolicismo. As irmãs sempre trabalharam com turmas mistas no jardim de infância (ISOTTON, 2004, p. 4).

A autora também ressalta que:

A religião, a disciplina, a formação moral, o amor à Pátria, a ênfase nos trabalhos artísticos marcaram o período do jardim de infância analisado neste trabalho entre 1938-1960, atendendo aos ideais de nacionalidade impostos no Brasil e, principalmente, a busca incansável de clientela para a religião católica (ISOTTON, 2004, p. 6).

Reafirma-se, nas experiências de Jardim de Infância de confissão católica, que a formação religiosa constituía-se em um dos critérios que habilitava as irmãs para atuarem nas atividades de cuidado e educação. Entretanto, as competências destas para atuarem com as crianças parece que iam além dos preceitos espirituais e morais, pois há indícios que a formação artística, musical e científica, vinculadas aos saberes relacionados às atividades cognitivas, faziam-se presentes nas atividades de Jardim de Infância.

No Sul do Estado, duas iniciativas se destacam: o Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Criciúma (1945), e o Jardim de Infância na cidade de Urussanga (1948). Estas emergem num

contexto de urbanização e modernização da região sul do estado, em processo de intenso desenvolvimento e crescimento de sua economia, promovido pelo aumento da atividade de extração do carvão. Neste processo de urbanização, juntamente com o processo de industrialização, observava-se a crescente demanda pela educação e cuidado das crianças filhas de trabalhadores e trabalhadoras.

A convite do Círculo Operário São José, da Paróquia São José de Criciúma, as Irmãs Escolares de Nossa Senhora iniciam os trabalhos dedicados ao Jardim de Infância, assumindo a direção da instituição denominada *Casa da Criança*.

O primeiro espaço de atendimento à criança começa com uma turma de Jardim de Infância, mas já perspectivando a sua ampliação nos moldes da *Casa da Criança*, que se distingue na nomenclatura das iniciativas anteriores, pois tinha como propósito atender toda a faixa etária de 0 a 7 anos.

A *Casa da Criança*, instituição sob a orientação do Ministério da Educação e Saúde e Departamento Nacional da Criança (DNCr), faz referência ao conjunto de “qualidades indispensáveis” para o exercício do cargo das pessoas responsáveis pelo trabalho realizado com as crianças:

Todo o pessoal da Casa da Criança deve ser dotado de certas qualidades indispensáveis para o bom êxito da obra. Devotamento e simpatia pelas crianças, paciência, compreensão, e um certo preparo, sobretudo nas encarregadas da Creche, que deverão conhecer bem os princípios da Puericultura e nas do Jardim de Infância, que deverão ter feito um curso especial desta especialidade (OLIVEIRA, 1946, p. 6).

Destaca-se também, nas orientações do DNCr :

A ênfase nos pré-escolares, prevendo para serem divididos em dois grupos: – os menores na Escola Materna, “onde se prepararão para o Jardim de Infância”, precisavam “dormir 1 ou 2 horas durante o dia”, _ os maiores no Jardim de Infância, “com sua clássica organização pedagógica, devendo ser dirigido por uma professora especializada” (OLIVEIRA, 1946, p. 2).

A abnegação, a entrega, a devoção e atitudes acolhedoras eram compreendidas como pré-requisitos, e definiam a profissional responsável pelo cuidado e educação das crianças pequenas. Na Creche, mais especificamente, constata-se a exigência de conhecimentos da área da saúde vinculados à Puericultura. Para atuação no Jardim de Infância havia a necessidade de uma formação específica pautada “na clássica organização pedagógica”. Configurava-se, deste modo, a definição de dois Profissionais com funções distintas, diferenciando, assim, o modelo de docência da Creche para o Jardim de Infância. Cabe, aqui, destacar a influência das bases científicas e da Puericultura nos processos de constituição da docência que estava diretamente vinculada às orientações médicas:

O médico é figura indispensável na Casa da Criança, ele deve ter conhecimento de pediatria e puericultura, ter pendor para tratar de crianças, e dedicar-se com solicitude e carinho à sua tarefa. As suas visitas devem ser feitas com freqüência, periodicamente, e se fôr possível mesmo todo os dias, a menos que se consiga obter uma enfermeira habilitada que o substitua, no trabalho de rotina [*sic*] (OLIVEIRA, 1946, p. 6).

A relação com as famílias das crianças também perpassava as funções da *Casa da Criança*, por intermédio de médicos, enfermeiras e assistente social, compreendendo as mesmas como incapazes de cuidar e educar seus filhos pelas suas condições sociais, culturais e econômicas, portanto vistas como objeto de intervenção médico-higiênica. Como indica Kuhlmann (1998, p.14),

A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades.

A educação voltada para conformação social, controle e regulação dos hábitos, valores e crenças, é definida no projeto que

envolve a doutrina social da igreja e a política do Estado, em um esforço de moralização e regeneração da população empobrecida, cujas orientações o DNCr reitera:

A visitadora deve ser uma senhora inteligente, ativa, gozando boa saúde, bondosa e delicada, 'com experiência da vida, e sabendo impor-se por simpatia e persuasão às possibilidades da instituição. A sua tarefa, das mais elevadas (consiste em estabelecer, e estreitar a colaboração da Casa da Criança com as famílias dos seus pequenos abrigados, procurando melhorar a situação moral e econômica dessa gente, fiscalizar o modo como são tratadas as crianças em casa, como são cumpridos os conselhos do médico, esclarecendo e ensinando, tudo o que não-foi bem compreendido (OLIVEIRA, 1946, p. 7).

Ainda no sul do Estado, temos a iniciativa vinculada à religião católica no Jardim de Infância da Cidade de Urussanga (1948), denominado mais tarde como *Casa da Criança*, e depois foi ampliado e passou para denominação *Paraíso da Criança*. A realização desta iniciativa partiu do Padre Agenor Neves Marques, Ida Bez e Olinda Bettiol, que acolheram o pedido da comunidade para criar um Jardim de Infância para seus filhos. Olinda Bettiol foi a primeira professora do Jardim de Infância, era leiga e contava com as “orientações pedagógicas” do Padre Agenor Neves Marques e Ida Bez para organizar e desenvolver o trabalho com as crianças.

Figura 41: Sra. Olinda Bettiol, primeira professora do Jardim, ajeta as plantinhas para uma pose.



Fonte: Livro de Crônicas do Paraíso da Criança, 1948-1958.

Esta iniciativa, também sob os princípios da igreja, tinha como função proteger, assistir e instruir nos preceitos da moral, da civilidade e da religião. “É, através dessa educação que conseguiremos católicos sinceros, convictos, leais, apóstolos militantes” (MARQUES, 1960, p. 16).

Padre Agenor Marques Neves (1960, p. 15) – fundador do Jardim de Infância, definia três elementos da formação cristã: 1- a criança que vai se formar; 2- a religião (doutrina) que vai se transmitir; 3- a Pedagogia através da metodologia educacional e da Psicologia Infantil que vai se aplicar. A pedagogia moderna, calcada nos fundamentos da Psicologia, é defendida como uma referência que perpassa essa experiência de Jardim de Infância, e que concebe a criança como “um ser *individual, em metamorfose, dócil, maleável, solidária*”. A natureza infantil é assim retratada nas palavras de Padre Agenor:

A criança, pela sua meiguice é realmente uma flor delicada e perfumosa, mas não pode ser tratada presa a um vaso, mesmo que seja do mais puro cristal. Gárrula e viva como é, compare-se também a um passarinho, mas não suporta

isolamento nem mesmo uma gaiola de ouro (MARQUES, 1960, p. 15).

O livro de *Crônicas do Jardim de Infância* (10/05/1948 – 30/10/1958) apresenta, com detalhes, as idas e vindas no decorrer do processo de sua criação, as dificuldades para manter-se, e as alegrias das crianças. Apresenta também o cotidiano do Jardim de Infância, marcado pelas orações, cantos, versos, passeios, desenhos, brinquedos e brincadeiras, atividades de escrita e matemática, atividades artísticas, visitas à igreja, confecção de brinquedos, histórias bíblicas, histórias com mensagens moralizantes, surpresas feitas pelos adultos para as crianças com a intenção de alegrá-las, entre outras.

Percebe-se, nos registros das crônicas, que a docência experienciada por Olinda Bettiol é marcada pela presença forte dos princípios religiosos e acrescenta-se a isso a visão romântica de uma criança que se assemelha à natureza, “florzinhas [*sic*]do jardim que se bem cuidadas florescerão”. Elementos da pedagogia Froebeliana permeiam as práticas cotidianas neste Jardim de Infância:

(...) Froebel parte do pressuposto religioso, que vê Deus imanentemente presente e coincidente com a natureza, mas também transcendente a ela como sua unidade e seu centro motor. Com base em tal pressuposto – que ele define como “cristão” -, a natureza é sempre boa e o é enquanto partícipe da obra divina. E o é de maneira mais nítida quando se subtrai às manifestações da sociedade, quando é a mais genuína e espontânea, como na criança. Se na infância está depositada a voz de Deus, a educação deve apenas deixá-la se desenvolver, agindo de modo que se reconheça como “o divino, o espiritual, o eterno”, por meio de uma comunicação profunda com a natureza e a constituição de uma harmonia entre o eu e o mundo. É necessário, portanto, reforçar na criança a sua capacidade criativa, a sua vontade de mergulhar no mundo-natureza, de conhecê-lo, dominá-lo, participando da sua atividade criativa com sentimento e pela arte (com cores, ritmos, son, figuras etc.) (CAMBI, 1999, p. 425-426).

É importante, também, dizer que a docência de Olinda Bettiol era compartilhada com Ida Bezz e Padre Agenor, que influenciavam fortemente os trabalhos realizados com as crianças. Nesta perspectiva,

os “Saberes individuais e coletivos são incorporados e validam o ‘saber-fazer e saber-ser’ a partir dos saberes experienciais ou práticos” (TARDIF, 2008, p. 39).

Ressaltamos, nesta experiência de Jardim de Infância, algumas dimensões que faziam parte das especificidades da docência na Educação Infantil, que se referem aos brinquedos e brincadeiras como parte importante do trabalho pedagógico, à relação com a natureza, à alegria das surpresas, ao encontro entre crianças, à afetividade na relação entre adultos e crianças, retratados em vários momentos no livro de crônicas, conforme segue:

As mesinhas estão repletas de crianças que brincam alegremente com pauzinhos, fazendo casas, pontes, barcos, navios e outras cousas.

Hoje faltam crianças. Todas as que estão ocupam-se com bonecas, palhaços, bercinhos, cadeirinha e gravuras.

Chegaram mais crianças. Depois da chamada todos juntos, rezamos. Depois foram ensinadas as primeiras letras do alfabeto. As 10 horas foi feito o recreio. A criançada estava satisfeita.

Como de costume, a primeira cousa que se fez hoje foi rezar. Depois os meninos aprenderam a fazer com caixa de fósforo, caminhões e as meninas bercinhos. Um queria fazer melhor que o outro. Depois do recreio foram todos fazer uma visita a Igreja e de lá para suas casas.

Na hora do lanche, a professora Olinda Bettiol convidou as crianças para darem um passeio e o lugar escolhido foi o pasto do Sr^o Francisco de César. O Padre Agenor, mandou um delicioso refresco de framboesa para ela. Como havia grande número de gafanhotos, as crianças pegaram cada uma, um galho e corriam de um lado para outro, risonhas espantando os que podiam. Foi um dia agradável para todos.

Hoje compareceram todas as crianças; depois de formados fomos cantando até aos fundos da rua o hino do jardim de infância. As meninas bordavam e os meninos faziam casinha (LIVRO DE CRÔNICAS DO PARAÍSO DA CRIANÇA, 1948-1958).

O exposto acima mostra outros elementos constituidores daquela docência, e que vem reiterar a aproximação com os preceitos da Pedagogia de Froebel:

(...) a atividade específica da criança é o jogo, que é também “o mais alto grau de desenvolvimento do espírito humano” e, já na infância, é uma atividade “séria”, como dizia Richter, mesmo se depois, longe da primeira infância, o jogo seja substituído pelo trabalho, que tem porém – na infância – profundas conexões com o jogo e deve encontrar espaço na escola (CAMBI, 1999,p 426).

Figura: 42: Atividades do jardim de infância.



Fonte: Livro de Crônicas do Paraíso da Criança.

No Hino do Jardim de Infância, de autoria de Padre Agenor Neves Marques, também se apresenta em uma concepção de criança, infância e educação que corporificavam a experiência da docência.

Figura 43: Hino do Jardim de Infância – Paraíso da Criança

Hino do Jardim da Infância
 letra de P. Agenor

Nós somos flores do jardim da Infância
 Crianças lindas, cheias de candor.
 Somos alegres, somos elegantes
 Vivemos sempre respirando amor.

Nosso estandarte é um bouquet de flores
 Bem perfumado de aromas mil
 De flores ^{lindo} da mais linda Estrela
 Serra querida do nosso Brasil

Das nossas floras são quais borboletas
 Que vão voando lá pelos jardins
 Nossos sorrisos são mais perfumados
 Do que os aromas dos brancos jasmims.

Quando marchamos somos soldadinhos
 Marchando passo ao som do tambor
 De frente esquerda, outros para frente.
 Como esfirregas em botões de flor.

Das nossas vozes são de passarinhos
 Que vivem sempre a cantarolar
 Tamos reguendo neste barboriundo
 Sorriundo sempre para não chorar.

Quais andorinhas vamos ensaiando
 Os nossos voos por um céu de anil
 E formaremos nosso bando alado
 Para voar pelos céus do Brasil.

Fonte: Livro de Crônicas do Paraíso da Criança.

3.2 A EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA NAS INICIATIVAS DE CRECHE

As iniciativas de creche no Estado de Santa Catarina (1936-1943) partem de diversos atores sociais, com implantação da instituição por damas da sociedade (Legião Brasileira de Assistência, Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra), por iniciativa do Círculo Operário Católico, e da classe industrial que emerge no período estudado. As diferentes formas de atendimento e as diferentes iniciativas tinham, como premissa, a caridade e a filantropia vinculadas às orientações médico-higiênicas.

Ressaltamos que o período em que são implantados programas assistenciais e Creches no Estado de Santa Catarina convergem para a imagem regeneradora do Estado, adotada pelo então Interventor Federal Nereu Ramos, em conformidade com as políticas Nacionais do Estado Novo empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas. “Os discursos e práticas desse Interventor se direcionam para a institucionalização de concepções educativo-pedagógicas, religiosas, cientificistas, industriais, médico-higiênicas, assistencialistas e de urbanização” (CAMPOS, 2008, p. 26).

Neste contexto, emerge, na cidade de Joinville, a Creche Conde Modesto Leal, uma iniciativa do Círculo Operário Católico sob a direção de Padre Alberto Kolb, com a função caritativa e filantrópica representada pelas “Irmãs de Caridade”. A presença da Igreja representada pelo COCJ insere-se como implementadora de ações assistenciais no âmbito da classe operária, em apoio à consolidação das políticas públicas de caráter assistencial em âmbito nacional, que era destinada à manutenção, instrução e educação moral de crianças que serão os adultos de amanhã.

Neste sentido, insere-se o propósito de implantar,

[...] creches, que são instituições onde as mães operarias ahi deixam os seus filhinhos pela manhã, de 6 meses á 10 annos de idade, e sob os **bondosos cuidados de irmãs de caridade e empregadas escolhidas e mediante uma insignificante remuneração. As criancinhas são bem alimentadas, sempre lavadas e vestidas com asseio, havendo (...) um jardim de infância com (...) instrucção e folgedos infantis.** A’ noitinha, de volta de seu trabalho, as mães dessas creanças levam-nas para suas casas cheias de viva

satisfação, pois, já compreendem os reais benefícios que lhes trazem e a seus filhinhos esses estabelecimentos piedosos [*sic*] (COJ, Livro, 1 – grifos nossos).

Esta iniciativa tinha, como foco de educação, assistência e proteção, não apenas as crianças, mas também suas famílias, sob o argumento de que, por serem pobres, não seriam capazes de assegurar o futuro de uma nação civilizada e desenvolvida. Para tanto,

A Crèche mantém, permanentemente, um Jardim de Infância, aula para meninos e meninas, à noite aulas de corte e costura para moças e senhoras operárias, bem como uma aula de alfabetização para operários. Possui um dormitório com 25 berços, facultando desta forma, às mães, a possibilidade de trabalharem livremente durante o dia, contribuindo assim nas despesas da manutenção da sua família. Mantem a Crèche um bem instalado Ambulatório médico sob a direção do abalizado e humanitário Dr. Norberto Bachmann, uma bem montada Farmácia bem como um Corpo de Irmãs Enfermeiras, que visitam, ininterruptamente os doentes pobres [*sic*] (COJ, Livro 1).

A presença das irmãs de caridade, na condução do cuidado e educação das crianças, remete para uma experiência de docência na creche sob orientação de natureza higiênica, “*As criancinhas são bem alimentadas, sempre lavadas e vestidas com asseio*”, com distinção à experiência de docência no jardim de infância pautada na “*instrução e folgedos infantis*” [*sic*]. (COJ, Livro 1- grifos nossos).

Em outro registro, é enfatizada a obra humanitária empreendida pelas irmãs de caridade, e que indicam elementos que caracterizavam a docência:

Completam-se hoje dez anos de profícua atividade das Irmãs de Caridade “São Vicente de Paulo” na creche “Conde Modesto Leal”. O que tem sido a ação humanitária destas humildes servas de Deus em Joinville e de todos sabido. Atestam-na brilhantemente o cuidado e o zelo de que são tratadas as criancinhas recolhidas á creche. Tudo nesta casa de caridade evidencia o elevado

espírito cristão e os sentimentos nobres das irmãs que a dirigem [*sic*] (COJ, Livro 3).

A educação moral, cívica, patriótica e religiosa é enfatizada e, portanto, indicam elementos constituidores das docência no Jardim de Infância, cujo caráter se coaduna com a “grande” obra da caridade cristã, patriótica e nacionalizadora, o que pode ser constatado no registro abaixo.

Na Capela as crianças entoarão hinos sacros, no Jardim de Infância cantarão estrofes patrióticas. Na Capela aprenderão a amar a Deus e no jardim de Infância a cultuar a Pátria. Deus e Pátria entrelaçados no mesmo Pavilhão, a surgir, vivendo unidos nos corações das nossas crianças (COJ, Livro 2).

Figura 44: Dormitório para crianças de 3 anos



Fonte: Círculo Operário Católico de Joinville, Livro 1.

Figura 45: Dormitório das empregadas da Creche.



Fonte: Círculo Operário Católico de Joinville, Livro 1.

Figura 46: Pavilhão Indústria e Comércio de Joinville



Fonte: Círculo Operário Católico de Joinville, Livro 1.

Na continuidade das iniciativas assistenciais no Estado de Santa Catarina foi instalado, no município de Florianópolis, o *Centro de Puericultura Beatriz Ramos* (1943), de natureza higienista, que previa a assistência materno-infantil e a frequência da criança sadia ao Centro, a

fim de garantir seu normal desenvolvimento. Neste sentido, ressalta o DNCr:

Na luta em favor da criança o centro de puericultura representa elemento da maior valia, quer pela saúde que defende, quer pela instrução que realiza. Basta lembrar que, entre as inúmeras providências adotadas para completo êxito de seu trabalho, constitui preocupação dominante a propaganda e ensino dos preceitos de higiene que interessam as primeiras idades (FIGUEIREDO, 1938, p. 57).

Em conformidade com as orientações do Departamento Nacional da Criança (DNCr) e Departamento de Saúde Pública do Estado, o centro de puericultura tinha, como propósito, o atendimento às famílias pobres da região, com atenção à saúde das mulheres gestantes, a saúde das crianças e atendimento às crianças de 0 a 6 anos, sob a direção:

[...] do abalizado clínico e pediatra, Drº Miguel de Sales Cavalcanti, médico do Departamento de Saúde Pública e especializado em mestéres de puericultura, serão instalados e supervisionados por S. Sai. Os seguintes serviços, os quais estarão a cargo de competentes profissionais:

Dispensário de Higiene Pré-Natal
 Cantina Maternal
 Serviço Obstétrico Domiciliar
 Dispensário de Odontologia
 Dispensário de Higiene da Criança
 Cozinha Dietética
 Dispensário de fisioterapia
 Serviço de Visitadora-atendentes
 Serviço de Enfermagem
 Creche (RELATÓRIO, LBA, 1945)

As crianças de 0 a 1 ano eram objeto de intervenção dos serviços de higiene infantil, que ficavam sob a responsabilidade de uma enfermeira e sob vigilância do puericultor e do pediatra. As crianças maiores eram encaminhadas para o estagiário⁷² e também ficavam sob a vigilância de um grupo de profissionais. Manuela Ferreira, em “Salvar corpos, forjar a razão”, trata das questões quanto à nova mentalidade

⁷² Nos Relatórios da LBA analisados, não fica explícita qual a função do profissional que atua no Estagiário.

que surge dos modernos conhecimentos médicos e biológicos, interdependentes, onde vemos culminar “a medicina higienista de tipo médico-social que elege a proteção à Infância como mote” (FERREIRA, 2000, p. 117).

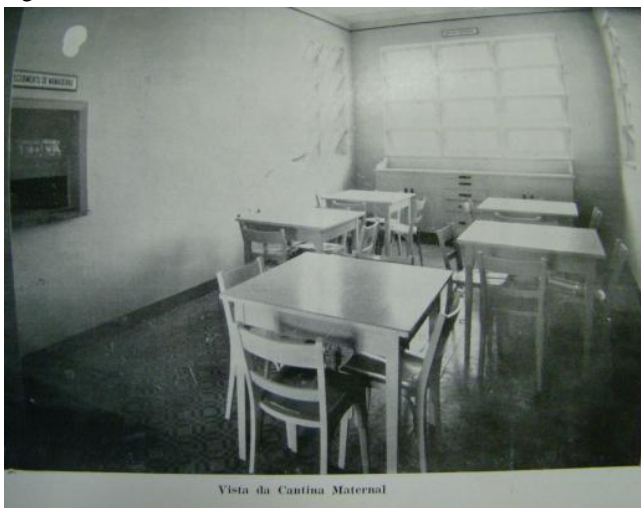
Figura 47: Sala do estagiário



Aspecto da sala do “Estagiário”, com seus painéis a óleo

Fonte: Relatório LBA (1945)

Figura 48: Sala cantina maternal



Vista da Cantina Maternal

Fonte: Relatório LBA (1945)

É importante ressaltar o caráter educacional evidenciado nessas iniciativas assistencialistas, já anunciado por Kuhlmann (1998, p. 190): “Há quem diga que a presença da medicina na creche seria outro fator a evidenciar o seu caráter não educacional, mas é necessário compreender que o núcleo da educação dos pequenos era pensado justamente como uma educação higiênica”.

É no cenário dos centros de puericultura que aparece a cooperação da figura da enfermeira de saúde pública nos serviços de higiene infantil: “mensageiras do bem, instruídas, disciplinadas e disciplinadoras” – a criação dos seus serviços era “uma feliz providência para o Brasil” (FIGUEIREDO, 1938, p. 69). Nas palavras do professor Carlos Chagas, na conferência realizada na Faculdade Fluminense de Medicina, em outubro de 1934, e trazida por Figueiredo (1938, p. 71), vemos sua eloquente defesa da presença da enfermeira de saúde pública e de seu papel:

Não poderei sequer esboçar, por todas as razões e sobretudo pela razão maior da incapacidade pessoal, um programa de proteção à infância; mas, de passagem, devo assinalar a alta valia que representa nas administrações sanitárias modernas e enfermeira de saúde pública, sobretudo quando aproveitado nos serviços de higiene pré-natal, infantil e escolar. Será esse o órgão de maior eficiência na proteção de nossa criança rural e dele prescindir seria grave erro de orientação técnico-administrativa. Aproveitemos, sem demora, nessa lida de tão alto alcance social, os predicados da mulher brasileira, as doçuras de seu coração, as vantagens de seu carinho, os anseios de sua bondade infinita. Façamos enfermeiras sanitárias rurais, tantas quanto possível, o maior número que possa atingir a capacidade financeira da organização sanitária federal e das organizações estaduais, mas enfermeiras habilitadas, de alta capacidade técnica e elevado nível moral, afim de distribuí-las nesse imenso território e assim proteger a criança de hoje, assim formar, vigoroso e destemido, o nosso homem do futuro.

Tratando mais especificamente dos profissionais da Creche, Figueiredo (1946, p. 14) afirma que será suficiente o seguinte pessoal: um médico puericultor, uma encarregada e duas atendentes ou amas

secas; prevendo ainda, mais à frente, no referido documento, que a “encarregada da creche deve ser pessoa familiarizada com a puericultura e a higiene infantil”, em que o “conhecimento dos preceitos elementares da puericultura e da higiene infantil será obrigatoriamente indispensável ao exercício do cargo de encarregada da creche, a fim de assegurar a fiel execução das ordens do médico puericultor em proveito das crianças”. As qualidades indispensáveis, exigidas à encarregada e às atendentes para o “cuidado físico e mental das crianças”, é a de que cada uma seja “afável, bondosa, tolerante, paciente e carinhosa” (FIGUEIREDO, 1946, p. 15).

É nesta mesma concepção que se inscreve a experiência da Creche da Cia Hering, na cidade de Blumenau, embora sua constituição se dê pelo caminho da necessidade da indústria em fornecer um espaço de atendimento aos filhos das operárias.

Figura 49: Creche da Cia Hering




Fonte: Arquivo Museu Hering

Figura 50: Creche da Cia Hering



Fonte: Arquivo Museu Hering

Figura 51: Atestado profissional



 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE
 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

ATESTADO

Atestamos que a Snta. Selma Bickhardt, branca, brasileira, fez um completo estágio em nossa seção de Higiene Infantil, inclusive na Cozinha Dietética, estando perfeitamente apta para dirigir trabalhos de berçários e elaborar a alimentação dos lactentes. Aos exames submetidos foi aprovada com distinção.

(Ass.) DHS.
Abelardo Vianna
 Chefe do 3º D.S.E.

Afonso Balsini
 Chefe da S.Hig. Infantil

Blizy...

 1512

Fonte: Arquivo Museu Hering

A perspectiva científico-médico-higiênica, advinda da puericultura, compõe a base estruturante da constituição histórica da docência na Creche, corporificada nas práticas cotidianas até os dias atuais. Nos Jardins de Infância, esta base estruturante se constitui a partir dos princípios da instrução, da moralização, do desenvolvimento para a civilidade, cuja constituição se dá a partir da religião, pela via da filantropia, para a construção de um “novo homem”, apto para assumir a condição de trabalhador e atender ao projeto de nação que estava em curso naquele momento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve, como propósito, investigar a emergência da docência na Educação Infantil, com o intuito de dar visibilidade para sua constituição histórica e contribuir para a definição de sua especificidade. Seu objetivo central foi analisar as origens históricas e as determinações sociais e políticas da docência nas primeiras Creches e Jardins de Infância de Santa Catarina.

Para tanto, foi necessário identificar as primeiras instituições de Educação Infantil no Estado através do levantamento, registro e sistematização das fontes que passaram a constituir o *corpus* documental para análise. A inexistência de estudos anteriores sobre a história da Educação Infantil, com abrangência estadual, exigiu um levantamento prévio e a busca e localização de acervos documentais em vários municípios, junto a particulares, empresas, colégios, associações assistenciais e filantrópicas, além de museus, arquivos históricos, e igrejas (paróquias, arquidiocese).

Esta, que seria uma etapa da investigação, acabou por tomar grande parte do tempo e do desenvolvimento do estudo, uma vez que, sem as fontes, pouco se poderia avançar na análise dos elementos constitutivos da emergência da docência na Educação Infantil.

O primeiro desafio, neste percurso, foi o da própria denominação utilizada para definir as primeiras experiências de educação e cuidado das crianças pequenas em Santa Catarina. Foram encontradas experiências com as mais diversificadas nomenclaturas: Creche, Jardim de Infância, Casa da Criança, Paraíso da Criança e Pré-primário.

Desde o início da busca das fontes para tessitura da pesquisa, na medida em que eram localizadas cada uma delas, também foi possível identificar, através dos registros documentais, conversas, entrevistas e fotografias, suas diferentes composições quanto ao quadro profissional, sendo encontradas: irmãs religiosas, juvenistas, senhoras evangélicas, profissionais leigas da comunidade, enfermeiras e professoras, constituindo, conseqüentemente, formas bem diversificadas de organização e exercício desta função junto às crianças no âmbito de Santa Catarina.

As inúmeras viagens que fizeram parte do processo de *garimpagem* das fontes permitiram, na maioria das vezes, um contato direto com as pessoas que fizeram parte desta história, com os locais onde começaram as experiências, e com os documentos que as registraram, de forma direta ou indireta, seu desenvolvimento, revelando os contextos e os percursos da Educação Infantil no estado. A cada lugar

e pessoa visitada, acumulavam-se inúmeros documentos encontrados, conforme relatado neste estudo. Deste volume grande de informações, realizamos escolhas e recortes para esta tese, no limite de nossas possibilidades e, sem dúvida, armazenando um bom acervo documental nos arquivos dessa pesquisa, que permitirá inúmeras novas análises e estudos.

O longo processo de recolha, identificação e organização destes arquivos (que em boa parte precisou ser traduzido de imagem para texto) foi exigindo, a cada passo, a redefinição de novos recortes para análise. Escolhas difíceis, já que implicaram, em alguma medida, contar apenas parte da história, delimitando sua abrangência ou a periodização. A escolha pela análise do período de 1908 a 1949 justifica-se por nele se concentrarem as primeiras instituições de Educação Infantil que encontramos. Esta periodização deixou em aberto a possibilidade de outros estudos que analisem a organização da história do Jardim de Infância e da Creche a partir de sua localização geográfica, ou permite, ainda, outros recortes temporais.

O intenso processo de busca e localização das fontes nos alerta para o problema de preservação da memória e dos acervos históricos sobre Educação Infantil. Enquanto a memória da escola e do ensino primário pode contar com alguma organização por parte do Estado ou dos sistemas de ensino, a Educação Infantil não tem espaços ou registros oficiais com os quais se possa contar. Sua história encontra-se dispersa em registros das instituições onde se instalaram como, por exemplo, em Blumenau os documentos estão no Museu da Empresa Hering; em Joinville estão nos arquivos do Círculo Operário, e não da Creche. Desta forma, uma das contribuições deste trabalho foi a de dar início a esta sistematização da memória da educação infantil catarinense.

Passamos, a seguir, a apresentar algumas nuances e perspectivas da emergência da docência em Educação Infantil no Estado.

Sua constituição está nitidamente marcada social e politicamente ao contexto que inaugura o século XX, com um período de expansão social e transformações econômicas advindas do processo de industrialização e urbanização. Fica, também, marcada como um período em que se intensifica a aliança entre Estado e a Igreja, com objetivos comuns de fortalecimento do projeto nacionalista. A ausência/presença da responsabilidade do Estado pelas crianças é preenchida pelo papel que exercem as igrejas católica e protestante, que realizam obras sociais e assistenciais, tornando-se partícipes na construção do projeto de nação.

Evidenciamos, nesta pesquisa, que os Jardins de Infância foram as primeiras instituições que emergiram no Estado de Santa Catarina com uma preocupação com o cuidado e educação das crianças pequenas. Tais iniciativas foram fomentadas numa perspectiva filantrópica, de cunho religioso (católico e luterano), com vistas a uma educação que resguardasse a “natureza infantil” e preservasse as crianças das influências externas, preparando-as para a inserção futura na sociedade. A formação espiritual e moral dos pequenos respondia à urgência de uma nação “civilizada”, que exigia sujeitos obedientes, saudáveis e produtivos.

Marcadamente, a vinda dos imigrantes europeus para Santa Catarina foi um elemento que também incidiu de forma determinante na criação de espaços para a educação das crianças, através de congregações religiosas que propagavam um ideal de civilização e como combate à decadência cultural e religiosa, que consideravam aqui ter encontrado.

A maternidade e a infância pobre, em especial, mobilizaram a sociedade e provocaram a criação de associações femininas, tais como a LBA, OASE, SESB, ASSE, ABEJ, e também mobilizaram congregações religiosas femininas, dentre elas: Salesianas, Vicentinas e Beneditinas, entre outras. Esta associação, como estratégia de ação social e fortalecimento de poder, revela-se com uma nova frente de investigação que associe, na análise sobre a Educação Infantil, a tríade: gênero, religião e educação.

Desde já podemos afirmar que as atividades comunitárias de caráter social, neste período, foram vinculadas à ação direta das mulheres, geralmente religiosas, em instituições voltadas para educação, saúde e assistência social. Às religiosas ou às senhoras que tinham uma vida ativa junto à igreja, era destinada a tarefa de atender as crianças, reafirmando o *Éthos* religioso orientado pelo dever e fundamentado na obediência às regras religiosas, que passa a embasar uma docência como ofício moral. Emerge daí uma docência relacionada aos princípios religiosos, de ordem e de moral (ex.: Jardim de Infância luterano), que coloca a centralidade na professora como guia das crianças.

O tom assistencial implícito na educação religiosa luterana caracteriza a função e o papel da professora afetiva e maternal. Neste sentido, o trabalho realizado na perspectiva da formação da mulher luterana incluía a formação específica para atuar no Jardim de Infância, com a ressalva de que esta formação era direcionada para as alunas com destaque para o aprofundamento dos conhecimentos das áreas da

Educação, Psicologia, Metodologia e atividades práticas com o Jardim de Infância.

No bojo das transformações em que a criança é compreendida como objeto de intervenção social e tutela, forja-se o educador para que se ocupe da demanda dessa “nova” instituição. Um adulto que se ocupasse de incutir nelas o respeito pelas leis e pela ordem social, que as guiasse nos caminhos da fé, virtudes e moral, e as preparasse para a inserção na sociedade no futuro.

A perspectiva médico-higienista destaca-se pela influência sobre as ações do Estado na produção de um modelo institucional que compõe a base estruturante da constituição histórica da docência na Creche, corporificada nas práticas educativas e assistenciais. Nos Jardins de Infância, esta base estruturante se constitui a partir dos princípios da instrução, da moralização e do desenvolvimento para a civilidade, cuja constituição se dá a partir da religião, pela via da filantropia, para a construção de um “novo homem”, apto para assumir a condição de trabalhador e atender ao projeto de nação que estava curso naquele momento histórico.

Configurava-se, deste modo, a definição de dois profissionais com funções distintas, diferenciando, assim, o modelo de docência da Creche do modelo do Jardim de Infância. A abnegação, a entrega, a devoção e atitudes acolhedoras eram compreendidas como pré-requisitos e definiam a profissional responsável pelo cuidado e educação das crianças pequenas e, na Creche, mais especificamente, constata-se a exigência de conhecimentos da área da saúde vinculados aos preceitos científicos da puericultura e higiene infantil, corporificados na prática como uma “educação higiênica” (KUHLMANN, 1998, p. 190).

É importante destacar que a pesquisa vem reafirmar a ineficiência do Estado na estruturação da educação das crianças pequenas e, conseqüentemente, o caráter *não homogêneo ou linear* da constituição da Educação Infantil e da docência neste âmbito.

Isso se revela nos projetos com elementos comuns, mas também opostos, divergentes, que deram origem às iniciativas localizadas; nos espaços físicos diversos, conquistados com dificuldades e mantidos precariamente; numa história fragmentária, cujas memórias são difíceis de ser reconstituídas devido a uma documentação que parece não interessar à sociedade ou ao estado; numa “docência feminina” que quase não tem visibilidade ou respeitabilidade social a seu tempo (uma evidência nesta direção revela-se no fato de os nomes de pastores e padres figurarem como protagonistas dos processos, enquanto muitas das identidades de mulheres que atuavam diretamente com as crianças

ficavam na obscuridade, sob denominações genéricas: irmãs, missionárias, irmãs religiosas, juvenistas, senhoras evangélicas, profissionais leigas da comunidade e professoras).

Outro aspecto observado nesta pesquisa refere-se à precariedade e instabilidade que caracterizaram o processo de constituição da Educação Infantil no estado e, portanto, conduzem a pensar que muitas fontes documentais podem ter se perdido, o que nos impede de assegurar a existência destas experiências somente, pois algumas outras podem ainda estar na penumbra.

Do ponto de vista político e da formação de professores, o estudo realizado justifica-se pelo fato de termos práticas que persistem inabaláveis, sem que tenhamos clareza do quanto estão enraizadas em uma história caracterizada pelo preconceito e exclusão de crianças e famílias de camadas populares. Possuir mais elementos sobre a constituição histórica da Educação Infantil e da docência no estado pode ampliar nossas condições de analisar criticamente e rever práticas vigentes nas instituições.

Neste sentido, compreendemos que esta pesquisa ganha relevância ao descortinar a emergência da docência no Estado de Santa Catarina, e poderá vir a contribuir com melhores definições para esse segmento profissional que está *por ser inventado*: ser professora de crianças pequenas. A estruturação histórica dos serviços voltados para o cuidado e a educação das novas gerações, suas políticas e práticas de atendimento à infância contribuem para o nosso entendimento do que, historicamente, constitui a docência na Educação Infantil, suas nuances e particularidades.

No término deste estudo, descortinam-se ainda muito do que temos a fazer no fortalecimento do diálogo entre Pedagogia e História, no sentido de uma real apropriação da História da Educação Infantil de Santa Catarina e brasileira.

Tecer considerações finais traduz-se em uma tarefa delicada, haja vista a dificuldade de dar um ponto final a um trabalho que envolve extensa pesquisa e empenho por longo período. Para o pesquisador, as inquietações nunca terminam e, dependendo da forma que se olha as fontes, as análises e a escrita poderiam ser diferentes. Neste sentido as análises continuam abertas a outras interpretações, outros debates e leituras.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Moema Helena de. 2013. **Formação docente para educação infantil no Brasil: configurações curriculares nos cursos de pedagogia**. 193f. Florianópolis, SC. Tese (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina.

ALVES, Ismael Gonçalves. 2009. **Faces da assistência social do setor carbonífero (Criciúma, 1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: FAED-UDESC.

ALVAREZ, Dionísio Fuertez. **Ir. Dionísio Fuertez Alvarez: autobiografia adaptada**. Tradução e adaptação Irmão Elvo Clemente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

ARNS, Irmã Maria Helena. **Histórico das Irmãs Escolares de Nossa Senhora**. Colégio Sagrada Família Forquilha – SC. Forquilha: Ellus Editora e Gráfica Ltda, 2000.

BARBOSA, Ivone Garcia. **Pré-escola e formação de conceitos: uma versão sócio-histórico dialética**. 1997. Tese (Doutorado) São Paulo: FEUSP, 1997.

BARRETO FILHO, Oscar. Aspectos legais do problema das “creches” nas indústrias. In: **Revista Serviço Social**. São Paulo, Nº 57, ano X, Julho-Setembro, 1950, p. 53-60.

BASTOS, Maria Helena Camara. Jardim de Crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira (1875-1983). São Paulo: Autores Associados, 2001.

BATISTA, Rosa. 1998. **A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina.

BIEHL, Zenandria Branco. **A criança pobre como justificativa para a construção do Jardim de Infância “Casa da Criança”, Criciúma 1945 – 1950**. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2006.

BOMBASSARO, Ticiane. 2006. **Escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano**

(1930-1945). Dissertação (Mestrado em Educação - Centro de Ciências da Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis.

BOMENY, Maria Helena Bousquet. **Os intelectuais da educação**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Acervos, preservação documental e história**. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al. **História da Educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói-RJ: UFF, 2009, p. 103-110.

BONETTI, Nilva. 2004. **A especificidade da docência na educação infantil no âmbito de documentos oficiais após a LDB 9394/1996**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

BOPPRÉ, Maria Regina. **O colégio Coração de Jesus na educação catarinense (1898-1988)**. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

BOTO, Carlota. **O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes**. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés. (Orgs.). **Os Intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cmtcz, 2002.2002, p. 11-61.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. 2ª reimpressão. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Lenira. Educação infantil: crescendo e aparecendo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.80, p.11-20, fev. 1992.

CAMPOS, Maria Malta. et al. Profissionais de creche. **CEDES**. Educação pré-escolar: desafios e alternativas. Campinas, SP: Cedes/Papirus, nº 09. 1991.

CAMPOS, Maria Malta. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, (53): 21-24, maio. 1985.

CAMPOS, Maria Malta. **Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil**. In. MEC/SEF/DPE/COEDI. **Por uma**

Política de Formação do Profissional de Educação Infantil. Brasília, 1994. p. 31-42.

CAMPOS, Maria Malta. Educar crianças pequenas: em busca de um novo perfil de professor. **Revista Retratos da Escola.** Brasília, v. 2, n. 2-3, p.121-131, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola.** In: FREITAS, Marcos Cezar de. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. (Orgs.). **Os Intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 373-408.

CARTA Encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários), 15 de Maio de 1891. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l_xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 30 de outubro 2012.

CELLARD, André. Análise documental In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes 2008.

CERISARA, Ana Beatriz. **A produção acadêmica na área da Educação Infantil a partir da análise de pareceres sobre o referencial curricular nacional da educação infantil:** primeiras aproximações. 2ª. Ed. In: FARIA, Ana Lucia Goulart; PALHARES, Marina S. (Orgs.). **Educação Infantil:** rumos e desafios. São Paulo: Autores Associados, 2002.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil:** entre o feminino e o profissional. SP: Cortez, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira.** In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. **A creche e o nascimento da nova maternidade**. Rio de Janeiro: ISEPP, FGV, 1988.

CONCEIÇÃO, Graziela Pereira. **Trabalho docente na educação infantil pública em Florianópolis**: um estudo sobre as auxiliares de sala. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

COSTA, Iara Andrade et al. (Orgs.). **Tempos de Educar**: os caminhos da História do Ensino na Rede Municipal de Joinville/SC – 1851-2000. Joinville: UNIVILLE, 2005.

COSTA, Marli de Oliveira. A educação e a criança da Vila Operária. **Esboços**, Florianópolis, n. 6, p.77-87, dez. 1998.

COSTA, Marli de Oliveira. **Arte de viver**: recriando e reinventando espaços, memórias das famílias da vila operária mineira Próspera - Criciúma (1945/1961). Florianópolis: UFSC, 1999. 206 f. (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

DALABRIDA, Norberto. Apresentação. In: CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930**: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

DAY, Adalberto. Blogspot. Disponível em: <<http://adalbertoday.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1996.

DIEHL, Astor Antônio. **Os Círculos Operários no Rio Grande do Sul**: um projeto social-político (1932 a 1964). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3ª. Ed. São Paulo: Graal, 2009 [1986].

DUARTE, Fabiana. **Professoras de bebês**: as dimensões educativas que constituem a especificidade da ação docente. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: PPGE, 2011.

DUBAR, Claude. **A Socialização**: a construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENGUITA, Mariano. A Face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialética do discurso. In: **Revista Teias**, v. 11, Nº 22, p. 225-234. Maio/agosto 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano; VIDAL, Diana. História da Educação no Brasil: a construção histórica do campo. (1880-1970) **Revista Brasileira de Educação**. Vol.23, n. 45, São Paulo, jul., 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **História da educação e história regional**: experiências, dúvidas e perspectivas. In: Mendonça, Ana Waleska Campos Pollo et al (Orgs). **História da Educação**: Desafios teóricos e empíricos. Niterói – RJ: Editora da UFF, 2009, p. 57-67.

FARIA FILHO, Luciano M. de. **Educação Pública**: a invenção do presente. 1.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

FARIA, Ana Lucia Goulart; PALHARES, Marina. Educação Infantil pós-LDB. São Paulo: Autores Associados, 1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **O pesquisador e o desafio das fontes**. In: Mendonça, Ana Waleska Campos Pollo et al (Orgs). **História da Educação**: Desafios teóricos e empíricos. Niterói – RJ: Editora da UFF, 2009, p. 111-124.

FERNANDES, Tatiane Márcia. 2010. **Professora de educação infantil**: dilemas da constituição de uma especificidade profissional. Um estudo sobre a produção científica brasileira (1996-2009). Dissertação (Mestrado). PPGE/UFSC.

FERREIRA, Maria Manuela. **Salvar Corpos, forjar a razão**: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal: 1880-1940. Porto-PT: Instituto de Inovação Nacional, 2000.

FIGUEIREDO, Gastão de. **Creche**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Departamento Nacional da Criança - Imprensa Nacional, 1946. Coleção D.N.Cr. N° 95.

FORMOSINHO, Oliveira Julia. (Org.). **Formação em Contexto: uma Estratégia de Integração**. São Paulo: Thomson, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Da ideia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma**. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés. (Orgs.). **Os intelectuais da história da infância**. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 345-372.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Educação Pública: a invenção do presente**. 1.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

FÁVERI, Marlene de. A Guerra nas Franjas do Cotidiano: Cartas e Ressentimentos. In: **Revista História Catarina**, Ano 3, p. 37-42, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras 2002.

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da infância. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V. 26, nº1, 2010 (p. 195-214).

GONDRA, José G. Entre frutos e arvoredos: a docência no projeto educacional republicano. In: **História da Educação**, ASPHE, nº. 2. 1997.

HADDAD, Lenira; CORDEIRO, Maria Helena; MONACO, Gregóry Lo. As tarefas do professor de educação infantil em contextos de creche e pré-escola: buscando compreender tensões e oposições. **Educação & Linguagem** v.15 n. 25. 134-154. 2012.

HOFF, Sandino; LONGHI, Armino José; CARDOSO, Maria Angélica. O manual didático e os quadros murais na relação educativa do Curso Normal Sagrado Coração de Jesus: 1936-1971. In: **Revista HISTEDBR Online**. Campinas-SP, número especial, p. 128-144, mai 2010.

Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/37e/art09_37e.pdf>. Acesso em: 17 de maio 2011.

ISOTTON, Andréa Patrícia Probst. **A influência do luteranismo e do catolicismo nos primeiros jardins de infância em Rio do Sul**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2004.

ISOTTON, Andréa Patrícia Probst. A influência do luteranismo e do catolicismo nos primeiros jardins de infância em Rio do Sul. In: **Caminhos: ensino, pesquisa e extensão – autonomia científica**. Rio do Sul: UNIDAVI, Volume 1, N^o 4. Jan. Jun. 2005, p. 9-24.

Jornal AN, 2011 jan 23; AN Memória. Disponível em:

<<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a3185054.xml&template=4191.dwt&edition=16353§ion=892>> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

KILIPPER, Karina. **As pequenas missionárias da caridade e suas práticas pedagógicas no Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida junto aos filhos dos operários da CSN (Siderópolis)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Criciúma: UNESC, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A Pré-Escola em São Paulo (das origens a 1940)**. Tese (Doutorado em Educação) São Paulo: USP, 1986.

KISHIMOTO, Tizuko. M. Os jardins de Infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. **Cadernos de Pesquisa**. 64, São Paulo: FCC, 1988.

KISHIMOTO, Tizuko. M. A produção do conhecimento na área da Educação Infantil: jogo e representação social da criança. In: **16^a Reunião Anual da ANPED**. Caxambu-MG, 1993, mimeo.

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educação e Sociedade** (São Paulo), p. 61-79, ano XX, n. 68, dez. 1999.

KLANN, Carlos José. **Nas páginas da História: As Representações De Emma Deeke sobre o Mundo Da Mulher Protestante No Brasil (1921 - 1942)**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2011.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KRAMER, Sônia. **O papel social da pré-escola pública:** contribuições para o debate. In: SOUZA, S. J. e KRAMER, S. **Educação ou Tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1988, p. 49-58.

KRAMER, Sônia (Org.). **Educação ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos.** São Paulo: Loyola, 1991.

KRAMER, Sônia. **Na gestão da educação infantil, nós temos meninas no lugar de professores?** In: KRAMER, Sônia (Org.). **Profissionais de educação infantil:** gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, Sônia (org.). **Profissionais de educação infantil:** gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005a.

KRAMER, Sônia. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 de julho de 2012.

KRAMER, Sônia. JOBIM E SOUZA. Solange. **Educação Ou Tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs.). **Infância:** fios e desafios da pesquisa. 6. ed. Campinas: Papyrus, [1996] 2001.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs.). **Infância e Produção Cultural.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 2001a.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela (Orgs.). **Infância e Educação Infantil.** 2. ed. Campinas: Papyrus, [1999] 2002.

KULHMANN JUNIOR, Moysés. **Educação Pré-escolar no Brasil:** 1889-1922 (Exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”). (Dissertação de Mestrado). PUC-SP, 1990.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Educação infantil e currículo.** In: FARIA, Ana Lucia Goulart de; PALHARES, Marina S. **Educação Infantil Pós-LDB.** Campinas: Autores Associados. 1999, p. 51-65.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista de Educação Brasileira.** N°14, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

KULHMANN JR, Moysés. **O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres**: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 3-30.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés; FREITAS, Marcos Cezar de. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KULHMANN JR, Moysés. Educando a infância brasileira. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano M. Faria Filho; Cynthia G. Veiga. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, v., p. 469-496.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-33.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação (1820-1950)**: comparação e classificação. In: LOPES, Alberto; FARIA Filho, Luciano Mendes; FERNANDES, Rogério. **Para a compreensão da história da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 185-194.

LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério. (Orgs.) **Para a compreensão Histórica da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, Maria Lucia de A. **Formação profissional para educação infantil**: subsídios para idealização e implementação de projetos. São Paulo, 1998. 274 p. Tese de Doutorado. PUC.

MACHADO, Maria Lúcia de A. Criança pequena, educação infantil e formação dos profissionais. Perspectiva. Florianópolis: UFSC, vol. 1, nº especial, p.85-98, 1999.

MANTOVANI, Susanna; PERANI, Rita M. (1999). Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância. In: **Pro-posições**, vol. 10, n. 1 [28]. Campinas: UNICAMP, p. 75-98.

MARCILIO, Maria Luiza. A Roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 51-76.

MARQUES, Jaqueline L; BARBOSA, Susana C. **Círculos Operários: doutrina e ação da Igreja e do Estado.** Círculo Operário de Joinville (1935 – 1948), Joinville, 1992.

MELLO, Débora Teixeira de. **Uma genealogia das políticas públicas para a creche no Brasil: Estado e Infância (1899-1920).** Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, faculdade de Educação, São Paulo: 2008.

MIRANDA, Carmen Silva Meyer. **Creche Conde Modesto de Leal: o legado social de padre Kolb.** Joinville: Letra d'água, 2006.

MONARCA, Carlos. **Revista do Jardim da Infância: uma publicação exemplar.** In: _____. (Org.) **Educação da infância brasileira 1875 – 1983.** Campinas-SP: Autores Associados, 2001 (Coleção educação contemporânea).

MONARCA, Carlos. (Org.). **Educação da infância brasileira 1875-1983.** São Paulo: Autores Associados, 2001.

MONCORVO FILHO. **Archivos de assistência á infância.** Instituto de Proteção e Assistência á Infância do Rio de Janeiro. 1917.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Archivos de assistência á infância.** Rio de Janeiro. V. III, N. 1-3, jan. fev. mar.,1904.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na educação infantil.** São Paulo: EDUC, 2001.

NUNES, Clarice. (Des)Encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 371-398.

OLIVEIRA, Olinto de. **A casa da criança.** 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Departamento Nacional da Criança - Imprensa Nacional, 1946. Coleção D.N.Cr. N^o 72.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A profissão docente na Educação Infantil. In: VIEIRA, Livia Fraga (Coord.). Docência na Educação Infantil. **Salto para o futuro.** Ano XXIII - Boletim 10. JUNHO 2013.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos; SILVA, Ana Paula Soares da; CARDOSO, Fernanda Moreno. Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), v. 36, p. 547-571, 2006.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos. Como definir uma pedagogia que oriente o trabalho em creche? **Pátio Revista Pedagógica** (Porto Alegre), v. 5, p. 14-16, 2007.

PIERI, Marlise de Medeiros Nunes. **Gênese do atendimento as crianças em instituições infantis no município de Tubarão/SC** (1950-1990). Tubarão: UNISUL, 2011.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso na pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa** N° 114, p.175-195, Nov, 2001.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão: pedagogia missionária no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX**. 2007. 416 f. Tese (Pós Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do SUL, Porto Alegre.

RAMBO, Arthur Blasio. **O teuto-brasileiro e sua identidade**. In: FIORI (org.) **Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Ed. Da Ufsc; Tubarão: EdUnisul 2003.

RIBAS, Ana Claudia. **A boa imprensa e a sagrada família: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis - 1929/1959**. 2009. 203 p.: Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina: Centro de Ciências Humanas e da Educação. Florianópolis, 2009, p. 221. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1544>. Acesso em: 25 de julho de 2012.

RICHTER, Klaus. A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, n° 4, 1982-1983.

RIVERO, Andréa Simões. 2001. **Da educação Pré-Escolar à Educação Infantil: um estudo das concepções presentes na formação dos professores no curso de pedagogia**. Dissertação (Mestrado). PPGE/UFSC.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil**. Trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil. Florianópolis: NUP/UFSC/CED, 1999.

ROCHA, Eloisa Acires Candal; BUSS-SIMAO, Márcia. Crianças, infâncias, educação e corpo. **Nuances** (UNESP Presidente Prudente), v. 15, p. 185-206, 2007a.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. Os descaminhos da democratização da educação na infância. **Zero-a-Seis Revista Eletrônica** (Florianópolis), v. 16, p. 1/850/763-6, 2007b.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil**. In: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Educação Infantil: Orientações curriculares para a Educação Infantil da rede municipal de Florianópolis**. Florianópolis: Prelo Gráfica e Editora Ltda, 2012.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A invenção da Professora de Educação infantil**. Relatório de pesquisa de estágio pós-doutoral. PPGE-PUC-RJ, 2012. (não publicado)

ROCHA, ELOISA Acires Candal. (Coord), SILVA FILHO, João Josué, STRENZEL, Giandréia. **Educação Infantil (1983-1996)**. Série Estado do Conhecimento. Brasília, MEC/INEP/COMPED, 2001.

ROCHA, Eloisa Acires Candal; SILVA FILHO, João Josué da. Avaliação de contextos na perspectiva da Pedagogia da Infância: indicações para a investigação a partir dos protagonistas. **Nuances** (Presidente Prudente), v. 15, p. 55-68, 2007.

ROCHA, Eloisa Acires Candal; SILVA FILHO, João Josué da; CERISARA, Ana Beatriz. Educação infantil: uma trajetória de pesquisa e indicações para a avaliação de contextos educativos. **Zero-a-Seis Revista Eletrônica** (Florianópolis), v. 15, 2007.

ROGGE, Claudio Victor. **Piratuba Terra Boa**, vol. I. Piratuba, 2008 (no prelo).

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, n. 28 Dez.1976, p. 1466-1471.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In NÓVOA, António. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed. 2005.

SAYÃO, Débora. 2006. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil**: um estudo de professores em creche. Tese (doutorado em Educação). Florianópolis: UFSC.

SCHMIDT, Leonete Luiza et al. **A educação em Santa Catarina no século XIX**: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época. Florianópolis: DIOESC, 2012.

SCHMITT, Rosinete. (2008). Mas eu não falo a língua deles! As relações sociais de bebês em creche. Dissertação (Mestrado em Educação), Florianópolis: Centro de Educação, UFSC.

SERAFIM, Marjourie Mariano. **Jardim de Infância na Vila Operária no Bairro Próspera na década de 1960**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Criciúma: UNESC, 2009.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199- 228.

SILVA, Ana Cláudia da. **As concepções de criança e infância na formação dos professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940**. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, março de 2003.

SILVA, Marilda Checcucci Goçalves. Imigração, alimentação e Luteranismo em Blumenau (SC). **Caderno Espaço Feminino**, V.20, Nº 2, p. 75-97. Ago./dez. 2008.

SILVA, José Claudio Sooma. **Teatros da modernidade**: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires anos 1920. 2009. 308 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 10 de julho de 2009.

SILVA Isabel de Oliveira. Professoras da educação infantil: formação, identidade e profissionalização. In: VIEIRA, Lívia Fraga (Coord.). Docência na Educação Infantil. **Salto para o futuro**. Ano XXIII - Boletim 10 - JUNHO 2013.

Sociedade Amigos de Joinville **Álbum Histórico do Centenário de Joinville 1851 - 9 de março - 1951**, Curitiba, 1951.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Da transcendência à disciplina**: os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964). Doutorado em História (Pós-Graduação em História). UFRJ, 1998.

SOUSA, Jessie Jane de Vieira. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2002.

SOUZA, Giane Maria de. (2013). **A educação dos trabalhadores de Joinville no Estado Novo (1937- 1945), por meio da propaganda.** Um estudo de caso: DNP – Departamento Nacional de Propaganda.

Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_042.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2013.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o taller para o banquete da civilização:** cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, 2004.

SOUZA, Gizele de. (Org.). **Educar na infância:** perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Jane Felipe. **Governando mulheres e crianças:** Jardins de Infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2000.

SOUZA, Jessie Ane Vieira de. **Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil:** uma discussão historiográfica. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/jessie_jane_circulos.pdf> Acesso em: 03 de janeiro de 2013.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 4ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; GAUTHIER, Clermont. **Formação dos professores e contextos sociais.** Porto: Rés, 2001.

TEIXEIRA, José Warmuth. **Hospital Nossa Senhora da Conceição:** 100 anos de amor pela vida. Colaboradoras Irmã Lea Griebler e jornalista Chirle Pereira. Tubarão: Editora do Autor, 2004.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. Discursos da pedagogia moderna em impressos não pedagógicos do Rio de Janeiro (1920 -1930). Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação. **Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil.** Cuiabá-MT: UFMT, 20 a 23 de maio de 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20impressos-%20intelectuais%20e%20historia%20da%20educacao/discursos%20da>

%20pedagogia%20moderna%20em%20impressos.pdf. Acesso em: 09 de dezembro de 2013.

TRISTÃO, Fernanda Carolina Dias. **Ser professora de bebês: um estudo de caso de uma creche conveniada**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

TUMELERO, Michele Rodrigues. **A legião brasileira de assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma 'nova' Chapecó-SC (1940 - 1960)**. 2010.132 p.: Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2010, p. 104. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1957>. Acesso em: 15 de dezembro de 2012.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. (Org.). **Educação da infância: história e política**. 2ª. Ed. Niterói-RJ: Editora da UFF, 2011.

VENTURINI, Irmã Clara; VENTURINI, Irmã Analuísa. **Um pouco da história das irmãs Beneditinas da Divina Providência no Brasil**. Nova Veneza – SC, 2006.

VIEIRA, Lívya Maria Fraga. **Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo**. 1986. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação, 1986.

VIEIRA, Lívya. Mal necessário: creches no DNC (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, 67, FCC, 1988.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Educação da criança pequena na legislação educacional brasileira do século XX: abordagem histórica do Estado de Minas Gerais (1908-2000). In: **Anais da 30 RA ANPEd**. GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos / n.07, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT07-3692--Int.pdf>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2009.

VIEIRA, Lívya Fraga (Coord.). **Docência na Educação Infantil. Salto para o futuro**. Ano XXIII - Boletim 10 - Junho 2013.

VIEIRA, Lívya Maria Fraga; SOUZA, Gizele de. Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. **Educar em Revista**. Curitiba/PR, N° Especial, p. 119-139, 2010.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; OLIVEIRA, Dalila A. Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. **Educar em Revista**. Curitiba/PR, n.spe1, p. 119-139, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WERLE, Flavia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p.609-634, set./dez. 2005.

FONTES DOCUMENTAIS

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>

História da Educação e da Infância

Creches no Brasil até os anos 60

BARRETO FILHO, Oscar. **Aspectos legais do problema das "creches"**. Serviço Social, São Paulo, julho-setembro/1950.

DORIA, Ulysses. **O problema dos menores (estudos e anotações)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1951.

FIGUEIREDO, Gastão de. **Como prospera o bebê** (F. Briguiet). Rio de Janeiro, 1938.

FIGUEIREDO, Gastão de. **Creche**. Imprensa Oficial. Rio de Janeiro, 1946.

GODINHO, Raul; ROCHA, Waldemar **Algumas sugestões sobre o problema de proteção à infância em São Paulo**, 1938.

MANCINI, Guiomar Urbina Telles. **As creches como auxiliares da Família**. Serviço Social, São Paulo, set. 1944.

OLIVEIRA, Olinto. **A casa da criança**. Imprensa Oficial. Rio de Janeiro, 1946.

RAMOS, Nehyta Martins. **A missão rural educando a mulher rural para a maternidade**. Revista Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro.

VASCONCELOS, J. Freire de; SILVEIRA, Sampaio. **Problemas médico-sociais da infância, o comércio das criadeiras.** Livraria Odeon. Rio de Janeiro, 1938.

Departamento Nacional da Criança - DNCr

ANDRADE FILHO, Odilon de; BARROS FILHO, Sebastião; HIRTH, Maria Bernadette Pereira. **Creches** (Organização e Funcionamento). Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Departamento Nacional da Criança, 1956. Coleção DNCr N^o. 151.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional da Criança. **Clube de mães da Campanha Educativa.** Coleção DNCr. Rio de Janeiro, 1960.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA (DNCr). **Problemas Médico-Sociais da Infância.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

FIGUEIREDO, Gastão de. **Creche.** 2^a. Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Departamento Nacional da Criança - Imprensa Nacional, 1946. Coleção D.N.Cr. N^o. 95.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional da Criança. **Inquéritos sobre as instituições de proteção a maternidade e a infância.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. Coleção D.N.Cr.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento Nacional da Criança. **Clube das mães da Campanha educativa.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960. Coleção D.N.Cr N^o. 161.

OLIVEIRA, Olinto de. **A casa da criança.** 3^a. Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Departamento Nacional da Criança - Imprensa Nacional, 1946. Coleção D.N.Cr. N^o. 72.

Associação Feminina Beneficente e Instrutiva – AFBI

A Vóz Maternal. Anno I, N^o 2 a N^o 12. São Paulo, 1^o de Janeiro de 1904 a 1^o de Novembro de 1904.

A Vóz Maternal. Anno II, N^o 1. São Paulo, 1^o de Dezembro de 1904.

FRANCO, Anália; CALDAS, Eunice. **Manual para Escolas maternas.** São Paulo: Tipo-Lithographia Ribeiro, 1902, primeiro trimestre.

FRANCO, Anália. **Lições aos pequeninos.** São Paulo: Typ. A Vóz Maternal, 1914.

FRANCO, Anália. **Leituras progressivas para creanças.** São Paulo: Typ. A Vóz Maternal, livros 1 e 2, 1906; 1909.

Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. **Terceiras Lições para as Escolas Maternaes.** Collecionadas por Anália Franco. São Paulo: Typ. A Vóz Maternal, 1905.

Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. **Novo manual educativo para nossos filhos.** 7º e 8º fascículos. São Paulo: Typ. A Vóz Maternal, 1906.

Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. **Relatório de 1909.** São Paulo: Typ. A Vóz Maternal, 1909.

Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. **Relatório de 1912.** São Paulo: Typ. O Globo, 1913.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (MICROFILMES)

A Mãe de Família – Jornal Científico Literário e Ilustrado. Rio de Janeiro, Typographia dos Editores, Lombaerts & Comp., Jan/mar – Set/Dez 1879; Jan 1880; Abr 1883; Jan 1884; Dez 1886; Abr/out 1887; Jan/dez 1888.

A Família - Jornal Litterario dedicado a Educação da Mãe de Família. Períodos: Nov/dez, 1888; Jan/jul - Out/dez 1889; Jan/dez 1890; Fev 1891; Fev/jul 1892; Jan/ago – Nov/dez 1893; Jan/abr – Jun/out 1894. (574 fotografamas). São Paulo e Rio de Janeiro.

Revista do Jardim de Infância. V. I e II. São Paulo, Typographia de Espindola, Siqueira e Comp., Publicação Oficial do Governo do Estado de São Paulo, 1896 - 1897 (impresso).

Archivos de Assistencia a Infancia. Nov. 1902; Set. 1907; Jan. 1913; Dez. 1925; Jan. 1929; Dez. 1946. Rio de Janeiro.

Relatório do Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro 1903-1904; 1932.

Relatórios apresentados ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, pelo diretor Rodolfo Garcia, correspondentes aos anos de 1935-43. Ministério da Educação e da Saúde – Imprensa Nacional, 1935-1945.

Associação Protetora da Infância Desamparada – RJ -1885-1904.

Archivos de Assistência à infância: órgão oficial do Instituto de Proteção a Assistência à Infancia do Rio de Janeiro.

Colleção Moncorvo Filho. Rio de Janeiro. CESPI/FBN. Coordenação de Estudos e Pesquisa sobre a infancia. PR-SPR 02722[1-17], 1892-1940.

BAPTISTA, Olavo. Da protecção á primeira infancia. These. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1901.

IMBERT, J.B.A. Guia medica das mães de familia, ou A Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamentos. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843.

BIBLIOTECA PUC/RJ – PRODUÇÕES DO INSTITUTO MONCORVO FILHO (ARQUIVOS *ONLINE*)

A infancia da primeira idade no Rio de Janeiro [recurso eletrônico]: (trabalho do Dispensário Moncorvo Filho) / Congresso Latino Americano, 4., 1909, Rio de Janeiro; nota apresentada [por] Moncorvo Filho. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo3/1_A_infancia_da_primeira_edade.pdf>.

Discurso pronunciado pelo Dr. Moncorvo Filho na manifestação de apreço feita, no Dispensario Moncorvo, ao Dr. Sylvio Rego, em 29 de Junho de 1914 [recurso eletrônico] / Moncorvo Filho. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo11/19_DISCURSO_pronunciado_pelo_Dr_Moncorvo_Filho.pdf>.

Estatutos do Departamento da Creança no Brasil [recurso eletrônico]: fundado pelo Dr. Moncorvo Filho em 1º de março de 1919. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/19_Estatutos_do_departamento_da_creanca_no_Brasil.pdf>.

Dr. MONCORVO FILHO. Breves considerações sobre um programa de Protecção á Infancia (apresentado á Conferência Feminista de 1922 no Rio de Janeiro). Trabalho do Departamento da Creança no Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1923.

Dr. MONCORVO FILHO. Instituto de Protecção e Assistência á Infancia do Rio de Janeiro. **Archivos de Assistência á Infancia**. Distribuição Gratuita. Rio de Janeiro, 1917.

Dr. MONCORVO FILHO. **Algumas considerações sobre o problema da infancia no Brasil**. Departamento da Creança no Brasil. Ublicação N° 79, s.d.

GUILHERME JUNIOR, Elyseu. **Aleitamento e Mortalidade da Primeira Infancia** (Subsídio ao estudo do assumpto no Rio de Janeiro). Trabalho do Dispensário Moncorvo. Quarto congresso Latino Americano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

Dr. ALMEIDA PIRES. **Das amas de leite**. Trabalho do Dispensário Moncorvo. Quarto congresso Latino Americano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

Ficha de registro das amas de leite. Apresentadas ao Instituto de Protecção e Assistência á Infancia do Rio de Janeiro, 191?.

SANTA CATARINA

1 Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC Florianópolis)

Relatórios da Legião Brasileira da Assistência, (LBA 1943, 1945 e 1948).

Relatórios da Sociedade de Assistência aos Lázaros e defesa contra a lepra em Santa Catarina (1941 e 1944).

2. Arquivos Públicos

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC Florianópolis)

SANTA CATARINA. **Decreto-lei n. 306**, de 2 de março de 1939 – reorganiza o Instituto de Educação. Coleção de Decretos-Leis de 1939, Florianópolis, 1939.

SANTA CATARINA. **Relatório do Interventor Federal Nereu Ramos apresentado ao Presidente da República**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939 e 1943.

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau

Revista Blumenau em Cadernos. Tomo I, Nº 01, nov. 1957. Editorial.

Revista Blumenau em Cadernos. Tomo I, Nº 3 e 5, jan. e mar. 1958.

Revista Blumenau em Cadernos. Tomo II, Nº 4, abr. 1959.

Revista Blumenau em Cadernos. Tomo X, Nº 2, fev. 1969.

Revista Blumenau em Cadernos. Tomo XXXIX, nº 07, ago. 1998.

BLUMENAU: Fundação Casa Dr. Blumenau. **Centenário de Blumenau 1850 - 2 de setembro - 1950**. Blumenau: FCDB, 1950.

BALSINI, Afonso. **O leite materno é insubstituível**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 1, 28 de fev. 1945, Ano 1.

BALSINI, Afonso. **A técnica da confecção de uma mamadeira para o bebê**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 2, 30 de mar. 1945, Ano 1.

BALSINI, Afonso. **Uma criancinha que morreu de fome**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 3, 30 de mai. 1945, Ano 1.

BALSINI, Afonso. **O crupe não deve mais assustar os pais**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 4, 30 de jun. 1945, Ano 1.

BALSINI, Afonso. **Profilaxia dos “resfriados”**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 5, 30 de jul. 1945, Ano 1.

BALSINI, Afonso. **As crianças gordas demais**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 7/8, 30 de set. 1945, Ano 1.

BALSINI, Afonso. **Crianças que se alimentam mal**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 9, 30 de out. 1945, Ano 1.

BALSINI, Afonso. **Os males do calor**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 10/11, 30 de dez. 1945, Ano 1.

BALSINI, Afonso. **As mães de hoje possuem menos leite?** Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 14, 30 de mar. de 1946, Ano 2.

BALSINI, Afonso. **A alimentação da Criança na Escola**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 15, abr. e mai. de 1946, Ano 2.

BALSINI, Afonso. **A dentição, sua evolução e seus cuidados essenciais**. Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 16, jun. 1946, Ano 2.

BALSINI, Afonso. **O medo do ar.** Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 17/18, ago. 1946, Ano 2.

BALSINI, Afonso. **A alimentação das crianças doentes.** Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 19, set. 1946, Ano 2.

BALSINI, Afonso. **A prevenção das diarreias.** Seção A Educação da Criança. In: O Vale do Itajaí, nº 21, 25 de dez. 1946, Ano 2.

Arquivo Histórico de Criciúma

Jornal Correio da Manhã de 28/12/1937.

Jornal Folha do Povo. Criciúma, 24/dez./1951.

Jornal Tribuna Criciumense. Criciúma (1953-1963).

Arquivo Histórico de Joinville

Álbum Histórico Centenário de Joinville, s.d.

3. Arquivos Privados:

Arquivo do Círculo Operário de Joinville

KOLB, Padre Alberto. **Reminiscências para a história do Círculo Operário.** Livros nº 2, 4.

KOLB, Alberto. **Histórico do Círculo Operário através da imprensa.** Fatos e não palavras. Amparando os proletários catarinenses. Livros nº 1 [s/d]; 2 [s/d]; 3 [1941/42]; 4 [1942/46].

CIRCULO OPERÁRIO DE JOINVILLE. Atas – livro 1, 1935.

O Boletim do Círculo Operário de Joinville. Jornal mensal da entidade.

Súmula dos Estatutos dos Círculos Operários. Princípios Básicos.

Arquivo da Paróquia da Paz - Joinville

Histórico sobre o Jardim de Infância da Rua Jaguaruna, 1963.

Arquivo histórico da Cia. Hering - Blumenau

INDÚSTRIA TÊXTIL COMPANHIA HERING. **Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal. Balanço Geral. Demonstração da Conta de Lucros e Perdas. Anexos e Outros Demonstrativos.** Exercício Social 1944/45.

INDÚSTRIA TÊXTIL COMPANHIA HERING. Fundação Hermann Hering. **Regulamento.** 1947.

FUNDAÇÃO HERMANN HERING. **Estatutos e Regimento Interno.** 1957.

SANTA CATARINA: SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE. Departamento de Saúde Pública. **Atestado.** 1952.

Arquivo Colégio São Bento - Criciúma

Histórico do Colégio São Bento. Texto Mímeo. Criciúma, s/d.

Livro de atas nº 1 da Associação Católica Círculo São José, 1952.

Estatuto do Círculo São José de Cresciuma, (mímeo) 1935.

Arquivo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação – GRUPHEME

CRÔNICA do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari (1960-1970). Instituto Coração de Jesus. Capivari (SC).

Arquivo pessoal de Ida Bez Batti

Livro de Crônicas do Paraíso da Criança (10/05/1948 – 30/10/1958).

Certidão emitida pelo Registro Civil de Urussanga, datada de 25 de janeiro de 1958, tratando do estatuto do Paraíso da Criança.

MARQUES, Agenor Neves. **História de Urussanga.** Urussanga: Prefeitura Municipal, [19??].

5 Blog de Adalberto Day – Blumenau –
<http://adalbertoday.blogspot.com.br/>

Assistência Social da Empresa Industrial Garcia – EIG

Histórico da OASE – “Grupo Esperança” e Raízes da Paróquia Evangélica Luterana “Bom Pastor” – Garcia.

6 Grupo RBS – www.clicrbs.com.br

Jornal AN, de 23/11/2011.

7 Congregações

HISTÓRICO. Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Disponível em: <<http://www.irbdp.com.br/historia.html>>.

HISTÓRICO. Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, [19--]

HISTÓRICO. Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, [19--].

HISTÓRICO. Congregação da Ordem São Vicente de Paulo (Irmãs Vicentinas). Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Congrega%C3%A7%C3%A3o_da_Miss%C3%A3o>.